



INTERSECÇÕES

Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais

ISSN: 1984-2406

Centro Universitário Padre Anchieta Jundiaí/SP Graduação e Pós-Graduação em Letras

EDIÇÃO 17

ANO 8

NÚMERO 3

NOVEMBRO 2015

Organização: Profa. Dra. Maria Cristina de Moraes Taffarello



INTERSECÇÕES

ARTIGOS

(RE)LER SAUSSURE HOJE OU A ESCUTA DE ECOS DISCURSIVOS NA CONCEPÇÃO DA CIÊNCIA LINGUÍSTICA	4
Jefferson CAMPOS	4
Ederson Luís SILVEIRA	4
Flávia ZANUTTO	4
A INTERTEXTUALIDADE COMO MOTIVO CENTRAL NO ARTIGO DE LUIZ FELIPE PONDÉ.....	22
Ana Cláudia FERREIRA DA SILVEIRA	22
Maria Flávia FIGUEIREDO.....	22
ALTERIDADE E IDENTIDADE EM DISCURSOS SOBRE A LITERATURA MARGINAL	37
Luiza BEDÊ.....	37
Marina Célia MENDONÇA.....	37
ANÁFORAS E DÊITICOS NA CONVERSAÇÃO DE SUJEITOS AFÁSICOS: O LINGUÍSTICO E O EXTRALINGUÍSTICO EM ATIVIDADES REFERENCIAIS....	52
Caio MIRA	52

AS PERSPECTIVAS DE LICENCIANDOS EM LÍNGUA INGLESA SOBRE SEXUALIDADE, HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA	66
Daniel de Mello FERRAZ.....	66
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL PARA OS ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM E TRABALHO	84
Vívian Cristina Rio Stella.....	84
LOS USOS Y VALORES DE LOS PRETÉRITOS SIMPLE Y COMPUESTO EN CUENTOS ESCRITOS EN ESPAÑOL.....	97
Valdecy de Oliveira PONTES	97
Denisia Kênia Feliciano DUARTE	97
PERCEPÇÃO DAS FRICATIVAS ESTRIDENTES: A PISTA ACÚSTICA PARA A DISTINÇÃO ENTRE ALVEOLARES E PALATAIS UTILIZADAS PELOS OUVINTES PESSOENSES.....	116
Gabriela Belo da SILVA	116
Pedro Felipe de Lima HENRIQUE	116
Leonardo Wanderley LOPES	116
SUFIJOS GRADUADORES NOMINAIS: ASPECTOS SEMÂNTICO-COGNITIVOS E DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS	135
Edvaldo Balduino BISPO.....	135
Vanessa Guedes de CARVALHO.....	135
RESENHA.....	158
ESTUDOS DO DISCURSO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	158
André Luiz SILVA	158
Giani DAVID SILVA.....	158

**(RE)LER SAUSSURE HOJE OU A ESCUTA DE ECOS DISCURSIVOS NA
CONCEPÇÃO DA CIÊNCIA LINGUÍSTICA**

Jefferson CAMPOS¹

Ederson Luís SILVEIRA²

Flávia ZANUTTO³

Resumo: Neste artigo, buscamos apresentar a percepção das relações entre Saussure e a Análise do Discurso de linha francesa. Com a descoberta de novos manuscritos do linguista e com a publicação de *Écrits de Linguistique Générale*, muitos estudiosos que até então reconheciam o pai da Linguística contemporânea assentada no estruturalismo com o corte epistemológico característico e exclusão da fala, do sujeito e da história, viriam a conhecer outro Saussure. O presente trabalho vem somar-se a outros que buscam trazer debates que não podem mais ser ignorados, a fim de tornar possíveis atualizações acerca das ressonâncias discursivas tomadas a partir dessas problematizações.

Palavras-chave: Linguística Contemporânea. O outro Saussure. Análise do Discurso.

Résumé: *Dans cet article, nous cherchons à présenter la perception de la relation parmi Saussure et l'Analyse du Discours française. Avec la découverte de nouveaux manuscrits de la linguiste et avec la publication des Écrits de Linguistique Générale, de nombreux chercheurs qui, jusqu'ici, ont reconnus le père de la Linguistique moderne de consolidé sur le structuralisme à la coupure épistémologique caractéristique et sur l'exclusion de la parole, du sujet et de l'histoire, étaient à rencontrer d'autre Saussure. Ce travail est en outre à ceux qui cherchent à amener des débats qui ne peuvent plus être ignorés afin de faire les mises à jour possibles sur les résonances discursives prises à partir de ces problématisations.*

Mots-clés: *Linguistique Contemporaine. L'autre Saussure. Analyse du Discours.*

¹ Professor da Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA, Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, doutorando pela mesma instituição e membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GEDUEM-UEM/CNPq). Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: jeffersoncampos@geduem.com.br

² Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pós-graduando em Ontologia e Epistemologia e graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (RS). É membro do Grupo de Estudos em Territorialidades da Infância e Formação Docente (GESTAR/CNPq). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ediliteratus@gmail.com

³ Professora da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP – Araraquara; Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: flazan@uol.com.br

O saussurianismo na ordem da ciência linguística

Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. **Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude cora a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas [...]** (FOUCAULT, 2008, p. 28, grifo nosso).

Em 2007, tivemos o sesquicentenário do nascimento de um dos principais nomes reconhecidos no âmbito dos estudos da Linguística contemporânea — Ferdinand de Saussure (1857-1913) — ocasião que coincidiu com o centenário do primeiro *Curso de Linguística Geral* (1907). Não podemos deixar de mencionar, neste contexto, que ainda que seja celebrado como pai da Linguística moderna, os debates em torno do pensamento saussuriano fazem com que este entre em colapso. Isso ocorre devido aos (des)vãos da historiografia da ciência linguística no instante em que querelas acadêmicas colocam em xeque o tão comentado corte que Ferdinand de Saussure efetua sobre a língua para estudá-la e, principalmente, para construir o objeto de estudo que possibilitou a constituição e a legitimação da Linguística como ciência piloto situada, em relação às ciências humanas em geral, no bojo do estruturalismo.

É sabido, desde os primeiros passos dados no campo de estudos da língua, que Saussure é uma espécie de figura mítica, quase profética, diríamos, sobre a qual devotamos nossa atenção para aprender-lhe os vaticínios mais decisivos. Enquanto lugar comum a todos os estudiosos da Linguística contemporânea visitar-lhe as palavras fundadoras é dar-se como barro suscetível à corte de navalha, corte que o mestre genebrino não se cansa de efetuar a cada retorno as suas palavras (até então sem vacilos, decisivas, concluídas). Compreender-lhe por meio de seu *Cours de Linguistique Générale* (1916)⁴, oportunamente referenciado como CLG, doravante, é (ou fora?!) tarefa imprescindível para (o) dizer(-se) linguista.

Em se tratando, porém, do aparecimento (não tão recente) de seus próprios escritos e não aqueles das notas de estudantes que presenciaram o seu curso (*Écrits de Linguistique*

⁴ CLG daqui em diante.

Générale)⁵, coloca-se em suspeita o reconhecido oráculo da ciência linguística, perturbando-lhe a unidade autoral, seu efeito de verdade e o próprio paradigma sobre o qual se erigiu a Linguística fundada no CLG.

Aposta de Saussure: esse carnaval da linguagem deixa-se organizar por uma lei, e é, pois, possível encontrar em meio a tanta dispersão "uma ordem natural". Surge então o **abre-te sésamo**, a palavra que, enfim, abrirá as portas para os segredos e os tesouros da linguagem: "E preciso colocar-se primeiramente no terreno da **língua** e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem" (LOPES DA SILVA, 2001, p. 292, grifo do autor).

No que toca ao cerne das questões suscitadas em tom de polêmica, o CLG é tomado como paradigma editorial marcado, sobretudo, pelo estigma de apócrifo. Como posição veementemente assumida por Simon Bouquet, essa afirmação baseia-se no fato de, no movimento de editoração das notas de um dos alunos de Saussure, o trabalho tenha seguido não o rigor de uma edição, mas o de uma espécie de autoria apócrifa. Nesse tom de acidez corrosiva, como bem observa Lucília Romão (2011), Bouquet (2009) defende a tese de que as palavras do mestre fundador são cortadas, editadas e sistematizadas a favor de interesses que extrapolam o perpetuar da voz saussuriana.

Com o passar do tempo, diversos questionamentos endereçados ao CLG, em razão do aparecimento de ELG, assumem, paulatinamente, um interesse inquietante de diferentes vertentes da Linguística moderna. Destacaríamos, especialmente, a leitura que estudiosos do campo dos estudos do discurso vêm fazendo em relação aos escritos saussurianos. Com o cuidado mais que necessário exigido pela prática analítica dessas novas fontes, muitos analistas do discurso vinculados a grupos de pesquisa na França e no Brasil interessam-se pelo tom vanguardista assumido pelas anotações de Saussure no que tange à compreensão de questões de língua que ultrapassam a perspectiva estruturalista tão fortemente marcada na produção saussuriana do CLG. Cogita-se, de alguma maneira, a possibilidade de existência de teorização saussuriana em torno do objeto discurso (não como o foi desenhado no processo de editoração do CLG, mas na acepção de discurso tal como vem sendo trabalhada e discutida desde Pêcheux e seu grupo).

⁵ SAUSSURE (2003). Será referido como ELG daqui em diante.

Nesse caso, o nomeado *Cours* atribuído a Saussure poderia ser considerado um dos maiores embustes da historiografia linguística? Seria correto afirmar, então, que devemos abandonar as palavras decisivas corporificadas no CLG? Deveríamos abandonar o Saussure (construído) estruturalista para conhecer o outro Saussure, o discursivo? Em que medida o Saussure apresentado por si mesmo em seus *Écrits de Linguistique Générale* ressoa como dizeres *avant gard* sobre o que se configurou na virada dos 1960-1970, na França política e cientificamente efervescente, como Análise do Discurso⁶?

No presente texto, ensaiamos algumas reflexões acerca das duas produções ditas saussurianas, razão por que este tenha um caráter mais teórico-reflexivo que propriamente analítico. Por um lado, visamos abarcar considerações que estabeleçam uma historicidade de ambas as produções. Por outro, a partir do delineamento da noção de valor (talvez uma das contribuições mais significativas de Saussure), buscaremos compreender de que maneira essa nova leitura abre caminhos para o que, muito precocemente, tem se chamado de uma teorização saussuriana do discurso.

Não pretendemos, especificamente, responder aos questionamentos anteriormente mencionados, mas sim, lançar luzes sobre o debate iniciado no campo acadêmico para, de alguma forma, mantermos uma relação menos ingênua, seja a partir dos posicionamentos assumidos, seja em relação à importância de ambas as produções ditas saussurianas para os estudos da linguagem.

Metonímias de um (pseudo)pensamento saussuriano

Se em lugar anterior dissemos que paira sobre Saussure uma espécie de aura mítica, de voz profética cujo trabalho foi fundamental à instituição dos paradigmas que consolidaram a Linguística como ciência piloto, cabe considerar Charles Bally e Albert Sechehaye os primeiros apóstolos da doutrina saussuriana. Esses dois estudiosos foram responsáveis pela organização e sistematização das notas de um dos alunos que compunham o público seletivo e atento aos três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra, entre os anos de 1906 e 1911, que, a partir do ano de 1916, se tornaria uma das mais influentes obras do início

⁶ AD daqui em diante.

do século XX: o CLG. Assim o dizemos pelo alcance e extensão dos fundamentos do CLG em outras áreas do conhecimento, como base epistemológica do Estruturalismo. À frente de sua época, embora não tivesse encontrado eco para seu pensamento, como lembrado por Signori e Baronas (2011), o Saussure do CLG é denominado como o pai do Estruturalismo.

A acolhida da edição do CLG organizada por Bally e Sechehaye fora imediata e teve repercussão positiva na academia. Intocado, ovacionado, canonizado, o CLG passa a circular como uma espécie de efeito⁷: efeito de verdade, efeito de cientificidade, **efeito Saussure**. É assim que Claudine Normand (2009) define os possíveis efeitos de sentido produzidos através (da enunciação) das palavras de Saussure sobre seus ouvintes. É assim que suas palavras editadas atingem o público órfão do pai da Linguística.

As palavras ilegíveis, os pensamentos interrompidos nas/das notas não concluídas dos alunos do curso, ao serem restituídos sobre o trabalho de sistematização de Bally e Sechehaye, constituem, pois, uma espécie de metonímia do pensamento saussuriano. O alcance da totalidade, originalidade e efervescência dos cursos de Saussure são (entre)vistos nas repetições e cortes que constituem o CLG. Uma espécie de parte condensada, de palavras-síntese, cujo referente é um pensamento fundador, um todo significativo, uma palavra robusta ou, justamente como o desejou a academia, um efeito Saussure.

Porém, com o aparecimento, leitura, divulgação e, portanto, (re)surgimento de Saussure na pauta da Linguística, como compreender a importância daquilo dito dele no CLG? Ou, para além disso, como receber o que de agora em diante diz-se dele por ele mesmo?

⁷ Sobre efeito de sentido, cabe o verbete do Glossário de Termos do Discurso (FERREIRA, 2001, p. 14, grifos da autora): “Diferentes sentidos possíveis que um mesmo **enunciado** pode assumir de acordo com a **formação discursiva** na qual é (re) produzido. Esses sentidos são igualmente evidentes por um efeito ideológico que provoca no gesto de **interpretação** a ilusão de que um enunciado quer dizer o que realmente diz (sentido literal). É importante registrar que Pêcheux (1969) define discurso como efeito de sentido entre interlocutores”.

Dissonâncias entre o CLG e os ELG

Inicialmente, o peremptório é que, “[...] nessa obra [ELG], é a voz do próprio Saussure que prioriza a opacidade e a incerteza do linguista diante de seu objeto de estudo, a língua” (ROMÃO, 2011, p. 29). É também decisivo destacar o olhar vacilante do estudioso sobre o objeto dito cortado por ele. Em uníssono, Silveira (2007), Bouquet (2009), Normand (2011) e Romão (2011) nos informam que há uma distinção entre o Ferdinand de Saussure do CLG e o Saussure dos ECL. Ele se assusta com uma afirmação tão categórica quanto aquela que define a língua, *langue*, como o objeto da Linguística (ao menos, a essa de que estaria prestes a ser o fundador). Antes, Saussure prefere ousar, ousar a dizer, por si mesmo, que a ciência de que se ocupa é vasta. Eis a razão para que ela comporte “[...] duas partes: uma que é mais próxima da língua, depósito passivo, outra que é mais próxima da fala, força ativa e verdadeira origem dos fenômenos que se percebem em seguida, pouco a pouco, na outra metade da linguagem” (SAUSSURE, 2004, p. 273).

Dessa forma, se o Saussure do CLG defende categoricamente que o objeto da Linguística é a língua em si mesma e por si mesma, este outro Saussure é atento ao fato de a língua estabelecer-se para além de uma estrutura rígida, pois resvala, depende e coincide com a dualidade da estrutura pela qual se materializa, pelo acontecimento que desencadeia ao colocar em questão sua produtividade. Nessa ordem, as proposições sobre o signo linguístico em ambas as produções são cruciais para a compreensão das implicações do fato mencionado.

A maior contribuição do Saussure estruturalista foi a cisão do fenômeno linguístico, distinguindo língua e fala (sistema e uso), tomando o primeiro como objeto da Linguística. Simon Bouquet (2009) é categórico ao afirmar que tal “opção” nunca constituiu parte do pensamento saussuriano. Ao contrário, tratou-se de uma alteração das palavras do mestre genebrino, cuja formulação demonstrada nos ECL aponta para a ideia do signo linguístico posto sob brumas que tornam densa a relação não unívoca entre significante e significado. Esse caráter instável dos signos leva o Saussure dos ECL e o que se dedicara aos estudos de anagramas⁸ a iluminar a questão do sentido, razão para que a Linguística não se ocupe tão somente da estrutura da língua, uma vez que as coerções do sistema, sozinhas, não colocam aos estudos da língua a problemática do sentido. Ora, se o sentido de uma palavra excede e

escapa às determinações desse social antevisto no plano do significado do signo⁹, é válido concordar com suas análises dos anagramas, na qual o sentido é imprevisível, opaco; que, enquanto discurso, é dado sempre em relações de “palavras sob palavras”¹⁰.

O peso dessa constatação na obra saussuriana é elementar, por exemplo, para validar a discussão encetada por Haroche, Pêcheux e Henry (1990) sobre o lugar da Semântica nos estudos linguísticos. Se de Saussure a Benveniste os estudos do sentido foram relegados à margem dos estudos linguísticos, os ELG corroboram a visão de que, desde o berço, a ciência piloto esteve a serviço de um estudo afeto ao sentido, sobretudo pela onerosidade da questão na consolidação da materialidade do signo linguístico: sua esfera significante revestida de sentidos em relação a-. Como a tempo nos lembra Claudine Normand, não estava na agenda saussuriana uma preocupação especial com a questão do sentido. No entanto, em sua teoria, não é possível separar sentido de uma materialidade.

Mas, sem que uma teoria especificada como semântica dela se destaque, o sentido, como foi visto, é onipresente nos seus desenvolvimentos, pois é por essa primeira propriedade que são definidas as unidades linguísticas: elas só serão reais quando significativas para os locutores (NORMAND, 2009, p. 157).

Há, nesse caso, outra implicação muito forte nos desdobramentos da recepção do novo Saussure, aquela que perpassa a noção de valor. Na próxima seção, buscaremos, portanto, brevemente explicar sobre a noção de valor em ELG, o que promove direcionamentos distintos em relação ao conceito como é tomado no CLG.

⁸ Cf. Starobinski (1974).

⁹ Na análise de discurso de linha francesa de Michel Pêcheux, “[...] o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo [significação], só pode ser constituído em referência às **condições de produção** de um determinado enunciado, uma vez que muda de acordo com a **formação ideológica** de quem o (re)produz, bem como de quem o interpreta. O sentido nunca é dado, ele não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em **efeitos de sentido**” (FERREIRA, 2001, p. 21, grifos da autora).

¹⁰ Starobinski, 1974.

A noção de valor no ELG: algumas incursões

Nos ELG, Saussure formula a noção de valor não como apenas uma relação de signo com outro signo no eixo paradigmático ou sintagmático de que deriva, atribuindo a essa relação o elemento distintivo no qual se fundamenta a significação de um signo. Isso porque, no CLG, a noção de valor funciona como um distintivo de cada signo em relação a outro signo (/p/ ≠ /b/ ou pico ≠ bico). Embora o mesmo Saussure (2004) e Normand (2009) partam dessa relação distintiva como geradora da noção de valor, “O valor de uma palavra só resultará da coexistência de diferentes termos. O valor é a contrapartida dos termos coexistentes” (SAUSSURE, 2004, p. 259), na teoria saussuriana apresentada nos ELG.

Conforme sustenta Simon Bouquet (2009), afirmar apenas isso se constitui em uma deformação do pensamento de Saussure, dado que, de tal noção, escapa o aprisionamento do valor *in absentia*. Para o estudioso, nos ELG a noção de valor é apresentada em complexidade melhor delineada, abarcando duas esferas de valor que concretizam, pelo menos, três fatos linguísticos: uma relação de valor procedente do arbitrário interno do signo, uma relação de valor procedente do arbitrário sistemático do signo e uma outra que procede da sintagmatização do signo. Nesses termos, o valor de um signo só faz sentido apreendido por sua semiologia, ciência que só se explica no limiar da relação da língua em funcionamento, o que coloca, sempre, uma instabilidade nas possíveis relações que um signo pode estabelecer seja consigo mesmo (em termos internos) e com os outros que o rodeiam (ROMÃO, 2011). Dessa forma, a questão da diferença em Saussure pode ser assinalada como um dos pontos-chave inseridos no interior dos estudos a ele atribuídos:

Quando Saussure diz que não existem signos e significações, mas sim diferenças entre estes, ele não quer abolir a existência de signos e significações, mas dizer que estes só têm sentido existencial na medida em que se correlacionam com outros signos e que a relação entre estes signos não aconteça de qualquer maneira, mas nas relações de diferença entre os signos que compõem o sistema linguístico. Ainda aí Saussure estabelece um paradoxo de existência do signo, no qual tal existência pode ser compreendida como solitária [um signo é aquilo que outro signo não é] e ao mesmo tempo inseparável entre signos e significações (LIMA e SILVEIRA, 2014, p. 139).

Vale ressaltar que, ainda no contexto de discussões acerca de Saussure, frequentemente articulada à noção de valor do signo linguístico, a questão da arbitrariedade do signo é, no CLG, conforme palavras de Simon Bouquet, uma “[...] criação de Bally e Sechehaye e, assim, sempre no contexto, como um conceito significativamente opaco” (BOUQUET, 2009, p. 171). Mais uma vez bastante ácido, o pesquisador dos escritos saussurianos destaca o excelente trabalho de criação de um Saussure decididamente confuso quanto as suas postulações. Trata-se, segundo ele, de apontar a desatenção dos autores/editores na compreensão da ambiguidade instaurada na relação semântica dos termos signo, significante e significado empregados por Saussure, em algumas passagens do CLG, em relação de sinonímia. Portanto, segundo Bouquet (2009), na teoria saussuriana, o arbitrário do signo é composto (tal como apresentado em uma das notas de Constantin, aluno de Saussure, na citação a que faz no CLG à página 171), por um lado, na relação da imagem acústica com o conceito que carrega e, por outro, do signo com outro signo.

O CLG e os ELG lidos pela AD: entre recepções e (des)confianças

Em Saussure, a partir do CLG, a língua tem uma materialidade própria, sendo percebida como um sistema fechado sobre si. Desse modo, ao operar através do corte epistemológico entre a *langue* e a *parole*, o mestre genebrino instaura as bases da Linguística enquanto ciência. Quando Michel Pêcheux e Jean Dubois, ao iniciar a disciplina intitulada Análise de Discurso, na década de 60, ao debater e se debater com a Linguística (a língua), com a Teoria das Ideologias (materialismo histórico, ideologia) e com a Psicanálise (sujeito, inconsciente) permitem-nos pensar em uma constelação de processos discursivos situados no bojo das problematizações que se instauram a partir daquilo que ficou conhecida como uma teoria não subjetiva do sujeito (ORLANDI, 2014). Sendo assim, ocuparemos, nesta seção, das problematizações acerca da Linguística percebida sob o viés da AD.

Se Haroche, Henry e Pêcheux (1990) atribuem o mérito da formação de uma ciência autônoma a Saussure, isso não ocorre sem que seja mencionado que todo um universo exterior da língua seja excluído, como, “[...] a ‘subjetividade na linguagem’ e a ‘ordem do discurso’” (PIOVEZANI, 2008, p. 08). Não é desconhecida a primazia que o estruturalismo saussuriano atribui à língua no escopo de investigações que são apresentadas a partir do CLG. Neste contexto, sobre a língua cabe acentuar que:

[...] torna-se possível estudá-la a partir de regularidades e, portanto, apreendê-la na sua totalidade (pelo menos é nisso que crê o estruturalismo), já que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura. A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo. Daí ‘estruturalismo’: é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto, e é este objeto assim definido que interessa a essa concepção de ciência em vigor na época (MUSSALIM, 2011, p. 102).

Ao excluir a fala, Saussure deixa de lado o exterior, as irregularidades, o terreno dos sentidos e o sujeito. Dessa forma, para Mussalim (2011), ao contrário de Saussure, Pêcheux considera que a significação não pode ser apreendida enquanto situada no interior de um sistema linguístico fechado sobre si, já que esta é da ordem da fala e do sujeito e não da ordem da língua, já que sofre alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam.

Na via de deslocamentos tecidos a partir da premissa de que é preciso pontuar a partir de estudos que vislumbrem a possibilidade de ir além da reprodução de sentidos já dados, obras como *La langue introuvable* (1981), *Análise do discurso: 3 épocas* (1983) e *Discurso: estrutura ou acontecimento?* (1983) se apresentam como louváveis. Sob inspiração psicanalítica, outra noção vai abalar a estrutura do sistema: o real da língua. Isso porque de acordo com François Gadet e Michel Pêcheux (2010, p. 55) “[...] o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas”. Neste contexto, sobre o real da língua, vale a pena trazermos à tona o verbete inserido no *Glossário de Termos do Discurso*, organizado por Maria Cristina Leandro Ferreira, do Instituto de Letras da UFRGS:

REAL DA LÍNGUA: Impossibilidade de se dizer tudo na língua. Série de pontos do impossível, lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito. O termo real da língua é designado em francês como ‘lalangue’, o que corresponde em português a ‘alíngua’. Essa distinção terminológica expressa de um modo singular, já na grafia, a diferença existente entre a noção de língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção de real da língua (alíngua), que é da ordem do não-todo, do impossível, inscrito igualmente na língua. Esse termo veio da psicanálise, trazido por Lacan, e foi desenvolvido na linguística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda língua, a consagra ao equívoco. Na perspectiva teórica do discurso, torna-se fundamental uma noção de língua afetada pelo Real, pois isso vai permitir

operar com um conceito de língua que reconheça o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado pela ordem do simbólico (FERREIRA, 2005, p. 21).

Como podemos perceber através do verbete assinalado anteriormente, a Linguística pode ser tomada pela AD, desde que sejam levados em conta os atravessamentos deste campo pela psicanálise. Tomando o real da língua que a inscreve na ordem de uma não totalidade, temos então uma língua sujeita a falhas. Ora, falar em uma língua sujeita a falhas é promover a desestruturalidade da estrutura. Porque se a língua pode ser percebida como algo da ordem de alguma coisa, é porque ainda pode ser tomada como objeto de investigação. Mas se está sujeita a falhas, então não é da mesma língua que foi separada da fala, inserida em um sistema fechado sobre si, como no CLG, a que estamos aqui nos referindo. Mas engana-se quem pensa que isso faz com que Pêcheux abra mão de Saussure completamente, já que, para Authier-Revuz (1995), o pensador pode ser visto entre os estudiosos que pensam **com** Saussure, vislumbrando **ir além** dele.

A importância de pensar além de Saussure se apresenta basilar nos terrenos investigativos da AD, pois, desde o início, a disciplina está preocupada em contemplar o que foi excluído da abordagem saussuriana. Mas, como o que fica recalcado retorna de alguma forma, mesmo o exterior da língua não deixa de se instaurar nos escritos saussurianos e o real da língua passa a se fazer presente. Isso porque há segmentos na língua que não podem ser descritos sem a intervenção de um sujeito.

Quando, no capítulo referente ao valor linguístico do CLG, Saussure usa em uma das metáforas o exemplo de uma folha de papel em branco, cujos lados seriam o pensamento e o som, pode ser notado o retorno daquilo que foi recalcado (o exterior constituinte da língua). Ora, uma folha de papel que teria que ser cortada só o seria por uma força exterior que o fizesse. Que entidade fora do sistema é esta que incide sobre ele ao cortar a folha (tomando a língua enquanto estrutura)? Outra coisa que chama atenção é a primazia de um elemento sobre outro, afinal, como é que se define o que é verso e o que é a frente de uma folha de papel em branco? Também se pode perceber a presença de um exterior na metáfora das massas amorfas que são segmentadas em subdivisões contíguas marcadas simultaneamente nos dois lados “[...] sobre o plano indefinido das ideias confusas (A) e sobre o plano não menos indeterminado dos sons (B)” (SAUSSURE, 2006, p. 130). Desse modo, é interessante perceber como o exterior emerge mesmo no CLG:

Adicionalmente, o texto saussuriano deixa claro que nenhuma racionalidade dirige as operações que segmentam as massas amorfas ou as duas faces brancas da folha de papel. [...] Tudo se passa, assim, como se, a exemplo do que acontece com o mercado na perspectiva liberal, uma mão invisível dirigisse a ontogênese da *langue*. Não obstante, ao contrário daquela postulada por Adam Smith, a mão invisível saussuriana não vê o que faz. E, por assim dizer, invisível e **cega** (entendamos: com essas considerações, não queremos obviamente concluir que, para cada indivíduo, o corte se dá de uma maneira. Talvez o melhor fosse dizer que a mão é cega no sentido de que age como um operário em uma linha de montagem: ela repete, em cada indivíduo, o **mesmo** gesto cego). Cega, sim - ou, se quisermos utilizar um termo já mencionado, **imotivada** em suas ações (LOPES DA SILVA, 2001, p. 294, grifos do autor).

A esta altura, cabe lançar uma interrogação: os estudos discursivos baseados na AD francesa teriam abandonado Saussure ao ir além de suas postulações estruturalistas? De acordo com Orlandi (2014), a AD **debate** e **se debate** com três postulados teóricos principais, conforme mencionamos anteriormente. Isso significa que ao debater e se debater, a AD não concorda *ipsis literis* com as palavras e formulações do mestre genebrino. Isso não quer dizer que a inspiração saussuriana não esteja presente no bojo dos estudos deste campo, visto que se preservou o cuidado com estudos que se debruçaram sobre a ordem da língua, por exemplo. As preocupações com a língua se manifestaram desde a fundação da disciplina por Michel Pêcheux e Jean Dubois, conforme postulou Denise Maldidier (2014).

Na união de um filósofo e um linguista se dá a fundação da disciplina, portanto. Dubois, um linguista e lexicólogo preocupado com as emergências da Linguística de seu tempo, e Pêcheux, um filósofo envolvido em discussões acerca da epistemologia, do marxismo e da psicanálise. Para Mussalim (2011, p. 102), encontram-se no contexto do marxismo e da política, “[...] partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social”. Cabe destacar então a influência de Althusser (1974), para quem a linguagem emerge como lugar a partir do qual pode ser depreendido o funcionamento da ideologia.

Desse modo, inscrito em uma tradição marxista, o autor vai buscar apreender por meio das práticas e discursos dos Aparelhos Ideológicos de Estado a materialização da ideologia. Por isso, mesmo que Althusser visse com bons olhos uma linguística assentada sob bases estruturalistas, “[...] só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher este projeto”

(MUSSALIM, 2011, p. 105). Neste contexto, o corte epistemológico empreendido por Saussure vai ser uma das bases da AD que tomou a Linguística como um de seus pilares, promovendo deslocamentos na interface com outros atravessamentos teóricos. Essas comparações que são frequentemente assinaladas, justificando a cisão controversa entre AD e a Linguística, em que a AD toma para si a Linguística como um dos pilares ao mesmo tempo em que se distanciam, revelando o esforço empreendido em “[...] designar o processo (histórico) pelo qual as proposições intelectuais concernentes ao campo considerado criam, retomam e tentam dominar a temporalidade de seu desenvolvimento¹¹” (PUECH, 2004, p. 125, tradução nossa).

Mas com o lançamento de ELG, a situação não mais se torna tão simples como comumente apregoada e os deslocamentos e controvérsias entre a AD e a linguística saussuriana se acentuaram, já que as leituras de Pêcheux e seus pares em relação a Saussure se deram no contexto de recepção específico do estudo do mestre genebrino:

[...] a Historiografia lingüística [...] que não nos deixa esquecer que a emergência da noção de “discurso” e o advento da própria AD, na França, ocorrem num momento em que se realizava a “terceira recepção” do CLG, em solo francês. O fato de que a AD tenha surgido nesse contexto contribuiu decisivamente para promover a leitura que Pêcheux fez da obra saussuriana, quando da concepção dos primeiros textos da AD (PIOVEZANI, 2008, p. 14)¹².

Na primeira e na segunda recepção do curso, desde a publicação do mesmo (a autoria não era questionada) a obra não teve repercussão significativa na França. Esta terceira recepção a que se refere Carlos Piovezani diz respeito a um período em que, depois de já ter sido descreditado pelos franceses, eis que, 40 anos depois da publicação do CLG a obra emerge como fundamental para as ciências humanas da época. Situada no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e o apogeu do estruturalismo, quando o CLG se torna amplamente lido, vale acentuar que ainda as leituras, segundo Piovezani (2008), eram intermediadas por autores como Jakobson e Hjelmslev.

¹¹ Do original: “[...] désigner le processus (historique) par lequel les propositions intellectuelles concernant le domaine considéré créent, reprennent et tentent de maîtriser la temporalité de leur développement ” (PUECH, 2004, p. 125).

¹² Para saber mais acerca das quatro fases de recepção da obra de Saussure na França recomendamos para consulta, em francês, o texto do historiador Christian Puech (2005), ou, em

A quarta recepção de Saussure se dá com a descoberta e publicação dos manuscritos. A AD, conforme vimos, problematiza a obra saussuriana no contexto da terceira etapa de recepção do linguista genebrino. Um evento histórico, profundamente singular e significativo, ocorreu nos últimos anos: em 1996, vieram à tona novos manuscritos de Saussure, publicados em 2002, e já traduzidos para o português (Cultrix: 2004): trata-se da obra intitulada *Écrits de Linguistique Générale*. Com isso, acentua-se a discussão acerca de um Saussure que “[...] não publicou o que escreveu e não escreveu o que se publicou sob seu nome” (ARRIVÉ, 2007, p.9-10).

Para Michel Arrivé¹³, estudioso das relações entre a psicanálise e a linguística, crítico e debatedor contumaz das ciências da linguagem e dos estudos saussurianos, as críticas costumeiramente atribuídas ao Saussure do CLG não se sustentam quando lançadas em relação ao ELG. Isso porque a crítica à exclusão do sujeito falante cai por terra quando Saussure, nos ELG, critica a escola de F. Bopp justamente por ela ter atribuído à língua a existência sem considerar os indivíduos falantes. A partir dos ELG, então, Saussure, para Arrivé (2007), julgava uma conquista considerável situar língua e linguagem no sujeito falante tomado como ser humano ou como ser social.

Arrivé também condena as críticas que situam os estudos de Saussure apenas na *langue*, calcando os estudos do linguista genebrino exatamente no oposto: a *parole*. Para ele, a impressão de que a linguística da fala, do discurso ou mesmo da enunciação tenha sido deixada de lado por Saussure ou até mesmo excluída só pode ser sustentada a partir de impressões deixadas pela leitura do CLG. A oposição *langue/parole*, que teve tanta repercussão como central no projeto saussuriano a partir do CLG, nos ELG, para Arrivé, é bem menos marcada ou dicotomizada nesse outro Saussure dos novos manuscritos, em que a fronteira entre os conceitos mencionados torna-se mais “porosa”. Um exemplo, para Arrivé (2007), é quando Saussure menciona a busca em integrar na língua os fenômenos sintagmáticos previamente situados na fala.

português, a partir da retomada das postulações de Puech, o texto do linguista Carlos Piovezani (2008) cujas referências completas constam ao final do artigo.

¹³ Autor de *Linguística e psicanálise. Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; São Paulo: Edusp, 2001) e de *Linguagem e psicanálise. Freud, Saussure, Pichon, Lacan* (Rio de Janeiro: Zahar, 1999). Em 2007 lançou *À la recherche de Ferdinand de Saussure* (Paris: PUF [Formes Sémiotiques]) ainda sem tradução para o português.

Neste contexto resta, então, uma lacuna a ser preenchida: como a AD poderia se situar a partir dos ELC? Perduraria o afastamento de um Saussure da *langue* enquanto sistema fechado sobre si? O Saussure de ELG permanece alheio a questões que extrapolam o viés estruturalista, permitindo a consideração de um exterior constituinte?

Ao reconhecer Saussure como fundador da Linguística moderna e sua ligação com o estruturalismo, a AD se distancia do autor, aproximando-se do corte epistemológico e preservando as discussões acerca da ordem da língua, mas pauta-se em estudar aquilo que foi excluído pela linguística de viés estruturalista atribuída a ele. Mas um deslocamento pode ser percebido também nas leituras de Pêcheux e seu grupo acerca dos estudos de Saussure, em um movimento que revela um Saussure antes e depois da recepção dos manuscritos para além do CLG. Dessa forma:

Se nos restringirmos a Pêcheux, observaremos que, nas reformulações da AD empreendidas por ele e pelo grupo ao seu redor, do final dos anos 60 até o início da década de 1980, a leitura que se fez de Saussure alterou-se sensivelmente: em seus primeiros textos, Pêcheux lia o CLG e enfatizava a necessidade de superar as insuficiências em torno da noção de “fala”; já nos últimos, ele refere-se também às fontes manuscritas e sublinha a necessidade de se debruçar sobre a “ordem da língua”. A história dessas diferentes leituras já está sendo feita por outrem e alhures. Por ora, resta-nos esperar pela publicação de seus resultados (PIOVEZANI, 2008, p. 18).

(Re)ler Saussure hoje – ou por uma análise (saussuriana) do discurso?

Para finalizar, remetemo-nos ao texto que nos serviu de epígrafe. É característico do trabalho de Michel Foucault fazer falar o silêncio às margens, dar voz ao constitutivo, mesmo em sua opacidade, questionar as evidências e os efeitos de verdade sobre o qual algumas redes de saber se constituíram. Enfim, é de sua analítica “chacoalhar as evidências”. Parece ter sido esta a proposta assumida por pesquisadores como Simon Bouquet, Claudine Normand e Eliane Silveira: chacoalhar as evidências sobre as quais se constituiu o trabalho e legado de Ferdinand de Saussure. Dessa maneira, a atualidade do saussurianismo reacendeu não apenas em sua tão conhecida fundação da Linguística moderna, mas também no centro da descoberta de um Saussure que faz calar a também tão conhecida crítica que se fazia ao mestre genebrino: a que ele havia deixado de fora do escopo da ciência que fundara a parte mais produtiva e instigante do objeto que dissecara: a *parole*, ou discurso, como ele mesmo chama nos ELC.

Se, para Simon Bouquet, Bally e Sechehaye criaram um pseudo-Saussure, e se o discurso nos aparece como preocupação central nos estudos do Saussure dos anagramas e redescoberto nos escritos que a próprio punho escreveu, é possível afirmar um deslocamento crucial no movimento Saussure (belíssima metáfora criada por Eliane Silveira) cujo porto mais óbvio é de uma anunciação do que mais tarde configurou-se, na França pós-estruturalista de Michel Pêcheux, como Análise do Discurso?

Carlos Piovezani atesta, sem titubear, que mesmo o Saussure do CLG fora lido pelos formuladores da AD. Segundo ele, o estruturalismo saussuriano, pelo corte epistemológico estabelecido, foi crucial ao desenvolvimento da Linguística contemporânea em todas as suas ramificações. Contudo, nessa relação, a figura de Saussure é ambivalente porque, se por um lado, é visto como “[...] um pai fundador, que amorosamente possibilitou a concepção da disciplina”, por outro, fora também um “[...] pai censor, que odiosamente interditou seu pleno desenvolvimento” (PIOVEZANI, 2008, p. 09). No que concerne às aproximações de Saussure com a AD, importa destacar, ainda sob a tutela de Carlos Piovezani, que contamos com uma deriva que, partidariamente, agremia diferentes posicionamentos no entorno dessa questão, o que coloca ora mais próximo, ora mais distante, ora esquecido o Saussure do CLG pela AD em função dos momentos históricos de sua recepção.

As fontes de que derivam os ELG nos permitem, prematuramente, pensar no que parece ter sido o grande debruçar-se de Saussure: compreender a língua e seus processos de significação. Em sucinto, parece-nos que embora o CLG seja o seu grande legado e, portanto, apresenta-se como uma contribuição não muito significativa à AD, os ELG constituem uma previsão dos desdobramentos, ao menos, das inquietações de Saussure no que se refere ao próprio da língua, da dupla essência da Linguística, da atualidade de sua fala. Aparentemente, os ecos necessários ao seu pensamento foram ressoar muito tarde, quase meio século depois de seu falecimento. Daí cogitarmos a possibilidade da descoberta de um legado discursivo advindo de Saussure.

Seria realmente apócrifo dizer que o que se fizera nesse texto fora uma espécie de itinerário apaziguador das dúvidas sobre distintos paradigmas editoriais, ou sobre pseudo-pensamentos ou pseudo-Saussures. O que então se pretende instigar, nos limites das consonâncias e dissonâncias em que teoricamente estamos situados, é o ato de (re)ler o já-dito para, quiçá, sermos envolvidos por um (novo) efeito: o outro Saussure..

Referências:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

ARRIVÉ, Michel. **À la recherche de Ferdinand de Saussure**. Paris: PUF (Formes Sémiotiques), 2007.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire**. Paris : Larousse, 1995.

BOUQUET, Simon. De um pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. **Letras & Letras**. Uberlândia, n. 25, v. 1, p. 161-175, jan./jun., 2009.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Coleção Campo Teórico).

GADET, François; PÊCHEUX, Michel. Dois Saussure? In: GADET, François; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2. ed. Trad.: Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Ed. RG, 2010, p. 55-62.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. 1990. **Linguagem**. Disponível em: <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 08 ago. 2015.

LIMA, George; SILVEIRA, Ederson Luís. Signos entre cursos e escritos: a Linguística e a questão da diferença em Saussure. **Diálogos Pertinentes**, Franca, v. 10, n. 01, p. 129-144, 2014.

LOPES DA SILVA, Fábio Luiz. A arbitrariedade que não se encontra. **Revista de Letras**. Curitiba, v. 56, n. 02, p. 291-300, 2001.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 17-30.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística vol. 2: domínios e fronteiras**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 101-142.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A conjuntura teórica e política da análise de discurso na França: alguns elementos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras**. Campinas: Pontes, 2014, p. 29-32.

PIOVEZANI, Carlos. Saussure e o discurso: o *Curso de Linguística Geral* lido pela Análise do Discurso. **Revista Alfa**. São Paulo, n. 52, v. 1, p. 07-20, 2008.

PUECH, Christian. Antinomies (V. Henry) et Dichotomies (F. De Saussure) l'idée d'une – science double – dans la linguistique générale de la fin du XIX siècle. In: PUECH, Christian (Org.) **Linguistique et partages disciplinaires à la charnières des XIX et XX siècles: Victor Henry (1850-1907)**. Louvain, Paris: Editions Peeters, Bibliothèque de l'Information Grammaticale, n. 55, p. 125-150, 2004.

_____. L'émergence de la notion de 'discours' en France et les destins du saussurisme. **Langages**, Paris, n. 159, p.93-110, 2005.

ROMÃO, Lucília Maria Souza. A teoria da língua em Saussure: o *Cours* e os anagramas. In: _____. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso**. São Carlos: Pedro e João, 2011, p. 25-60.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. Organização de Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **Écrits de linguistique générale**. Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris, Gallimard, 2003.

SIGNORI, Mônica Baltazar Diniz; BARONAS, Roberto Leiser. Filosofia da Linguística: três Saussure(s)? **Linguasagem**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/saussure/002.php>>. Acesso em: 08 ago. 2015. (paginação incerta).

SILVEIRA, Eliane Mara. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2007.

STAROBINSKI, Jean. **As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

A INTERTEXTUALIDADE COMO MOTIVO CENTRAL NO ARTIGO DE LUIZ FELIPE PONDÉ

Ana Cláudia FERREIRA DA SILVEIRA¹⁴

Maria Flávia FIGUEIREDO¹⁵

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar uma análise dos procedimentos retórico-argumentativos empregados pelo filósofo Luiz Felipe Pondé em seus artigos. Por meio da análise, procurar-se-á identificar o motivo central do texto. Além disso, verificar-se-á de que forma os elementos retóricos (*ethos* e *logos*) atuam na construção e caracterização do artigo. A fim de proceder à análise, foi selecionado o artigo intitulado “Esperança do mundo”. Para tanto, como referencial teórico, foram adotados os seguintes autores: Aristóteles (2012); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); Reboul (2004); Meyer (1998, 2007) e Melo (2003).

Palavras-chave: Argumentação e retórica. Artigo de opinião jornalístico. Intertextualidade. Luiz Felipe Pondé.

Resumen: *En este artículo se presenta un análisis de los procedimientos retórico-argumentativo empleados por el filósofo Luiz Felipe Pondé en sus artículos. A través del análisis se realizará para identificar lo motivo central del texto. Además, será comprobar cómo los elementos retóricos (ethos y logos) trabajan en la construcción y caracterización del artículo. Con el fin de examinar, fue seleccionado el artículo titulado "A esperança do mundo". Por lo tanto, como referente teórico, los siguientes autores han sido adoptados: Aristóteles (2012); Perelman y Olbrechts-Tyteca (2005); Reboul (2004); Meyer (1998, 2007) y Melo (2003).*

Palabras-clave: *Argumentación y retórica. Artículo de opinión periodístico. Intertextualidad. Luiz Felipe Pondé.*

¹⁴ Mestre em Linguística. Universidade de Franca (UNIFRAN). Franca-SP, Brasil. anafdasilveira@yahoo.com.br.

¹⁵ Doutora em Linguística pela Unesp de Araraquara. Docente permanente do Departamento de Linguística da Universidade de Franca (UNIFRAN). Franca-SP, Brasil. mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br.

Introdução

Reboul (2004) afirma que diante de um texto é sempre útil fazer a seguinte pergunta: há um motivo central, ou seja, um procedimento retórico que sirva como um princípio organizador para o texto? Ele mesmo responde que tal princípio organizador pode ser uma figura ou um argumento, por exemplo. E prossegue comentando: “é certo que não se pode distinguir um motivo central em todos os textos, mas é útil procurar um, porque, encontrando-o, encontramos logo a unidade viva do discurso” (REBOUL, 2004, p. 158). Sendo assim, intencionamos, por meio da recorrência de determinada técnica argumentativa, verificar se há algum motivo central no artigo de Luiz Felipe Pondé. Ademais, buscaremos verificar como as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) atuam no gênero selecionado.

Retórica e o Jornalismo de opinião

A retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Eis a definição proposta por Reboul (2004) à arte sistematizada por Aristóteles na antiga Grécia. Desde os tempos antigos os homens tiveram a necessidade de, por meio da palavra, alcançar seus objetivos, obter a adesão de suas ideias. As necessidades básicas não mudaram, e o terreno fértil para fazer florescer a retórica permanece o mesmo: a democracia. Neste sistema político, temos a plena liberdade de emitir opiniões, temos o direito à palavra.

Assim como nós, individualmente, os meios de comunicação também têm o direito de explicitar seus posicionamentos. O jornalismo de opinião, especialmente o artigo, fornece, aos que dele fazem uso, a oportunidade de expressar seu ponto de vista de forma clara e de sustentar sua tese a fim de obter a adesão do auditório. Temas polêmicos são postos e discutidos diante do leitor, e a retórica encontra aí seu espaço de atuação. Ora, por provocar ou aumentar a adesão do auditório às teses apresentadas pelo orador, temos o processo persuasivo. “Portanto, a retórica diz respeito ao discurso persuasivo, ou ao que um discurso tem de persuasivo” (REBOUL, 2004, p. XV).

Invariavelmente, o artigo de opinião jornalístico discute questões polêmicas. A partir de um tema atual, desenvolve-se uma discussão mais profunda. A retórica existe onde há uma

questão a ser debatida, ou seja, com a racionalidade retórica¹⁶ podemos deliberar sobre questões controvertidas, o que constitui um dos pilares do filosofar, pois este vive do diálogo, da polêmica; dificilmente temos uma situação ideal, onde se poderia deduzir com um *calculus ratiocinator*. Há domínios como o direito, a literatura, a moral, a arte, a religião, a poesia que não podem ser pensados senão pela racionalidade retórica (ROHDEN, 2010). Por conseguinte, “a retórica atua no interior do discurso polêmico: aquele em que duas ou mais pessoas ou facções emitem opiniões discordantes” (FERREIRA, 2010, p. 98). Assim, conhecendo a pluralidade das opiniões, o orador/articulista procura reduzir a distância¹⁷ entre ele e o seu auditório; para tanto, utiliza técnicas argumentativas e mecanismos retóricos que possam corroborar sua tese e aproximá-lo do leitor.

A fim de persuadir o auditório, o orador lança mão de provas, ou seja, de argumentos e meios que possibilitem tal intento. Além das provas racionais referentes ao próprio discurso (ou *logos*), há as provas de ordem afetiva: ora serão centradas no auditório (*pathos*), ora no orador (*ethos*). A prova relativa ao *pathos* diz respeito às diferentes paixões despertadas no auditório; o *ethos* refere-se à imagem que o orador constrói de si mesmo por meio do discurso. Tais provas são articuladas conforme a conveniência argumentativa, bem como as intenções do orador. Após as considerações feitas acima, passemos à breve reflexão acerca da intertextualidade – um dos possíveis recursos utilizados com vistas à construção do discurso argumentativo.

A intertextualidade

O conceito de intertextualidade surgiu no interior dos estudos literários por meio da autora Julia Kristeva (1974 apud CAVALCANTE, 2013). Para Kristeva, todo texto é um mosaico de citações advindas de outros textos. A fim de afirmar seus postulados, a autora se apoiava nos estudos bakhtinianos acerca do dialogismo – segundo o qual qualquer enunciado é resposta a outro enunciado anterior e, por sua vez, possibilita o surgimento de outros

¹⁶ Rohden (2010, p. 34) explica que Aristóteles distingue duas racionalidades: “empírico-dialética” e “científico-apodítica”; ele defende o sentido e a importância de ambas para o âmbito filosófico. A racionalidade retórica (pertencente à racionalidade empírico-dialética) tem como campo próprio a verossimilhança.

¹⁷ A esse respeito, Meyer (1998, p. 27) afirma que “a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema”.

enunciados. Sendo assim, é constitutiva a relação que um texto mantém com o outro. Conforme Cavalcante (2013), em muitos tempos, é possível perceber indícios visíveis da relação entre textos, “desde evidências tipográficas, que demarcam fronteiras bem específicas entre um dado texto e algum outro que esteja sendo evocado, até pistas mais sutis que conduzem o leitor à ligação intertextual por meio de inferências” (CAVALCANTE, 2013, p. 146).

Posteriormente, outros estudiosos propuseram outras perspectivas sobre o diálogo entre os textos. Dentre os estudiosos, tem-se Piègay-Gros (1996 apud CAVALCANTE, 2013). Sua proposta pode ser resumida da seguinte forma:

As Relações intertextuais subdividem-se em Relações de copresença e Relações de derivação¹⁸. As Relações intertextuais por copresença são aquelas onde é possível verificar a presença de fragmentos de textos advindos de outros textos. Genette (1982 apud CAVALCANTE, 2013) aponta formas de intertextualidade por copresença: a *citação* e a *alusão*. A essas formas, Piègay-Gros (1996 apud CAVALCANTE, 2013) acrescentou o subtipo denominado de *referência*.

A *citação* é o tipo de intertextualidade mais marcada por sinais tipográficos diversos que demarcam a fronteira entre o trecho citado e o texto em que ela se localizará. O uso da citação revela também um recurso à autoridade. Recorre-se à palavra especializada a fim de fundamentar o que está sendo dito, garantindo, assim, maior credibilidade aos argumentos.

Vale lembrar, segundo Cavalcante (2013), que a citação nem sempre vem demarcada por traços visíveis por meio de evidências tipográficas; o fato de não as haver, não significa que não haja a citação. Nesse caso, o autor parte do pressuposto de que seu leitor já reconheça, de antemão, os trechos pertencentes a um outro texto. O autor considera que o leitor terá condições de recuperar o intertexto – geralmente reconhecível por advir de um contexto cultural comum.

A *referência* diz respeito ao processo de remissão a outro texto sem, para tanto, utilizar-se das citações. Ela pode ocorrer, por exemplo, por intermédio da nomeação do autor do intertexto, do título da obra, de personagens de obras literárias, de filmes etc.

¹⁸ Para o propósito deste trabalho, será abordada apenas a Relação intertextual por copresença.

A *alusão* é uma espécie de referenciação indireta, uma retomada implícita, uma indicação para o coenunciador de que, pelas orientações postas no texto, ele deverá apelar à memória a fim de identificar o referente não dito. Diferentemente da referência, que apresenta marcas explícitas indicadoras do intertexto (nome do autor, título da obra, nomes de personagens), a alusão é mais implícita, ou seja, não apresenta marcas diretas e, assim, requer maior capacidade de inferência por parte do leitor. Nem sempre o leitor deterá as informações necessárias para a compreensão da alusão feita num determinado texto; contudo, o fato de não conseguir identificar não anula a presença da alusão. Certamente outros leitores conseguirão reconhecer os indícios intertextuais da alusão (CAVALCANTE, 2013).

Após breve explanação acerca dos tipos de intertextualidade por copresença, vale lembrar que o diálogo que um texto mantém com o outro pode assumir diversos posicionamentos, conforme posto por Reboul (2004, p. 157): “Todo discurso responde a uma pergunta, admitiremos que ele sempre replica – explicitamente ou não – a outros discursos, seja apoiando-se neles, seja refutando-os, seja completando-os”. A forma como cada autor, num texto específico, manipula as citações, alusões ou referências, depende de seu objetivo argumentativo.

O artigo de opinião

O artigo de opinião é comumente definido¹⁹ como um gênero que objetiva expor um ponto de vista sobre um determinado tema (comportamento, religião, economia, política, ciência, etc.). O articulista, geralmente, é especialista nos temas tratados na coluna em questão. Os leitores leem tal coluna justamente para conhecerem a opinião e a avaliação de um especialista acerca de um tema dado (SILVEIRA, 2015). A significação maior do gênero está contida no ponto de vista exposto por alguém. Essa avaliação não está oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas apresenta-se de forma clara e explícita. A opinião ali emitida vincula-se à assinatura do autor; o leitor a procura exatamente para saber

¹⁹ O dicionário de gêneros textuais assim define o artigo de opinião: publicado “num jornal, revista ou periódico; texto de opinião dissertativo ou expositivo ou interpretativo, que forma um corpo distinto na publicação, trazendo a interpretação do autor sobre um fato ou tema variado. Desenvolve explícita ou implicitamente, uma opinião sobre o assunto, com um fecho conclusivo, a partir da exposição das ideias ou da argumentação/refutação construídas” (COSTA, 2009, p. 40-41).

como o articulista (em geral personalidade destacada) pensa e reage diante de uma cena atual (MELO, 1985).

Rodrigues (2003) afirma que o articulista assume o *ethos* da competência social e discursiva, angariada pela sua circulação na mídia e pela função profissional exercida. O reconhecimento social atribui credibilidade ao articulista, ao que ele diz, ao seu ponto de vista, à sua opinião. A própria posição prestigiada do autor enquanto especialista e colunista reconhecido socialmente confere a ele o *ethos* de autoridade. Embora a autoria no artigo seja um argumento de autoridade, a orientação apreciativa do articulista não se constrói isoladamente, *mas se entrelaça com outras posições discursivas*, isto é, mantém relações dialógicas com enunciados já ditos. Aliás, segundo Bakhtin (1997), todo gênero é dialógico porque o dialogismo é constitutivo da linguagem. A posição do autor vai se formando pelo modo como incorpora e trata as diversas vozes reunidas no seu enunciado; vale lembrar que tais vozes recebem diferentes valorações: ora são avaliadas positivamente, cooperando na construção do ponto de vista do autor, ora são desqualificadas e opostas à tese defendida.

Nesse sentido, propomos a análise de um artigo com vistas à identificação do motivo central do texto selecionado, tomando como referencial as considerações supracitadas.

Análise: “Esperança do mundo”

O artigo selecionado para análise intitula-se “Esperança do mundo”, escrito pelo articulista Luiz Felipe Pondé e publicado no dia 12 de maio de 2014 no Jornal *Folha de S.Paulo*.

O título do artigo, a saber, “Esperança do mundo”, remete-nos, de antemão, a algumas possibilidades temáticas do âmbito filosófico. Somos impelidos a ler o texto porque o articulista é filósofo, ou seja, especialista no assunto discutido. Vale lembrar que as credenciais do articulista são expostas na mesma página em que é publicado o artigo. A respeito disso, Borges e Mesquita (2011, p. 3) reiteram que “o jornal tem como critério a especialidade do produtor, pois, por ela, se tem a voz de alguém autorizado a falar sobre determinado assunto, o que dificilmente será refutado pelo(s) leitor(es) que não possui(em) o mesmo conhecimento específico do articulista”. Assim, a própria competência do articulista/especialista acerca do tema em discussão, já é, a princípio, um argumento de

autoridade. Percebemos, então, o *ethos* de autoridade como prova retórica que contribui para o propósito argumentativo.

No exórdio, isto é, no início do discurso, pode-se visualizar a citação da fala de uma personagem do filme *Tender Mercies*, vejamos: “*Nunca confiei na felicidade*”. A fala da personagem inserida num texto que tem como título “Esperança do mundo”, direciona o auditório a uma determinada tese que será defendida pelo autor. Nesse sentido, é revelado seu provável posicionamento frente ao tema que terá o seu desenvolvimento ao longo da narração (parte subsequente ao exórdio).

“Nunca confiei na felicidade”, diz o personagem de Robert Duvall no filme “Tender Mercies” (“A Força do Carinho”, título brasileiro bem infeliz para o filme), papel com o qual ganhou o Oscar de melhor ator em 1983.

Acerca do papel das citações durante o processo argumentativo, Silva (2006) comenta que, visando confirmar o seu dizer, o orador traz as citações no interior da enunciação que constrói para legitimá-la. Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se pretende. Além disso, ao explicitar que o ator ganhou o *Oscar* pelo personagem do filme, o orador fez uso do argumento de autoridade. Para um determinado auditório, o *Oscar* se constitui como uma autoridade nos assuntos relativos ao cinema. E, com a intenção de destacar seu argumento, o orador fez menção ao prêmio.

Dando prosseguimento ao texto, o autor revela a perspectiva que mantém acerca da política e, para fundamentar seu posicionamento, faz menção a Albert Camus – também filósofo. Vejamos:

Mas da política trato apenas por obrigação profissional, porque, como diz Albert Camus nos seus “Cadernos” (o primeiro tem como título “Esperança do Mundo”), ouvindo aqueles que se dedicam à política, podemos apenas concluir que as pessoas se importam pouco com esta parte das suas vidas, uma vez que todos na política mentem.

Identificamos, no excerto acima, a referência a *Albert Camus*. A fim de legitimar sua opinião, o orador traz ao seu discurso o dizer do outro, de uma autoridade que, invariavelmente, possui conhecimentos e contribuições advindas da mesma área em que transcorre a enunciação. Nesse caso, o filósofo Albert Camus é trazido ao texto por meio de sua citação publicada, a princípio, em um de seus cadernos. Aqui, identificamos, inclusive, a

autoria do título utilizado pelo articulista no artigo: “Esperança do mundo”. Nesse sentido, a intertextualidade, por meio da alusão, é verificada por intermédio do diálogo entre o título do Caderno *Esperança do Mundo*, escrito por Camus e do artigo (em análise), com o mesmo título, de Luiz Felipe Pondé. Além disso, ao trazer para o seu discurso a fala de Camus, o orador ressignifica o enunciado de acordo com sua intenção argumentativa.

Os enunciadores, ao selecionarem os argumentos de autoridade, o fazem consoante ao acordo prévio com o auditório. E para consagrar o seu dizer, citam essas autoridades no interior da enunciação que constroem para legitimá-la. [...] Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se deseja (SILVA, 2006, p. 70).

Ainda fazendo referência à política, o autor prossegue:

Acrescentaria, além dos políticos profissionais, os intelectuais que a ela se voltam como redenção do mundo e forma de obrigar os outros a viverem de acordo com os delírios que alimentam em seus gabinetes. Enfim, no fundo, a política pouco me interessa. Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida — do contrário ela se infectará.

Além da crítica aos políticos, o orador se dirige criticamente aos intelectuais que se voltam à política como redenção do mundo. O orador seleciona o vocábulo “redenção” a fim de aludir ao cristianismo: os intelectuais, segundo o colunista, veem a política como forma de salvação do mundo. Ademais, percebem nela a oportunidade de induzir outros a segui-los em seus “delírios”. O orador prossegue demonstrando o seu desprezo com relação à política e conclui: *Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida – do contrário ela se infectará.* A opção do orador por construir seu raciocínio através da *analogia* revela a intenção de promover a estrutura do real que, por meio da semelhança das relações, encontra e prova uma verdade (DAYOUB, 2004).

No próximo fragmento, a citação é novamente trazida ao texto por meio da fala de uma personagem a fim de corroborar o posicionamento do orador frente ao tema em discussão:

Noutro filme, "Alabama Monroe" (2012), do diretor Felix van Groeningen, a personagem feminina Elise, interpretada por Veerle Baetens, diz algo semelhante ao final: "Sempre soube que tudo aquilo não podia durar, porque a felicidade sempre acaba".

A intertextualidade é novamente manifestada por meio da citação. Uma vez que o autor a utiliza como um recurso argumentativo que visa reforçar suas ideias por meio das palavras de outras pessoas. Obviamente, ele seleciona citações que corroborem a tese defendida. Diferentemente da alusão, a citação expõe a fonte a qual se remete. Além disso, é marcada pelo uso de aspas separando a fala da pessoa citada com a fala do orador. E, mais uma vez, o texto citado, inserido num outro texto, adquire um novo significado.

No próximo parágrafo o autor continua:

Pois se existem apenas "três ou quatro atitudes diante do mundo", como dizia em seu "Breviário da Decomposição" Emil Cioran, filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia, esta é a minha. E seguramente a dele. E também a de Camus.

No início, o orador traz ao texto a citação do filósofo romeno Cioran. Além disso, faz referência à obra intitulada *Breviário da Decomposição*. A citação do filósofo, bem como a referência à sua obra, demonstram o uso de uma estratégia que visa à fundamentação do ponto de vista do orador. Ademais, há a preocupação em defender o argumento utilizado: *filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia*. É possível perceber um jogo onde ocorre a apreciação de um (Cioran) e a depreciação do outro (trágicos gregos). Ou seja, as vozes são avaliadas e mencionadas positiva ou negativamente consoante à tese defendida no transcorrer do processo retórico.

Dando continuidade, o orador, uma vez mais, invoca Emil Cioran.

Na mesma obra, Cioran faz um diagnóstico preciso: "A obsessão pelos remédios marca o fim de uma civilização, e, pela salvação, o fim da filosofia".

Neste fragmento, há a continuação da referência à obra e a inclusão de outra citação feita por Cioran. Conforme comentado no início desta análise, o tema apresentado pertence ao universo filosófico, sendo assim, trazer ao discurso uma personalidade destacada nessa mesma esfera, isto é, invocar um filósofo reconhecido universalmente, atribui um caráter de credibilidade à argumentação. A respeito disso, Cavalcante e Brito (2011) observam que, além de utilizar a citação como um recurso de autoridade, ratificando determinado ponto de vista, o orador tenciona mais ainda usar a técnica argumentativa de sustentar o que se diz por meio da

fala de um enunciador com credibilidade suficiente *no meio em que ocorre a argumentação*. Trata-se, então, do argumento de prestígio.

O articulista continua:

Por isso ele [Cioran] afirma que desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza. Os filósofos, diz Cioran, quase todos acabam bem, prova máxima contra a honestidade deles.

Aqui, percebe-se uma oposição entre Cioran e Kant. Tal oposição fica evidenciada quando o orador afirma que Cioran *desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza*. Há, então, dois argumentos de autoridade contrapostos conforme a conveniência argumentativa. Nesse caso, o que importa é a argumentação feita a respeito de cada um dos nomes citados e não as autoridades em si. O modo de apresentar os nomes das autoridades constitui um modelo de persuasão que pressupõe as escolhas feitas pelo articulista com vistas à propagação de sua ideologia e de seu posicionamento.

Prosseguindo, o articulista afirma:

Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico ("O Mito de Sísifo"). E sei também que ele considerava um milagre um momento em que não tivesse que falar de si mesmo (caderno "Esperança do Mundo"). Detalhe: Camus usa expressões como "milagre", conhecia bem teólogos como Blaise Pascal e conceitos como o de "graça", citando-os com precisão.

Ao iniciar o período com o verbo *saber* em primeira pessoa, o orador constrói o ethos de *conhecedor*. Ademais, nesse excerto, além do próprio filósofo, o orador faz alusão a uma obra (*O mito de Sísifo*) e conceitos como o “suicídio”. No término deste parágrafo, são mencionados conceitos como “milagre” e “graça” que, segundo o articulista, são utilizados por Camus com precisão, já que possuía conhecimento de teólogos como Blaise Pascal. Verifica-se, aqui, a confirmação e consolidação de Camus como autoridade no que se refere ao tema discutido (de ordem filosófica e teológica) por meio da afirmação de seu entendimento sobre os conceitos supracitados, uma vez que era conhecedor de teólogos como Blaise Pascal – outra autoridade reconhecida do universo filosófico. Percebe-se, aqui, o jogo de vozes (estrategicamente selecionadas) que contribuem à sustentação da tese. Poder-se-ia elaborar o seguinte esquema: Blaise Pascal > Albert Camus > Luiz Felipe Pondé.

O autor prossegue dizendo:

Mas eu suspeito que um dos maiores problemas da filosofia, e certamente um dos maiores milagres na vida, para quem tem um temperamento que desconfia da felicidade (trágico), é justamente o problema que Camus diz "ser um bom título": a esperança do mundo.

No fragmento acima, percebemos novamente a citação de Camus a fim de embasar a condução argumentativa do artigo – desde o início e perpassando toda a narração.

Na conclusão de seu artigo, o autor emite a seguinte asserção:

Talvez o próprio Camus dê uma pista neste "Caderno", sendo ele um filósofo, e sabendo, como nós todos, que nós filósofos sofremos da vaidade intelectual como pecado capital. Camus diz que "a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira". Portanto, talvez, a humildade, virtude capital para Camus, seja a esperança para a filosofia. Ou, como dizia Santo Agostinho, o que falta ao filósofo é chorar.

Neste excerto, além de trazer o argumento de autoridade por meio de Santo Agostinho – filósofo e teólogo –, personalidade competente no assunto recorrente da argumentação do artigo em análise, o orador ainda traz a citação de Camus "a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira".

Além disso, nessa etapa final, ele apela ao *pathos* – por meio da sensibilização do auditório – ao dizer que *o que falta ao filósofo é chorar*. A peroração constitui, por excelência, o momento em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica (REBOUL, 2004).

Conclusão

Mediante a análise apresentada, podemos expor, primeiramente, as seguintes considerações quantitativas:

➤ Técnicas argumentativas identificadas:

“Esperança do mundo”	Alusão – Intertextualidade; Analogia; Argumento de autoridade (seis vezes) – Intertextualidade; Citação (sete vezes) – Intertextualidade; Referência (duas vezes) – Intertextualidade.
----------------------	--

➤ **Manifestação do *ethos*:**

- *ethos* de autoridade (em referência ao *ethos* projetivo do articulista, reforçado no próprio exórdio do artigo por meio da enumeração de suas credenciais);
- *ethos* de conhecedor (por meio da forma verbal (saber) Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico).

Por meio da análise quantitativa, podemos concluir que, no artigo analisado, além da especialidade do próprio articulista e da posição da qual ele fala – nesse caso, do Jornal *Folha de S.Paulo* –, outras vozes são trazidas ao texto a fim de legitimar a opinião do orador. Ademais, percebemos que, por meio da recorrência da alusão, do argumento de autoridade, da citação e da referência, houve a tentativa de não apenas sustentar a tese defendida, como também de o autor construir a imagem de si como aquele que conhece o assunto sobre o qual se discute: *ethos* de autoridade e *ethos* de conhecedor. Nesse sentido, a intertextualidade se manifestou no texto de forma recorrente e predominante, levando-nos a concluir que tal fenômeno tenha se constituído como o motivo central do artigo selecionado para análise.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.

BORGES, A. L. MESQUITA, E. M. C. Artigo de opinião ou outro gênero? **Anais do Silel**. EDUFU: 2011. Disponível em: <http://www.ileel2.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_2092.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

DAYOUB, K. M. **A ordem das ideias**: palavra, imagem, persuasão: a retórica. Barueri, SP: Manole, 2004.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).

FOLHA UOL. **Cadernos diários**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 04 set. 2014.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEYER, M. **A retórica**. Tradução de Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série Essencial)

_____. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**, Lisboa: Edições 70, 1998.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROHDEN, L. **O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SILVA, R. C. **Argumentação e modalidade: o discurso da incerteza nas questões do desemprego**. In: MOSCA, L. do L. S. (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 61-81.

SILVEIRA, Ana Cláudia Ferreira. **A intertextualidade como estratégia argumentativa nos artigos de Luiz Felipe Pondé**. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

Anexo – “Esperança do Mundo” (Folha de S.Paulo, 12 maio 2014)

"Nunca confiei na felicidade", diz o personagem de Robert Duvall no filme "Tender Mercies" ("A Força do Carinho", título brasileiro bem infeliz para o filme), papel com o qual ganhou o Oscar de melhor ator em 1983. O filme narra a derrocada de um cantor de música country e sua sofrida redenção, graças ao amor e generosidade de uma mulher.

No filme, salta aos olhos o deserto do Texas, a solidão de todas as planícies e a total ausência de qualquer metafísica barata, coisa comum hoje no cinema, seja ela moral, psicológica, ambiental ou política. O homem e a mulher são seres abandonados no mundo e devem cuidar de suas vidas porque ninguém mais o fará.

Aliás, por falar em metafísica, a pior é a política. Mas da política trato apenas por obrigação profissional, porque, como diz Albert Camus nos seus "Cadernos" (o primeiro tem como título "Esperança do Mundo"), ouvindo aqueles que se dedicam à política, podemos apenas concluir que as pessoas se importam pouco com esta parte das suas vidas, uma vez que todos na política mentem.

Acrescentaria, além dos políticos profissionais, os intelectuais que a ela se voltam como redenção do mundo e forma de obrigar os outros a viverem de acordo com os delírios que alimentam em seus gabinetes. Enfim, no fundo, a política pouco me interessa. Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida – do contrário ela se infectará.

Noutro filme, "Alabama Monroe" (2012), do diretor Felix van Groeningen, a personagem feminina Elise, interpretada por Veerle Baetens, diz algo semelhante ao final: "Sempre soube que tudo aquilo não podia durar, porque a felicidade sempre acaba". Referia-se ela ao amor por seu marido Didier e pela pequena filha morta.

Sinto-me em casa quando ouço pessoas dizerem coisas assim. Pois se existem apenas "três ou quatro atitudes diante do mundo", como dizia em seu "Breviário da Decomposição" Emil Cioran, filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia, esta é a minha. E seguramente a dele. E também a de Camus.

Na mesma obra, Cioran faz um diagnóstico preciso: "A obsessão pelos remédios marca o fim de uma civilização, e, pela salvação, o fim da filosofia". Por isso ele afirma que desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza. Os filósofos, diz Cioran, quase todos acabam bem, prova máxima contra a honestidade deles.

Sempre sinto um cheiro de mesquinaria quando ouço alguém falar de uma nova dieta. A vida, talvez seja esta sua maior tragédia, se apequena quando não é de algum modo dada em sacrifício. Talvez seja isso que o cristianismo queira dizer quando afirma que só quando se perde a vida se ganha a vida. E não há saída: somos a civilização da mesquinaria. Até Cristo deve ser saudável.

Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico ("O Mito de Sísifo"). E sei também que ele considerava um milagre um momento em que não tivesse que falar de si mesmo (caderno "Esperança do Mundo"). Detalhe: Camus usa expressões como "milagre", conhecia bem teólogos como Blaise Pascal e conceitos como o de "graça", citando-os com precisão.

Mas eu suspeito que um dos maiores problemas da filosofia, e certamente um dos maiores milagres na vida, para quem tem um temperamento que desconfia da felicidade (trágico), é justamente o problema que Camus diz "ser um bom título": a esperança do mundo.

Como ter esperança no mundo sem ter que abdicar da capacidade de vê-lo tal como é? Por isso, sinto um halo de graça quando vejo a esperança visitar o mundo. Afora as ilusões, só a generosidade é capaz de acolher a esperança.

Talvez o próprio Camus dê uma pista neste "Caderno", sendo ele um filósofo, e sabendo, como nós todos, que nós filósofos sofremos da vaidade intelectual como pecado capital. Camus diz que "a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira". Portanto, talvez, a humildade, virtude capital para Camus, seja a esperança para a filosofia. Ou, como dizia Santo Agostinho, o que falta ao filósofo é chorar.

ALTERIDADE E IDENTIDADE EM DISCURSOS SOBRE A LITERATURA MARGINAL

Luiza BEDÊ²⁰

Marina Célia MENDONÇA²¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão a respeito da identidade da literatura marginal brasileira contemporânea; para tanto, utilizamos como objeto de análise um cartaz verbo-visual de divulgação da Semana de arte moderna da periferia (2007), no qual é evocado outro movimento literário, a primeira geração modernista, principalmente, aquela envolvida na semana de 22. O referencial teórico-metodológico é o desenvolvido pelo Círculo de Bakhtin. Deste modo, mobilizamos os conceitos de alteridade, identidade e ideologia. Por meio da análise, podemos afirmar que a identidade da literatura marginal é um espaço de valorização da alteridade, não para realçar a desigualdade, mas como forma de valorizar a diferença.

Palavras-chave: Círculo de Bakhtin. Alteridade. Identidade. Enunciado verbo-visual. Literatura marginal.

Abstract: *This article proposes a reflection on the identity of contemporary Brazilian marginal literature; to this end, we use as object of analysis a verb-visual poster of propagation of the Semana de arte moderna da periferia (2007), in which it is evoked another literary movement, the first modernist generation, especially the one involved in the week of 22. The theoretical and methodological framework is the one developed by the Bakhtin Circle. Thus, we have mobilized the concepts of otherness, identity and ideology. Through analysis, we can say that the identity of marginal literature is an appreciation of space of otherness, not to highlight inequality, but as a way of valuing the difference.*

Palavras-chave: *Bakhtin Circle. Otherness. Identity. Verbo-visual enunciation. Marginal Literature.*

²⁰ Doutoranda do Programa de Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, São Paulo. luiza_bede@hotmail.com.

²¹ Docente da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, São Paulo. marinamendonca@fclar.unesp.br.

Primeiras palavras: Alteridade e individualismo

Bakhtin (1997), ao problematizar a visão artística da consciência humana na obra de Dostoiévski, afirma que, no capitalismo, cria-se um tipo especial de consciência permanentemente solitária que pretende se exaurir da presença do outro. Este processo, de negar aquilo que constitui o sujeito enquanto humano é uma prática clara de desumanização e uma tentativa de negar a condição ontológica da linguagem e da alteridade.

Dostoiévski manifesta essa desumanização no não reconhecimento dos personagens enquanto homens na sociedade: “os sujeitos recolhem-se à solidão forçada, que os insubmissos procuram transformar numa solidão ativa (passar sem o reconhecimento, sem os outros)” (BAKHTIN, 1997, p.342). A visão artística de Dostoiévski corrobora a ética bakhtiniana e problematiza a necessidade evidente de mostrar o aspecto vital da alteridade para a humanidade.

Antonio Gramsci, em sua obra, também indica a importância da alteridade como forma de humanização e afirma que a postura individualista proveniente da burguesia possui uma presença marcante desde o século XVIII nas grandes e médias metrópoles; percebe-se que essa postura toma proporções cada vez maiores na contemporaneidade. Para superá-la é necessário que tenhamos uma vivência da liberdade individual, que só é possível se ela for construída “com as experiências de todos os outros homens, que vivem as mesmas dores e esperanças” (GRAMSCI, 1978, p. 372). Esta liberdade individual vai além daquela que conhecemos na sociedade burguesa, ela ultrapassa limites do âmbito individual para o social ou, como Gramsci nomeia, para a vida coletiva.

A luta contra o individualismo é a luta contra um determinado individualismo, contra um determinado conteúdo social, e precisamente contra o individualismo econômico num período em que ele se tornou anacrônico e anti-histórico. [...] Que se lute para destruir um conformismo autoritário, tornado retrógrado e embaraçoso, e se chegue ao homem-coletivo através de uma fase de desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica é uma concepção dialética difícil de ser compreendida pelas mentalidades esquemáticas e abstratas. (GRAMSCI, 2000, p. 289-290).

O individualismo, presente na sociedade burguesa, como Gramsci observa, é um “apoliticismo animalesco” e nos remete a uma “clientela” pessoal (2000, p. 327) em que o que está em xeque é o indivíduo dotado meramente de si mesmo. Assim, a individualidade

burguesa se dá por meio da total ausência do espírito social. O Estado, detentor do poder, cria esse individualismo atual, predestinando o indivíduo à sociedade de consumo e o reduzindo a um caráter instrumental, visto de forma clara desde a Revolução Industrial.

Uma nova concepção de individualidade deve ser criada e não deve estar mais concentrada em si, mas, necessariamente, na interação com o *outro*, com a *alteridade* (SCHLESENER, 2007). Superar o individualismo na atual sociedade burguesa é uma contradição em si, já que para a existência da burguesia é necessário este espírito individualista, porém existem diversas teorias que buscam entender o individual, a individualidade por meio do *outro*, por meio da relação social em um determinado espaço e tempo.

Partindo da perspectiva bakhtiniana, entendemos como imprescindível o aprofundamento teórico sobre a alteridade, a subjetividade e sua relação intrínseca com a linguagem, pois é a partir deste movimento, deste contato que emergem as mais diversas peculiaridades das manifestações artísticas.

Considerando o caráter fundamental da alteridade para a constituição da identidade, este artigo analisa modos como a literatura marginal brasileira contemporânea afirma sua identidade por meio do contato com outros movimentos literários, mais especificamente, com a primeira geração modernista. Analisamos um enunciado verbo-visual, veiculado como forma de divulgação da Semana de arte moderna da periferia, em 2007.

A literatura marginal (NASCIMENTO, 2009) é um movimento literário brasileiro que surgiu nas periferias, principalmente, urbanas; os autores dessa literatura são provenientes desses espaços e relatam em suas narrativas as experiências de viver à “margem” da sociedade; as temáticas da literatura marginal incluem os mais diversos problemas sociais como a violência, a ausência do Estado, a truculência da polícia, as relações que envolvem o trabalho – problemáticas sempre relacionadas com o espaço social da periferia. Essa literatura, portanto, surge como forma de afirmação cultural e política da periferia feita por sujeitos que estão inseridos nesses espaços, assim há uma busca aparente desses autores de valorizar os aspectos singulares e únicos que só são possíveis de serem vividos nesse espaço, por esses sujeitos, nesse período histórico.

O artigo está organizado em dois momentos, o primeiro deles é uma reflexão acerca do conceito de identidade, sua concepção em alguns momentos da história e a relação que há entre identidade e alteridade. Em seguida, nos debruçaremos sobre um enunciado verbo-

visual, materializado em cartaz de divulgação da *Semana de arte moderna da periferia*. Para a análise, cotejaremos tal enunciado com outro cartaz de divulgação produzido para a *Semana de arte moderna de 1922*.

Identidade e Alteridade

O estudo da identidade sempre foi interesse de pesquisadores das ciências humanas. A relação entre identidade e linguagem já despertara o interesse dos gregos da antiguidade clássica, especialmente de Aristóteles. Tal problemática ainda se faz presente, tendo em vista o interesse de diversos teóricos em discorrer sobre identidade e sua relação com a linguagem. Mesmo que essa problemática tenha perpassado o pensamento de diversos autores, de Aristóteles até os dias de hoje, ainda há muito que refletir sobre ela. Nosso intuito não é responder às inúmeras lacunas que se abrem ao relacionarmos linguagem e identidade, mas tão somente colocar a problemática sob a ótica dos estudos do Círculo de Bakhtin.

Nesses estudos, não temos elaborado de forma concreta o conceito de identidade, porém na leitura da obra do Círculo podemos encontrar caminhos para a compreensão de identidade - por exemplo, pensar em identidade e ignorar os aspectos da alteridade seria uma contradição dentro da Análise Dialógica do Discurso, assim como entender identidade nos atendo meramente aos aspectos sociais, ignorando o sujeito em sua singularidade, também não seria adequado nesse espaço teórico.

Até a modernidade, segundo Gondar (2002), o princípio desenvolvido por Aristóteles da “não-contradição” era aceito dentro da filosofia. Para o filósofo, tudo o que pode ser contraditório para um sujeito não pode ser expresso por ele, porque nesse sujeito não há a vivência dessa contradição, portanto seria impossível o domínio linguístico para expressá-lo. Não obstante, devemos ter em mente que o que direciona o domínio ontológico ao encontro do domínio linguístico é a identidade.

O conceito de identidade passa a ter sentidos diversos depois da Primeira Guerra Mundial por conta da construção de afirmações de identidade, principalmente nos países que saíram derrotados, cuja população amargou sanções econômicas, retaliações territoriais e humilhações que deram espaço e terreno fértil para a emergência de uma construção identitária, imposta de maneira sistemática e baseada no mito de superioridade racial e cultural, no período entre guerras.

Mal recuperada da fragorosa derrota sofrida na Primeira Grande Guerra, com sua economia em ruínas, o orgulho teutônico em frangalhos, a Alemanha estava à procura, digamos, de uma nova identidade que encobrisse, de uma vez por todas, todo um passado, digno de ser apagado da memória. Vale a pena também lembrar que estava surgindo naquele país o movimento nazista, que logo se aproveitou do vazio oferecendo ao povo, em estado de baixo auto-estima, um novo orgulho de ser (ou melhor, de querer ser) e, com isso, uma nova identidade. (RAJAGOPALAN, 2002, p. 81).

Do resultado dessa identidade, a História jamais deve se esquecer: foram milhões de mortos no Holocausto. No caso alemão, com a justificativa da supremacia ariana, judeus e todos aqueles que, na visão do Partido Nacional Socialista, fossem diferentes deveriam ser perseguidos, explorados e humilhados nos campos de concentração e, por fim, dizimados. Kanavillil Rajagopalan (2002) demonstra como a figura do judeu foi emblemática na construção desta nova identidade. O judeu tornou-se o contrapeso de tudo aquilo que os alemães não queriam ser e “símbolo para tudo o que Hitler queria subtrair do seu ideal” (p. 84).

Quando há uma valorização da identidade por meio da homogeneidade, o que ocorreu, por exemplo, no caso alemão, certamente quem sofrerá as consequências desses atos são aqueles que se posicionam ideologicamente e culturalmente de forma distinta ou contrária à situação hegemônica em vigor; assim, “quando a identidade domina, existe sempre um inimigo contra o qual unir-se e contra quem lutar.” (PONZIO, 2011, p. 22)

Aqui, então, percebemos o quão influente é o *outro* na formação da identidade e quanto essa identidade pode ser manipulada em um determinado contexto histórico, transformando pares em ímpares, compatriotas em inimigos. Para formarmos uma identidade que não seja perigosa, no sentido de evitarmos as tragédias decorrentes de afirmações de grupos identitários, é necessário pensarmos no outro, na alteridade como constituinte da identidade.

Segundo Bakhtin, em *Estética da Criação Verbal* (2010), para pensarmos na alteridade é inevitável que pensemos no sujeito, no *eu*, o que é ser o “homem” na realidade concreta da vida vivida. Na perspectiva bakhtiniana, o *eu*, o sujeito é compreendido tanto na forma como ele se entende por si mesmo, ou seja, no “eu-para-mim”, quanto na forma como o *eu*, o homem, equivale àqueles que estão ao meu redor, portanto o *eu* é semelhante aos *outros*. O homem é constituído integralmente por essas duas perspectivas.

Porém, ao longo da História²², a relação *eu versus outro* raramente superou o embate dualístico, encontramos com frequência situações em que um estava sob o domínio do outro, o homem sempre foi entendido ou como *eu* ou como o *outro*.

[...] Uma coisa que aqui é essencialmente importante para nós não deixa dúvida: o vivenciamento axiológico real e concreto do homem no todo fechado de minha única vida, no horizonte real de minha vida, é de natureza dupla; eu e os outros nos movemos em diferentes planos de visão e de juízo de valor e, para que sejamos transferidos para um plano único e singular, eu devo estar axiologicamente fora de minha vida e me aceitar como o outro entre outros (BAKHTIN, 2010, p. 54).

É de extrema importância compreendermos que o *eu*, constituído de suas experiências e valores, pertence ao mesmo plano que os *outros*, mas para isso é necessário que o eu entenda a si mesmo como *outro entre outros*, no processo exotópico. O *eu* se constrói pela completude, seja pelas nossas emoções, lembranças e memórias, do âmbito psíquico que só encontramos em nós mesmos. Além desses aspectos internos, esta completude se dá pela imagem externa do eu que ele, por si mesmo, não tem.

A complexa dialética entre o exterior e o interior. [...] Os elementos de expressão (o corpo não como materialidade morta, o rosto, os olhos, etc.); neles se cruzam e se combinam duas consciências, o eu e o outro; aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro. A história da autoconsciência concreta e o papel nela desempenhado pelo outro (amante). O reflexo de mim mesmo no outro. A morte para mim e a morte para o outro. A memória. (BAKHTIN, 2010, p. 394).

Os gestos do *eu*, a forma como movimenta suas mãos, feições diante de determinadas situações não estão em suas memórias, estão na memória dos *outros*. A completude se (re)constrói no *não-eu*. Quando o eu observa um sujeito em uma situação do cotidiano, só ele, enquanto observador, conhece este sujeito de uma forma que ele mesmo não conhece. Seus gestos, sua expressão são inacessíveis a ele mesmo, só o *eu*, portanto, sendo o excedente de sua visão, pode (re)completá-lo naquele momento. Entretanto, o excedente de visão que o *eu* tem em relação ao sujeito-outro varia de acordo com a época em que ele vive e com o lugar social de que fala, tais elementos são determinantes para o excedente de visão.

²² No capítulo *A forma espacial da personagem* (2010), o autor dá vários exemplos da disputa entre o *eu* e o *outro* no decorrer da história como, por exemplo, na antiguidade, no epicurismo, no

É do nosso lugar social, político, histórico e, portanto, único que encontramos o *outro*, e é deste lugar que emerge nosso excedente de visão possibilitando que só o *eu* possa emitir uma visão “inédita”. No *outro* está a nossa busca incessante por nós mesmos, sem êxito; realizamo-nos com a ausência da “experiência de mim que eu próprio não tenho, mas que posso, por meu turno, ter a respeito dele” (GERALDI, 2010, p. 107).

A identidade da literatura marginal: ruptura e tradição

Alteridade e identidade, como vimos até aqui, não devem ser entendidas como forças conflitantes, elas estão em relação, já que um precisa do outro. Quando pensamos em identidade e ignoramos a alteridade, caímos no arcabouço do ostracismo. Da mesma maneira, quando utilizamos o outro, a alteridade, e destacamos nela a desigualdade — assim como o Partido Nacional Socialista fez, na Alemanha, com os judeus — caímos em terreno propício à realização de atos de exclusão.

Depredação e recusa na relação com a alteridade produziram desigualdades, e muitas do que denominamos “diferenças sociais” são produções dessas desigualdades, já que diferenças apenas podem emergir entre semelhantes e iguais. [...] Diferença não é sinônimo de desigualdades. Diferença só são percebidas nas familiaridades compartilhadas; desigualdades são recusa de partilha. (GERALDI, 2010, p. 114)

Assim, a identidade, neste artigo, é entendida como um espaço de valorização da alteridade, não para realçar a desigualdade, mas como forma de valorizar a diferença. Neste ponto específico não seguimos a abordagem da identidade que é feita por Ponzio (2011), pois compreendemos que a identidade é um espaço que pertence também ao *outro*, portanto não entendemos a valorização da alteridade como contraditória em relação à concepção de identidade.

Seguindo este caminho, na análise que fazemos a seguir, destacamos a identidade procurando ressaltar sua relação com a alteridade, ou seja, buscando nos enunciados analisados as *diferenças* que identificam os sujeitos. A identidade é composta no dia-a-dia, influenciada pelo passado e pelo futuro; sob as influências sociais, ela se constitui nas/pelas ideologias.

neoplatonismo, no cristianismo, no renascimento entre outros.

[...] a própria questão da identidade está ligada à ideia de interesses e está investida de ideologia. Assim, a construção da identidade é uma operação totalmente ideológica. Não é preciso dizer que qualquer impulso para repensar a identidade também terá de ser uma resposta ideológica a uma ideologia existente e dominante (RAJAGOPALAN, 1998, p. 42).

A construção da identidade da literatura marginal, considerada dessa perspectiva bakhtiniana, nunca está plenamente acabada, uma vez que o sujeito que produz essa literatura está sempre em constante interação com diferentes vozes sociais provenientes de contextos históricos e políticos distintos. Nos enunciados verbo-visuais, que fazem menção à literatura marginal, encontramos a reincidência de elementos que são comumente utilizados pelos escritores do cânone literário (BEDÊ, 2015), apesar da preocupação dos autores dessa literatura em afirmar a cisão entre seus escritos, sua literatura, e aquela canônica.

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de “excluídos sociais” e para nos certificar que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história, e que não fique mais 500 anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo, composto de minorias, mas em seu todo uma maioria. (FÉRREZ, 2005)

Embora se explicita essa cisão entre os “excluídos sociais” que hoje enunciam na literatura marginal e aqueles que os destinaram ao limbo da cultura nacional, as diferentes vozes dos *outros*, tanto do semelhante quanto do díspar, se fazem presentes no discurso desta literatura. O diálogo, portanto, está montado. As relações estabelecidas com a erudição, com o cânone literário fazem com que percebamos as mútuas relações que são constituídas, atravessadas pela alteridade, pelo *outro*.

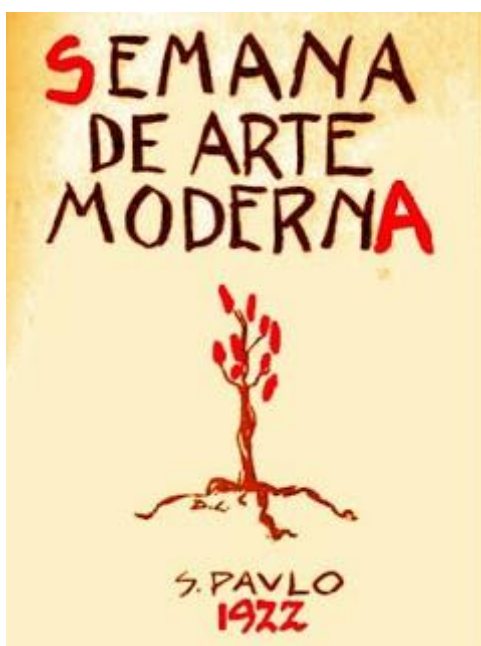
Desse modo, para entender a identidade dessa literatura, a partir do Círculo de Bakhtin, é necessário enxergá-la não como algo estanque, peculiar de um sujeito isolado, mas em contraste com outros sujeitos do mesmo grupo social e com outros sujeitos de outros grupos, de outros períodos, de outros lugares, do micro para macro, sempre em constante relação.

Tendo isso em vista, em 2007, o coletivo cultural *Cooperifa*, cujo idealizador é o escritor Sérgio Vaz, expoente da literatura marginal e referência no que tange aos movimentos culturais nas periferias da cidade de São Paulo, organizou a *Semana de arte moderna da periferia* - o nome do evento nos remete diretamente à *Semana de arte moderna de 22*. O

idealizador da semana, no livro *Cooperifa: antropofagia periférica*, demonstra que a ressignificação do evento de 22 foi pensada para mobilizar a discussão acerca do espaço da periferia e sua expressão cultural na circulação e produção da arte como um todo. A semana

foi criada e pensada na Semana de arte Moderna de 1922, e há muito nós da Cooperifa vínhamos discutindo a possibilidade de realizar uma Semana das Artes para nós, inspirada na Semana de Artes da elite paulistana. Quer provocação maior? Tinha que ser uma semana inteira de artes na periferia, e para a periferia, nos mesmos moldes da turma de Oswald de Andrade. (VAZ, 2008, p. 234).

A “provocação” citada é a utilização do *outro* enquanto parte integrante da confecção, da elaboração de um novo modo de operar a literatura e a cultura da periferia. Mas as relações entre as duas “semanas” vão além do nome do evento; vemos abaixo o cartaz de divulgação do evento de 2007, produzido pelo artista plástico Jair Guilherme Filho, e o cartaz de divulgação da semana de 22, elaborado por Di Cavalcanti.



moderna de 22.



moderna da periferia. Fonte: TENNINA, 2013.

O conceito de enunciado concreto, desenvolvido pelos autores do Círculo de Bakhtin, possibilita pensarmos de modo amplo acerca das diferentes formas de materialização dos enunciados. É possível, inclusive, realizar uma leitura da teoria bakhtiniana de forma que o

enunciado não se restrinja somente às modalidades verbais da linguagem, já que nessas obras não há uma definição fechada deste conceito. Assim, o enunciado pode ser entendido tanto por uma frase, um texto, um diálogo entre amigos ou, indo além, um gesto, uma música, uma pintura, uma fotografia, um desenho. Assim, se entendemos enunciado como texto, logo o

texto no sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signos, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte). São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. (BAKHTIN, 2010, p.307)

Segundo Bakhtin, portanto, o que garante a existência de um enunciado é a sua relação com que é real e com o que pressuponha “um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, de uma linguagem (ainda que seja a linguagem da arte)” (2010, p. 309).

Atualmente, no Brasil, há pesquisadores que têm se dedicado às análises dos enunciados verbo-visuais a partir da teoria bakhtiniana, como MARCHEZAN (2006), GRILLO (2009, 2010, 2012), BRAIT (2008, 2009, 2013), PUZZO (2012, 2012, 2014) etc. Assim, os dois cartazes acima serão analisados a partir das reflexões obtidas por esses estudos citados.

O cartaz de 22 possui, no centro, uma árvore ainda miúda, com raízes à mostra, da qual brotam pequenos frutos vermelhos. Acima da árvore temos os dizeres “Semana de arte moderna”, sendo que as últimas letras “a” das palavras “semana” e “moderna” estão grafadas em cor vermelha ornando, assim, com os frutos da pequena árvore. Abaixo da árvore temos o local da semana, a cidade de São Paulo e o ano de 1922, também grafado em vermelho.

Já o cartaz de 2007, percebemos a mesma distribuição dos elementos, porém com algumas diferenças: há frutos vermelhos na árvore, outros no chão e outros em movimento, ao cair. Na parte superior do enunciado, vemos os dizeres “Semana de arte moderna da periferia” sendo que os últimos “a” das palavras “semana” e “moderna” também estão grafados em vermelho.

Podemos auferir que o início desse ciclo se dá na Semana de 22, já que na figura 1, temos uma árvore ainda pequena e com poucos frutos. Na figura 2, a árvore está cheia de flores e frutos, embora uma grande quantidade já esteja no chão; percebe-se, no enunciado, o caráter circular do fruto. A árvore, provinda da semente, agora dá frutos e os frutos, por sua

vez, produzirão sementes e delas, provavelmente, nascerão outras árvores repetindo-se um ciclo natural e reprodutivo. As raízes, que no cartaz de 22 estão à mostra e são curtas e finas, se estendem, na ilustração de 2007, por um amplo espaço de solo, disseminando-se para além da sombra da árvore, aprofundando, fortalecendo-se. O círculo feito pelos frutos, presente no cartaz de 2007, pode representar o nascer-morrer-renascer num fluxo constante. A cor vermelha pode nos remeter à vida (sangue-vida) ou à falta dela (sangue-morte), trazendo à tona o sangue que escorre das periferias, porém o contraste com a árvore cheia e robusta nos remete à resistência e à perseverança demonstrada por meio da arte.

Abaixo da árvore vemos escrito com letras pretas um conceito importante para os modernistas: antropofagia, porém ele não vem só, o substantivo periferia é adjetivado e torna-se periférica. Antropofagia periférica. Logo em seguida, vemos a cidade na qual ocorreu o evento e o ano, 2007, com grafia idêntica àquela do cartaz de 1922.

A ideia de antropofagia está relacionada com a história da civilização brasileira, com as tribos indígenas e, mais especificamente, com o canibalismo cultural. Aqui, há a necessidade de se “engolir” a cultura europeia, com grande influência no Brasil, no início do século XX, e transformá-la em algo nacional. “[...] uma atitude brasileira de devoração ritual dos valores europeus, a fim de superar a civilização patriarcal e capitalista, com suas normas rígidas no plano social e os seus recalques impostos, no plano psicológico [...]” (CANDIDO, 2006, p. 130). O ato de “devorar” a cultura alheia transformando-a numa cultura própria se dá a partir da cultura do *outro*, ou seja, é por causa e na relação com o outro que se produz uma cultura própria. A busca de uma identidade, de “uma cultura própria” é parte constitutiva de movimentos culturais.

No manifesto de abertura da literatura marginal (2004), percebemos a necessidade de valorização da própria cultura, por meio de exemplos de autores que, segundo Ferréz, escritor da literatura marginal, estiveram à margem da sociedade e da literatura e não foram valorizados em vida.

[...] João Antônio andou pelas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro sem ser valorizado, hoje ele se faz presente aqui e temos a honra de citá-lo como a mídia o eternizou, um autor da literatura marginal. Também citamos a batalha de vida do Máximo Gorki, um dos primeiros escritores proletariados. Mas não podemos esquecer de Plínio Marcos, que vendia seus livros no centro da cidade e que também levou o título de autor marginal [...] Fazemos uma pergunta: quem neste país se lembra da literatura de cordel? Que traz a pura essência de um povo totalmente marginalizado, mas que

sempre insistiu em provar que a imaginação não tem fronteiras? A literatura de cordel, que cem anos completou, é literatura marginal, pois à margem esteve e está, num lugar que gosta de trabalhar com referências estrangeiras. (FERRÉZ, 2004)

João Antônio, Plínio Marcos, Máximo Gorki são recuperados e trazidos ao contexto da literatura marginal. Nesses autores, encontramos a resistência e o fervor político que se consolidam como influência e parte constitutiva dessa literatura. A referência à literatura de cordel, que é também, segundo o texto, literatura às margens, é um modo de afirmar a própria cultura.

Destacamos o seguinte trecho para relacionar com a discussão feita há pouco acerca da antropofagia: “A literatura de cordel [...] é literatura marginal, pois à margem esteve e está, num lugar que gosta de trabalhar com *referências estrangeiras*” (grifo nosso). Percebemos, nesse trecho, a crítica feita à “marginalização” da literatura de cordel em detrimento das referências estrangeiras utilizadas na arte. Tal crítica é um dos pontos centrais no manifesto antropófago. O célebre “Tupi or not tupi” traz à tona a necessidade de considerar as heranças profundas do povo brasileiro. Assim,

[...] embora os escritores de 1922 não manifestassem a princípio nenhum caráter revolucionário, no sentido político, e não pusessem em dúvida fundamentos da ordem vigente, a sua atitude, analisada em profundidade, representa um esforço para retirar à literatura o caráter de classe, transformando-a em um bem comum a todos. Daí o populismo – que foi a maneira por que retomaram o nacionalismo dos românticos. Mergulharam no folclore, na herança africana e ameríndia, na arte popular, no caboclo, no proletário. Um veemente desrecalque, por meio do qual as componentes cuidadosamente abafadas (é o caso da “literatura sertaneja”), ou laboriosamente deformadas pela ideologia tradicional, foram trazidas à tona da consciência artística. (CANDIDO, 2006, p. 171).

Segundo Candido, os modernistas se debruçaram nas heranças proporcionadas pela miscigenação brasileira. No manifesto de abertura da literatura marginal, encontramos a procura dos autores dessa literatura por essa herança, os africanos, os índios, os proletariados personificados na obra de Gorki e a literatura de cordel são evocados para que a partir deles se forme uma literatura que vislumbre as margens e que a *transforme em um bem comum a todos*.

Ao analisarmos os enunciados sob a luz dos estudos bakhtinianos, ficam evidentes as marcas dialógicas. No caso específico do cartaz da *Semana de arte moderna da periferia* de

2007, além de percebermos a retomada do passado num processo ressignificativo, compreendemos que a partir do passado temos renovadas as esperanças no presente e no futuro.

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. (BAKHTIN, 2010, p. 410).

Oitenta e cinco anos depois da *Semana de arte moderna* de 22, no contexto da emergência de se criar uma literatura da e para a periferia, o *Cooperifa* e os sujeitos engajados nessa causa renovam, por meio dos enunciados, o marco do modernismo brasileiro, mobilizando-o e trazendo-o do tradicional Teatro municipal de São Paulo para as vielas e becos da periferia da mesma cidade, do período do crescimento cafeeiro e o *entre guerras* para a consolidação do capitalismo e para as guerras civis não declaradas. A pequena muda de frutos vermelhos, plantada pelos modernistas no ambiente da “elite paulistana”, cresceu, se fortaleceu, deitou suas raízes por amplos espaços, deu frutos, dá frutos, em ambientes que não se imaginaria das cadeiras estofadas do Teatro Municipal. A literatura marginal, em sua relação com o movimento de 22, é exemplo da afirmação da identidade por meio da alteridade.

Algumas considerações finais

A análise apresentada permite alguns apontamentos que consideramos importantes. Em diversos momentos da análise esbarramos com a alteridade, seja por meio da ruptura com o *outro*, com a tradição literária, seja por utilizar a tradição para alcançar a identidade da literatura marginal, como vimos, por exemplo, no nítido diálogo entre os cartazes das duas diferentes semanas de arte.

Tradição e a ruptura estão entrelaçadas. A presença de ambas é muito forte nesse movimento literário, destaca-se por meio da utilização do conceito explorado pelas gerações modernistas – antropofagia – e na recuperação da semana de arte moderna de 22, com o cartaz de divulgação da *Semana de arte da periferia* de 2007.

A identidade da literatura marginal se dá na relação entre o passado, a tradição, e o presente, se dá pela ressignificação, pela ruptura. Além do passado e do presente, vemos o futuro, pois a formulação verbo-visual desse enunciado parece indicar a proposição antropofágica da necessidade de se alimentar, de “consumir” sua própria cultura, nesse caso, a cultura produzida da/pela periferia.

A literatura canônica não é utilizada como algo a ser alcançado e muito menos como uma literatura descartável, ela é o *outro* que, por meio do contato, do choque, cria novos movimentos culturais, novas formas de produções literárias, novas percepções, novos horizontes de possibilidades.

Referências

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra – 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Tradução de Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BEDÊ, L. **A identidade da literatura marginal em enunciados verbo-visuais**. 2015. 112p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara. São Paulo, 2015.

BRAIT, B. A Palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.142-160, 1ºsem. 2009.

_____. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Bakhtiniana**, São Paulo, 8 (2): 43-66, Jul./Dez. 2013

_____. Contribuições bakhtinianas para a análise do verbo-visual. In: BASTOS, N. M. B. (Org.). **Língua Portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008. p. 257-269

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

FERRÉZ. Manifesto de abertura: literatura marginal. **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela. Edição especial Literatura marginal, 2004.

_____. Manifesto de abertura: literatura marginal. **Literatura marginal. Talentos da escrita periférica**. São Paulo: Agir, 2005.

GERALDI, J.W. **Ancoragens**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

GONDAR, J. Linguagem e construção de identidades – um debate. In: FERREIRA, L.; ORRICO, E. (Org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 107-115.

GRAMSCI, A. **Sotto la Mole** (1918-1920), Torino: Einaudi Ed., 1978.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel: *Notas sobre o Estado e a Política*. (Vol. 3.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRILLO, S. Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 14(2), p.235-246, 2012.

_____. Dimensão verbo-visual de enunciados de Scientific American Brasil. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 1, p. 8-22, 2009.

_____. Enunciados verbo-visuais na divulgação científica. **Revista da ANPOLL**, v. 27, p. 215-243, 2010.

NASCIMENTO, E. P. **Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena**. São Paulo: Aeroplano, 2009.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p.115-131.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução Ekaterina Américo e Sheila Camargo Grillo, São Paulo: Contexto, 2012.

PONZIO, A. **A revolução Bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2011.

PUZZO, M.B . A linguagem verbo-visual na construção de sentido em capas da revista veja. **Revista Intercâmbio**, v. XXV: 92-105, 2012.

RAJAGOPALAN, K. O Conceito de Identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Ines (Org). **Língua(gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 21-47.

_____. A construção da identidade e a política de representação. In: FERREIRA, L. ORRICO, E. (Org). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-89.

SCHLESNER, H. A. **A crítica de Gramsci à teoria das elites: Pareto, Mosca e Michels e a Democracia Burguesa**. Anais do V Colóquio CEMARX/ Unicamp, 2007.

TENNINA, L. **Las tácticas de la Semana de Arte Moderna de la periferia y de Manifiesto de Antropofagia periférica**. In: Revista Ipotesi. Juiz de Fora, v. 17, n.1, 2013.

VAZ, S. Antropofagia Periférica. Semana de arte moderna da periferia. A semana. In: **Cooperifa. Antropofagia Periférica**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

ANÁFORAS E DÊITICOS NA CONVERSACÃO DE SUJEITOS AFÁSICOS: O LINGUÍSTICO E O EXTRALINGUÍSTICO EM ATIVIDADES REFERENCIAIS

Caio MIRA²³

Resumo: Este trabalho pretende demonstrar a forma que os elementos anafóricos e dêiticos constroem os objetos de discurso em uma atividade referencial. A partir das definições clássicas de anáforas e dêiticos, procuramos observar sua aplicação para a construção de objetos de discurso em uma interação face a face. Para esta tarefa, utilizamos um fragmento de uma interação em grupo entre sujeitos afásicos e não afásicos. A análise demonstra que as definições de anáforas e dêiticos rígidas e pautadas em exemplos de linguagem escrita não são capazes de explicar a dinamicidade da construção do sentido nas interações com sujeitos afásicos, que lançam mão de elementos extralinguísticos para interagirem.

Palavras-chave: Anáforas. Dêiticos. Objetos de discurso. Afasia.

Abstract: *This paper aims to demonstrate the way that the anaphoric and deictic elements form the objects of discourse in a referential activity. From the classic definitions of anaphora and deictic, we aimed to observe its application for the formation of objects of discourse in a face-to-face interaction. For such task, we have used a fragment of a group interaction with aphasic and non-aphasic subjects. The analysis pointed out that definitions of anaphora and deictic which are rigid and ruled in examples of written language are not capable of explaining the dynamism of the construction of meaning in interactions with aphasic subjects, who use extra-linguistic elements to interact.*

Keywords: *Anaphora. Deictic. Objets de discours. Aphasia.*

²³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo (RS). E-mail para contato: cmira@unisinis.br

Introdução

A abordagem sociocognitiva da linguagem considera que os processos cognitivos, entre eles a linguagem, emergem na interação social (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004). Conforme as autoras, temos uma relação de: mundo – linguagem – mente, onde a linguagem não é somente um processo cognitivo que liga o mundo à mente. Nessa tríade, a linguagem é o elemento constituidor de ambos. Na abordagem sociocognitiva da linguagem, a referenciação é um fenômeno de natureza semântico-discursiva em que é possível observar a emergência de processos de significação. Em outras palavras, a referenciação representa um deslocamento da clássica questão da referência, por considerar que os processos semânticos não são frutos apenas de uma relação entre as palavras e as coisas, que a construção de referentes no discurso não ocorre somente pela seleção de objetos definidos *a priori* do uso da linguagem. Pelo contrário, é durante o desenvolvimento da atividade discursiva que emergem os objetos a que o próprio discurso remete. Os “objetos de discurso não preexistem naturalmente à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995 *apud* KOCH, 2005, p. 34).

A ideia de objetos de discurso rompe com a concepção da linguagem ser apenas uma forma de nominalizar, de “etiquetar” os objetos no mundo, por situar a linguagem e as atividades de significação como uma atividade cognitiva e social que constitui a realidade humana. De acordo com Koch (2005, p. 34):

Os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas, mas, acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente, interagimos com ela. Interpretamos o mundo na interação com o entorno físico, social e cultural.

As pesquisas mais recentes da Linguística Textual, a abordagem Sociocognitiva da linguagem e a Sociolinguística Interacional oferecem um aparato teórico-metodológico para compreensão dos fenômenos interacionais que conjuga simultaneamente a dimensão discursivo-pragmática da linguagem, os aspectos cognitivos e os fatores situacionais de um evento interativo. Nessa perspectiva, Koch e Cunha-Lima (2004, p. 285) elucidam a relação entre os aspectos cognitivos e sociais na investigação da linguagem:

As ações verbais são ações conjuntas, ou seja, usar a linguagem é sempre se engajar de alguma em ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a

ação acontecesse necessariamente em coordenação com os outros [...]. Ao observar o que as pessoas fazem com as palavras é possível perceber que a interpretação de textos (ou sentenças) não é uma atividade que acontece dentro da mente do falante, mas uma atividade conjunta que emerge na interação e pressupõe e implica negociação em todas as suas fases.

Diante desse quadro, pretendemos demonstrar como os elementos anafóricos e dêiticos constroem os objetos de discurso a partir de um fragmento de uma interação em grupo entre sujeitos afásicos e não afásicos.

Anáforas e dêiticos

Tradicionalmente, segundo as definições amplamente difundidas na literatura linguística, as anáforas têm como função fazer a retomada de um referente no discurso, seja por correferência ou co-significação. Por sua vez, os dêiticos têm a função de apontar para a localização de tempo/espaço dos interlocutores ou de objetos na interação. No entanto, tais definições de anafóricos e dêiticos não são suficientes para explicar alguns fenômenos de referenciação e da construção de objetos de discurso.

Os estudos de Cavalcante (2004) demonstram que a fronteira entre dêiticos e anafóricos é muito tênue, classificá-los de maneira totalmente dicotômica pode mascarar o seu estatuto referencial em alguns casos. Assim, anáforas e dêiticos não são elementos linguístico-discursivos tão estanques. A autora demonstra que é bem comum encontrarmos dêiticos que fazem não só remissão a tempo e espaço, mas também remetem a elementos do discurso como anáforas. Outro papel dos dêiticos apontado por Cavalcante diz respeito às funções mais complexas como o encapsulamento de porções difusas do discurso que se dá por um único elemento dêítico. Diante de tais evidências, a autora propõe ainda uma revisão, apoiada em teorias pragmáticas e discursivas, da classificação de anáforas e principalmente dos dêiticos.

Para entendermos tal questão, é necessário resgatarmos brevemente algumas classificações de anáforas e dêiticos já bem difundidas na literatura da área. As anáforas dividem-se em dois grandes grupos: as diretas (AD) e indiretas (AI). As AD se caracterizam por retomarem pontualmente, correferencialmente ou co-significativamente um referente no texto. Já as AI retomam também referentes no discurso, porém, sem necessariamente ser por meio de um referente pontualmente localizável na superfície textual. É possível que um elemento no co-texto ou ainda se tratando de uma interação verbal, o contexto, possa fazer a remissão, o que encontramos na literatura denominado como “gatilho”, ou “âncora”. Koch

(2003) defende que dentro do grupo das AI temos um subgrupo: as anáforas associativas. Nesse tipo de anáfora a remissão ocorre por associação ou inferência por meio de elementos do co-texto ou também por meio de relações lexicais estereotipadas. Há ainda um outro tipo de anáfora, que costuma ser comumente incluído no grupo das AI, as chamadas anáforas encapsuladoras, onde um elemento anafórico além de fazer a remissão a um referente no discurso, ainda “encapsula” uma porção de informações que pode estar ou não difusas no texto, ou seja, um elemento que reúne e resume uma grande carga informacional relevante dentro do universo discursivo.

Na literatura linguística, de uma forma geral, os dêiticos são descritos como os elementos que marcam a posição dos sujeitos, a localização espaço temporal. Embora, aparentemente, as classificações das anáforas e dêiticos pareçam adequadas para explicar as atividades referenciais, há casos em que as fronteiras classificatórias desses dois elementos são tênues.

Dentro da perspectiva discursiva, os dêiticos desempenham papéis um pouco mais complexos do que a classificação simples descrita acima. Cavalcante (2004b) defende que toda estratégia referencial desenvolve-se por meio de mecanismos dêiticos, ou seja, os dêiticos têm uma propriedade sempre de apontar para um dado objeto dentro de um campo dêitico, que pode ser entendido como o ponto de vista do enunciador e sua localização tempo espacial dentro de um espaço discursivo. Dessa forma, é possível observar alguns dêiticos que podem ser considerados dentro da perspectiva da situação empírica, isto é, dentro do ambiente em que acontece o discurso, ou de acordo com o conhecimento partilhado entre os participantes de uma interação. Assim, temos de um lado os dêiticos pessoais, sociais, espaciais e temporais ligados à situação empírica. E de outro, os dêiticos de memória. Ainda conforme Cavalcante (2004), a dêixis tem um traço de egocentrismo, no sentido de serem ancoradas em pontos específicos dentro de um evento comunicativo, mas sempre dentro da perspectiva do ponto de vista do falante. Em vários estudos, principalmente os organizados pela autora, ficam exemplificados casos de textos escritos em que dêiticos desempenham o papel de anáforas, inclusive de anáforas encapsuladoras, e de sintagmas nominais anafóricos precedidos de dêiticos que remetem a referentes localizáveis ou não na superfície textual.

Diante das múltiplas funções referenciais que as anáforas e dêiticos podem assumir em uma situação de comunicação, deparamos com a seguinte questão: de que maneira, numa interação face a face, as anáforas ou dêiticos sustentam a referenciação e, conseqüentemente, a

construção dos objetos de discurso? É possível explicar esses dois fenômenos de referenciação apenas por meio de pressupostas e exemplificadas a partir de ocorrências no mundo da escrita? Nossa hipótese nega que podemos assumir essa premissa. Assumir essa posição implica em responder uma questão mais complexa: o que permite defini-los? A resposta para tal questão pode estar num olhar mais atento para o contexto onde ocorre a interação, ou seja, onde justamente ocorre a construção dos objetos de discurso, dos quais os dêiticos e anáforas são importantes instrumentos no processo da construção discursiva.

O dado

Fruto de uma ação conjunta entre o Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas e o Departamento de Linguística do Instituto de Estudo da Linguagem, ambos da Unicamp, o Centro de Convivência de Afásicos (doravante CCA) surgiu em 1990 com o intuito de “desmedicalizar” os tipos de intervenções terapêuticas e clínicas que eram então oferecidas aos sujeitos afásicos, proporcionando a eles uma abordagem clínica diferente dos moldes tradicionais. O CCA foi concebido como um espaço de interação, como um espaço para o exercício efetivo de práticas cotidianas de linguagem entre os sujeitos afásicos e não afásicos de forma a contribuir para o maior entendimento da condição de afásico e oferecer alternativas para a reintegração social dos afásicos pela convivência e enfrentamento mútuo das inúmeras dificuldades que a afasia implica.

Além disso, o CCA também é um espaço de pesquisa e docência no qual se envolvem pesquisadores, alunos de pós-graduação que se empenham em pesquisas sobre a complexa relação entre os aspectos sociais e interativos que envolvem linguagem, cérebro, cognição. Os sujeitos afásicos que frequentam o CCA são encaminhados pelo Departamento de Neurologia, onde recebem todo o tipo de assistência clínica necessária. Os não afásicos que integram o CCA são amigos, familiares e pesquisadores, sendo que estes últimos desenvolvem seus trabalhos no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

As afasias, *grosso modo*, são sequelas na linguagem causadas em decorrência de um episódio neurológico, como um acidente vascular cerebral (AVC), um traumatismo crânio-encefálico ou um tumor cerebral. O que tais sequelas acarretam ao indivíduo são dificuldades nos processos de produção e interpretação de linguagem. As dificuldades afetam a linguagem em seus vários níveis: no nível fono-articulatório (a dificuldade de articular e produzir sons),

no nível sintático (a dificuldade de ordenar os elementos dos enunciados em formas “gramaticalmente”); no nível lexical (dificuldade de acesso às palavras) e no nível semântico (dificuldades de produção e interpretação do sentido dos enunciados). Morato (2001, p.155) exemplifica as dificuldades que os diferentes tipos de afasia acarretam:

Do ponto de vista linguístico (língua oral e escrita), podem-lhe faltar as palavras de maneira importante (anomias, dificuldades de selecionar ou evocar palavras), o que resulta muitas vezes em substituições ou trocas inesperadas e incompreensíveis de palavras inteiras ou de partes delas (são as parafasias que têm diversas naturezas: fonético-fonológicas, semânticas, morfológicas), longas pausas ou hesitações, muitas vezes seguidas de desalento, abandono do turno da fala ou do tópico conversacional, bem como a perda do “fio da meada”; pode também acontecer de sua fala resultar muito laboriosa (alterações apráxicas, fono-articulatórias) ou ter um aspecto “telegráfico”, em função de dificuldades de ordem sintática (como o agramatismo) ou semântico-lexical (como as dificuldades de encontrar as palavras).

Apesar das afasias acometerem os sujeitos em diferentes graus de severidade, e deixá-los, sem dúvida, em uma situação instável do ponto de vista linguístico, cognitivo e social, geralmente, o afásico não perde a memória sobre os vários usos e funcionamentos da linguagem nas situações cotidianas, tais como a interpretação de provérbios e expressões idiomáticas usadas no dia a dia. Não se podem negar as sérias implicações que a afasia acarreta na vida dos sujeitos em vários sentidos. Entretanto, é necessário considerar as possibilidades que os afásicos preservam de agir sobre os recursos que lhes restam para interagirem e produzir de outras maneiras seus discursos.

As interações do CCA instigam-nos, justamente, a investigar os aspectos sociocognitivos envolvidos na organização interativa do grupo e, principalmente, nas práticas sociais e linguísticas em que os sujeitos afásicos estão inseridos. Assim, temos a possibilidade de compreender o funcionamento das patologias da linguagem por meio da inserção dos afásicos numa estrutura interativa que busca evocar práticas cotidianas de linguagem. Dessa forma, a questão da afasia ganha outros contornos:

A afasia é basicamente, uma questão de linguagem; um problema essencialmente discursivo, não redutível aos níveis linguísticos, isto é, à língua. Envolve o funcionamento da linguagem e os processos cognitivos de alguma maneira a ela associados: envolve, dessa maneira, as práticas linguísticas e discursivas que caracterizam as rotinas significativamente humanas (MORATO, 2000, p.13).

Observar a construção de objetos de discurso é uma oportunidade para a observação, em meio às práticas comunicativas, a emergência, a negociação e a construção de referências entre sujeitos de realidades diferentes (pelo menos no sentido que não serem todos que enfrentam dificuldades de alterações de linguagem). Morato (2003) aponta para a peculiaridade dos dados dos sujeitos afásicos e também para os fatores que entram em jogo nas atividades referenciais. Segundo a autora:

[...] a referenciação pode ser entendida como um fenômeno discursivo que marca enunciativamente os processos de significação nela envolvidos. Pressupondo e transcendendo o linguístico, a noção aventa a existência e o trabalho de várias semioses co-ocorrentes. O que pode se tornar problemático nas patologias da linguagem é precisamente a consideração do conjunto a seletividade dos diferentes fatores implicados na referenciação, sobre os quais os sujeitos se apoiam e trabalham coletivamente para dar inteligibilidade às coisas do mundo. É possível observar nas atividades referenciais de sujeitos com afasia, por exemplo, como se constroem de maneira solidária os processos linguísticos e não-linguísticos ou entre as várias competências (linguística, comunicativa, discursiva, pragmática) de que os sujeitos são dotados, ou entre os muitos movimentos de convergência e divergência dos intuítos discursivos (ver Bakhtin 1929) que ocorrem na rede de significações que se vai construindo na interlocução (MORATO, 2003, p. 578).

O excerto conversacional apresentado abaixo faz parte de uma interação do grupo, que foi transcrito por meio de um sistema especialmente planejado para tentar representar o que ocorre nesse tipo evento comunicativo (cf. anexo). O foco da análise é construção de um objeto de discurso por dos elementos dêiticos *aqui e isso*.

Contexto da Interação: JC e HM, pesquisadoras do CCA, estão na mesa de café, juntamente com os sujeitos afásicos MS, NS e EF (cujas siglas estão representadas em negrito) mostrando algumas fotos. HM pergunta a MS se ele tem feito alguma terapia complementar que melhorasse as sequelas de seu AVC. MS responde afirmativamente, portanto, esse é o tópico do episódio conversacional. JC começa a perguntar maiores detalhes sobre a essa terapia que MS faz. A partir desse ponto, há o interesse geral de todos os participantes da interação por esse tópico. A conversa versa sobre os esclarecimentos sobre a acupuntura.

2, ele faz também gestos com o braço em direção a JC. Embora haja um movimento por parte de MS em mostrar, por meio de gestos, uma posição enunciativa, a gesticulação assume um papel de confirmação de toda a ratificação da informação deduzida por JC. Existe um mínimo grau de deiticidade exatamente pelo fato do elemento *isso* ser enunciado simultaneamente com a realização de gestos. Nesse segmento, fica evidente o caráter predominantemente de anafórico encapsulador do elemento dêitico *isso*.

O uso que MS faz deste elemento dêitico tem uma importante função na construção do objeto de discurso, que podemos denominar como “ratificador encapsulador”. Função esta que é estabelecida e reconhecida pelos participantes da interação na construção objeto de discurso “acupuntura”.

Na linha 5, NS questiona o lugar onde MS faz as sessões acupuntura. *Aqui* tem a função genuinamente dêitica. É interessante notar que o mesmo percurso discursivo é seguido por JC, ela também quer situar o local, entretanto, não faz uso da gestualidade como NS, mas lança um novo referente: Campinas. NS repete esse referente, substituindo *aqui* e questionando MS, que mais uma vez ratifica a dedução. Após as pausas de MS, NS toma o turno da conversa e faz outra indagação: *mas por que aqui?* (linha 9). Nesse momento, *aqui* adquire uma nova dimensão discursiva. A deiticidade desse elemento é ainda bastante saliente, porém, se observamos o gesto que NS faz, é possível constatar que se trata de uma espécie de realinhamento do objeto discursivo que MS ratificou anteriormente. NS já não quer mais saber o local físico onde é oferecido o tratamento de acupuntura. Ela quer saber especificamente o motivo das orelhas serem o ponto de aplicação de agulhas. Há uma boa demonstração das capacidades sociocognitivas de NS, ela acessa em seu *frame* de acupuntura o elemento orelha e o infere gestualmente na interação. Não há em nenhum ponto anterior a esse momento na transcrição que NS ou qualquer outro participante da interação qualquer menção ou associação de agulhas e acupuntura.

Esse é o ponto que acreditamos ser nevrálgico. É extremamente tênue a fronteira que separa a deiticidade de *aqui* e sua função de construir, no fragmento transcrito, uma nova referência. Se observarmos apenas para o caráter discursivo do advérbio, ou somente para o estatuto linguístico da transcrição, não é possível perceber a transformação discursiva e semântica que esse elemento sofre. A fronteira é tão tênue que JC, na linha 10, faz uma “pausa discursiva”, ou seja, interrompe o fluxo normal para tentar “esclarecer” o referente tópico da interação. Na tentativa de estabelecer uma harmonia dos sentidos nos

questionamentos de NS, JC repete a mesma questão de NS e novamente introduz o referente orelha. Talvez para ser mais clara, JC faz isso gesticulando didaticamente, traduzindo seu enunciado linguístico para MS, como se ele não fosse capaz de entender a reconfiguração discursiva que ocorre.

Na sequência do episódio conversacional, ocorre uma sucessão de novas inferências dos sujeitos para se construir discursivamente o objeto acupuntura. HM, na linha 14, cede o turno da conversa para MS para que ele tente fazer maiores explicações sobre acupuntura. Por sua vez, MS, na linha 15, emite uma vogal alongada. A observação mais atenta desse momento no registro em audiovisual revela que o gesto de MS configura-se como uma realização de uma nova inferência. Sem haver nenhum outro enunciado verbal, NS faz duas tentativas de entrar no mesmo “enquadre”, isto é, o estabelecimento de instruções em comum sobre o que se está falando (BATESON, 1972/2002) comunicativo de MS: cabelo e cabeça – linhas 16 e 18. Vale ainda registrar que EF, linha 17, também segue o mesmo percurso que NS. Novamente, JC assume o papel de especificar a referências propostas pelos sujeitos afásicos. Enfim, na linha 19: *não o cérebro... o cérebro... a afasia... o derrame*, fica estabelecido o a finalidade da acupuntura, o objeto de discurso que foi construído continuamente nesse trecho. Na transcrição, o segue após o segmento que selecionamos, é uma explicação de JC sobre a ligação entre os pontos do corpo e os pontos onde são colocadas as agulhas nas sessões de acupuntura.

A partir da análise deste trecho de interação face a face, procuramos corroborar com os argumentos de Cavalcante (2004): as fronteiras entre anáforas e dêixis são realmente tênues e que os dois fenômenos não são excludentes. Apesar de ter escolhido mostrar a construção de objetos de discurso por meio de dois elementos que desempenham reconhecidamente funções de dêiticos, sejam elas discursivas, pessoais, espaciais e etc, e de não ter exemplificado uma anáfora por meio de um sintagma nominal, acreditamos ter conseguido demonstrar que mesmo se tratando de dois elementos extremamente dêiticos, a função discursiva deles é ao todo tempo reconfigurada na interação. A análise evidencia que o pronome demonstrativo assume uma função declaradamente anafórica, como um encapsulador, e, também, de ratificador de informações. O caso de *aqui* é interessante, pois, além de ter uma função dêitica, ele elemento assume uma função de engatilhador de inferências na interação, retomando a especificidade do tópico em questão, uma função diferente da que é proposta tradicionalmente para esse tipo de advérbio, algo muito parecido com “âncoras” e “gatilhos”

das anáforas indiretas. Mesmo diante destas constatações, chamamos a atenção para uma perspectiva de análise que talvez possa ser mais um meio de evidenciar e explicar a referenciação em interações face-face, como as do CCA.

Considerações Finais

A clássica pergunta que os sociolinguistas interacionais fazem: *o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?* (GARCEZ; RIBEIRO, 2002) pode responder a algumas questões que estão abertas no processo de referenciação nas interações do CCA. A gestualidade descrita pela transcrição não é apenas uma forma de representar o que ocorreu na interação. A gestualidade foi um dos fatores que nos permitiu observar como os objetos de discurso são conjuntamente construídos nas práticas comunicativas do grupo. Os elementos da referenciação, no excerto analisado neste artigo, constituem-se mutuamente de recursos linguísticos, os elementos anafóricos e dêiticos, e os interacionais, a gestualidade, o contexto em que ocorre a interação, como por exemplo, os papéis que são atribuídos aos integrantes dos grupos quando estão interagindo.

As análises das interações do CCA podem oferecer respostas não só para as questões de referenciação que apontamos, mas também pode revelar o que Goffman (1964/2002) chamou de “a situação negligenciada” nos estudos da língua em funcionamento. Nas palavras do autor:

É claro que as elocuições certamente se submetem a restrições linguísticas (assim como os significados), mas precisam a cada momento preencher outra função, e é essa função que mantém os participantes de uma conversa ocupados. Devemos apresentar as elocuições com um revestimento de gestos funcionais – gestos que propiciam estados da fala, gestos que políam esses estados da fala e mantém esses pequenos sistemas em funcionamento. [...] A interação face-a-face tem seus próprios regulamentos e eles não parecem ser de natureza intrinsecamente linguística, mesmo que frequentemente expressos por um meio linguístico. (p. 19)

A complexa situação contextual torna-se uma variável muito importante em interações onde os sujeitos de alguma forma estão mais conscientes ao funcionamento da linguagem. Alguns conceitos da Sociolinguística Interacional são de grande utilidade para esclarecer o que as noções de anáforas e dêiticos, exemplificadas pelo uso da linguagem escrita, não

conseguem explicar. Por exemplo, na linha 2, onde o demonstrativo *isso* e o gesto ratificam o interlocutor de MS, pode ser visto mais além do que um simples pronome dêitico encapsulador. É por meio deste elemento que MS se posiciona dentro do discurso, a quem ele endereça linguisticamente e gestualmente o objeto de discurso que é construído no curso da interação. Em outras palavras, é o que Goffman (1979/2002b) chama de “footing”, o que está sendo negociado e introduzido entre os participantes em um discurso oral.

Enfim, olhar mais atentamente para o que está ocorrendo dentro de uma interação, como os integrantes dela estão interagindo extra-linguisticamente, certamente é um caminho alternativo e interessante para as pesquisas de base sociocognitiva que investigam a referenciação especificamente em interações face a face.

Referências

BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002. p.85-106. (Originalmente publicado como *A theory of play and Fantasy*, 1972)

CAVALCANTE, M. M. Processos de Referenciação – uma revisão classificatória. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P (Orgs.) **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza: Protexto – UFC. 2004 b. CD-ROOM, ISBN 85-904864-1-9.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002. p.107-148. (Originalmente publicado em *American Anthropologist*, 66 (6): 133-166, 1964)

_____. Footing. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P M. (Orgs) **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002 b. p.107-148 (Originalmente publicado em *Semiótica*, 25:1-29, 1979)

KOCH, I.V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: BENTES, A. C.; MUSSALIN, F. (Orgs.) **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**, São Paulo, Cortez, 2004. p. 251-300.

MORATO, E. M. As afasias entre o normal e o patológico: da questão (neuro) linguística à questão social. In: MOURA, H. M.; SILVA, F. L. (Orgs.) **Direito à fala**. A questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 85-95.

_____. Neurolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p.143-170.

_____. O que ganham heurísticamente com a noção de referenciação os estudos neurolinguísticos? In: ALBANO, E.; ALKMIM, T.; COUDRY, M. H.; POSSENTI, S. (Orgs.) **Saudades da Língua**. Campinas/IEL, Mercado de Letras, 2003. p.577-590.

_____. Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa nas práticas referenciais. In: BENTES, A. C.; KOCH, I. V.; MORATO, E. M. (Orgs.) **Referenciação e discurso**, São Paulo, Cortez, 2005. p.243-264.

_____ et al. **Análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos afásicos que frequentam o Centro de Convivência de (CCA-IEL/UNICAMP)**. Relatório Final de Pesquisa Processo FAPESP 03/02604-9. Depto de Linguística – IEL/UNICAMP, Campinas, 2005 b.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002

Anexo:

Sistema de notação da transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão de palavras ou segmentos	(SI)	Então é...olha deve ta com (SI)...deixa eu ver...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	Aqui (livro)...ah
Truncamento ou interrupção brusca	/	Dia pri/trinta e um de julho
Entonação enfática	Maiúscula	afaSIAS
Prolongamento de vogal e consoante	: (podendo aumentar de acordo com a duração)	Agora...a:...a Ida Maria que pesquisou
Silabação	-	Ser-vi-do-res
Interrogação	?	Pra quem você mandou isso?
Qualquer pausa	...	Ela veio qui... perguntar... veio se instruir
Pausas prolongadas (medidas em segundos)	(4s)	MS: ã::::ham (3s) centro <i>indica 5 segundos de pausa</i>
Comentários do transcritor e designações gestuais	((minúscula))	Isso não... ((risos))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição	--	Maria Éster... -dá pra... ta longe aí né... pequenininho... eu também não enxergo direito...- Oliveira da Silva... e ela também é coordenadora
Superposição	[apontando o local onde ocorre a	MG: Nova Iguaçu [JM:

	superposição	ah
Simultaneidade de vozes	[[apontando o local onde ocorre a simultaneidade	MN: [[eu falava.. mas NS: [[quatro ano.. deixa (indica que duas conversas ocorrem simultaneamente)
Indicação de que a fala foi retomada	... no início	EM: a gente ta mandando pros coordenadores e eles tão colocando onde... EM: ...nas bibliotecas...
Citações literais ou leituras de textos	" "	aqui... "vimos por meio dessa... desta agradecer o envio dos livros..."
Indicação e continuidade de gestos significativos, com a descrição de gestos	* início e fim do gesto* *-----→* continuidade gestual	NS: i::xi... faz tempo aqui *----- -→* ((aponta com o dedo))

Fonte: MORATO et al, 2005 b.

AS PERSPECTIVAS DE LICENCIANDOS EM LÍNGUA INGLESA SOBRE SEXUALIDADE, HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA

Daniel de Mello FERRAZ²⁴

Resumo: Um dos desafios que se coloca à área de educação de línguas estrangeiras no país é contemporaneamente lidar com as multiplicidades de filosofias, teorias e práticas. Nas Orientações Curriculares, por exemplo, propõe-se a possibilidade de se conciliar as práticas pedagógicas linguísticas com práticas socioculturais e críticas. Nesse sentido, este trabalho investiga as questões de gênero e sexualidade (LOURO, 1997) na visão de estudantes de Letras de uma universidade federal brasileira. Por meio de uma pesquisa na disciplina de escrita acadêmica, discuto como os estudantes de língua inglesa abordam tais temas, principalmente a homossexualidade e homofobia (BORRILLO, 2010).

Palavras-chave: Educação de LE. Estudos de gênero. Sexualidade. Homossexualidade. Homofobia.

Abstract: *One of the great challenges faced by foreign language education in Brazil is to deal with the multiplicity of philosophies, theories, and practices. The National Curricular Orientations propose the possibility of connecting linguistic pedagogical practices with sociocultural and critical ones. Thus, this work investigates gender and sexuality studies (LOURO, 1997) in the perspectives of undergrad language students of a Brazilian Federal University. Based on data collected from a discipline of academic writing, I discuss how students address such themes, specially homosexuality and homophobia (BORRILLO, 2010).*

Keywords: *Foreign Language Education. Gender studies. Sexuality. Homosexuality. Homophobia.*

²⁴ Doutor em Letras – USP; Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil; email: danielferrazufes@gmail.com

Introdução

As brincadeiras heterossexistas e homofóbicas (não raro, acionadas como recurso didático), constituem-se poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (dos conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão.

Junqueira, *Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar.*

Corroborando Junqueira (2014) acima, vemos que “a escola tornou-se um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens: classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia” (p. 101). Não somente na escola, tais preconceitos adentram (ou são produzidos por) praticamente todas as esferas sociais: a família, a política, a religião e a mídia, para mencionar algumas, são espaços onde estes temas circulam em variados níveis.

Refletindo sobre diversas pesquisas em relação à educação e estudos de gênero/sexualidade no país (JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 1997, 2013; 2014; SIMÕES e FAQUINI, 2009), podemos afirmar que a escola tem papel protagonista na produção dos discursos e práticas supracitados. Junqueira (2014), por exemplo, defende que

Pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero serão postas sobre a mira preferencial de uma *pedagogia da sexualidade* (LOURO, 1999), geralmente traduzida, entre outras coisas, em uma *pedagogia do insulto* por meio de piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes (JUNQUEIRA, 2014, p. 104)

Um dos grandes desafios que se coloca à área de educação em/de línguas estrangeiras no país é contemporaneamente discutir e lidar com as multiplicidades de filosofias, teorias, propostas e práticas pedagógicas. Nas OCEM-LE (MEC, 2006), por exemplo, propõe-se a possibilidade de se conciliar as práticas pedagógicas vigentes (ensino de línguas focalizado na aprendizagem linguística) com práticas socioculturais e críticas que levam em consideração as questões globais, locais, identitárias, culturais e cidadãs. Nos PCNs, propõe-se uma visão donde a língua não é somente composta de palavras, mas de gestos, das tradições e da cultura de uma pessoa ou de um povo. O cerne desta pesquisa se volta para essas ressignificações colocadas pela educação crítica de línguas estrangeiras e pela linguística aplicada crítica.

Como tenho ressaltado (FERRAZ, 2014a, 2014b), as línguas estrangeiras, ao falarem/proporem/praticarem identidades múltiplas em suas aulas (comunicar-se na língua do outro, estrangeira), fomentam a oportunidade de também discutirmos as identidades sexuais e de gênero, questionando, assim, os discursos, as piadas, as ridicularizações e humilhações que circulam em muitas práticas pedagógicas.

Neste trabalho, analiso algumas aulas desenhadas e lecionadas por mim num curso de Letras-Inglês de uma universidade federal do país. O desafio que me coloquei nas aulas analisadas foi o de conciliar os temas da sexualidade, homossexualidade, homofobia e a escrita acadêmica (disciplina cursada pelos discentes naquele momento). Corroborando tal desafio, este trabalho investiga as identidades sociais de gênero (LOURO, 1997; ERIBON, 2008) na visão de estudantes do contexto mencionado. Com base nas propostas educacionais para línguas estrangeiras colocadas por Pennycook (2010), Monte Mór (2008, 2009, 2010), Menezes de Souza (2011), Duboc e Ferraz (2011) – já anunciando aqui os meus loci de enunciação – discutirei as mencionadas aulas e atividades com o intuito de responder:

- Como pensar as práticas em nossas aulas cotidianas, considerando-se as novas propostas educacionais para as línguas estrangeiras (OCEM, PCNs)?
- Haveria espaço para criticidade, discussão sobre sociedade e cidadania nas aulas da disciplina de escrita acadêmica em inglês? Além disso, seria possível conectar e discutir temas, tais como a escrita acadêmica, sexualidade, homossexualidade e homofobia?
- Considerando as duas questões acima, os licenciandos estão preparados para discutir os temas sobre a diversidade sexual e de gênero?

Contexto e metodologia

De acordo com Junqueira (2014), “no mundo social da escola, cotidiano e currículo se interpelam e se implicam mútua e indissociavelmente, ao longo de uma vasta produção de discursos, gestos e ocorrências, na esteira de situações em que se reconstroem saberes, sujeitos, identidades, diferenças, hierarquias” (p. 100). Assim, busquei conciliar os temas diversidade, orientação sexual e escrita acadêmica numa disciplina da graduação de licenciatura em Letras-Inglês. O enfoque das aulas foi a discussão de como os estudantes de línguas estrangeiras (língua inglesa, mais especificamente) abordam os temas da sexualidade e gênero, principalmente a homossexualidade e homofobia (BORRILO, 2010; GREEN, 2000),

sob a perspectiva de educandos e de futuros professores. Foram duas turmas investigadas, ambas do curso de licenciatura em Letras-Inglês da Universidade Federal do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método se caracteriza como pesquisa ação. Os dados foram obtidos com a aplicação de questionários escritos e as anotações deste pesquisador/professor durante duas semanas de aulas. Para este estudo, considero, principalmente, os dados dos questionários.

Na primeira turma (A), 16 alunos do 2º ano participaram da pesquisa e na segunda, 15 alunos do quarto período (turma B, final de 2º ano). Ressalto que ambas as turmas são extremamente fluentes na língua inglesa e as aulas são conduzidas em inglês. Além disso, ambas as turmas possuem homens e mulheres e, em uma delas (turma B), um aluno homossexual assumido e na outra (turma A) há uma aluna bissexual. A disciplina ensinada no quarto período, intitulada Comunicação Escrita e o Texto Acadêmico tem por objetivos a discussão da importância da comunicação escrita, o estudo dos diversos gêneros textuais acadêmicos, bem como o desenvolvimento de um artigo acadêmico (que é desenvolvido ao longo do semestre).

As aulas aqui analisadas se referem às de preparo e desenvolvimento do capítulo de metodologias e métodos de pesquisa. Decidi, dessa forma, apresentar as filosofias de pesquisa fenomenológica e positivista, bem como as metodologias e métodos de pesquisa a serem escolhidos pelos alunos-pesquisadores. Com intuito de desenvolver a prática de aplicação de métodos e metodologias, desenvolvi a atividade (anexo 1) em que discuto, por meio das metodologias, os temas da sexualidade, homossexualidade e homofobia. Assim, nessa etapa do curso, após as explicações sobre filosofias, metodologias e métodos de pesquisa, realizamos as seguintes etapas: 1. Assistimos ao vídeo intitulado “A kid’s reaction to a gay couple”;²⁵ 2. os alunos, com apostila em mãos, participaram de ambas as pesquisas (quantitativa e qualitativa); 3. analisamos ambas as pesquisas, discutimos o vídeo e os temas propostos; 4. os alunos fizeram a última atividade, na qual deveriam produzir suas próprias metodologias e métodos de pesquisa.

Neste artigo, analiso algumas respostas dos alunos de ambas as turmas. Por fim, com base nas interpretações das respostas dos estudantes, busco responder às questões inicialmente

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fz7_J2D3uw4> Acesso em: 10 fevereiro 2015.

apontadas, defendendo que devemos buscar mais diálogos, inter-relações, reflexões, autocríticas e práticas pedagógicas em relação ao encontro sexualidade (e certamente homossexualidade, homofobia, raça) e educação crítica de línguas estrangeiras. Uma nota final sobre as análises dos discursos dos alunos: todos os discursos foram traduzidos do inglês por esse pesquisador. Interessantemente, eles demonstram que os alunos de letras-inglês estão preparados para a aprendizagem linguística (no caso, a escrita acadêmica em inglês) e para discutir temas caros às suas formações.

Educação crítica de línguas estrangeiras na disciplina Escrita Acadêmica

Como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com o diferente?

Freire, *Pedagogia da Autonomia*.

Neste capítulo, discuto algumas das premissas da educação crítica de línguas estrangeiras, na esteira das teorias contemporâneas da Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2001; RAJAGOPALAN, 2003), das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) e dos PCNs (BRASIL, 2000). São dois os argumentos defendidos: O primeiro, corroborando a LAC a qual aponta para discussões sobre os novos papéis que o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras (ou que estou chamando de educação de línguas estrangeiras - ELE) pode ou deveria assumir em tempos de globalização e tecnologização, visando a formação de indivíduos que nesta sociedade circulam; o segundo discute, mais especificamente, os papéis que o professor (ou educador) de língua inglesa pode ou deveria assumir nos contextos acima mencionados.

Borelli e Pessoa (2011) afirmam que os estudos recentes em linguística aplicada (LA) têm defendido “a necessidade de revisão dos princípios que orientam as investigações realizadas nesta área, bem como sugerido novos encaminhamentos que promoveriam uma atuação mais crítica por parte dos linguistas aplicados” (p. 15). Segundo Pennycook (2010), “a LA tem mudado o foco no ensino de línguas, avaliação e aquisição de segunda língua para uma conceitualização mais abrangente e crítica das línguas na vida social”²⁶ (PENNYCOOK,

²⁶ “Applied linguistics has shifted from a central focus on language teaching, testing and second language acquisition to a broader and more critical conceptualization of language in social life” (PENNYCOOK, 2010, p. 16.1).

2010, p. 16.1). Rajagopalan (2003) complementa que “a grande inovação, com a chegada da postura crítica no campo da linguística aplicada, tem a ver com a percepção crescente de que é preciso repensar a própria relação teoria/ prática” (p. 80). Revisando e transportando essas propostas para a nossa localidade, ou seja, a educação em/de línguas estrangeiras no Brasil, as Orientações Curriculares Nacionais propõem uma ressignificação em que conceitos-chave, tais como a criticidade, globalização, digitalidade e cidadania participativa. Defendem, ainda, que estes termos-chave sejam incluídos nas já bem sucedidas e reconhecidas práticas de ensino focalizadas nos aspectos linguísticos. A contribuição dos PCNs (BRASIL, 2000) em relação às línguas estrangeiras se dá no enfoque ao provimento da cidadania por meio das línguas estrangeiras modernas, bem como na visão não-estruturalista de língua. Defendo que tal mudança de perspectiva, embora não tenha alcance global nos currículos e práticas pedagógicas no país, alerta-nos para quão diferente são as práticas sociais e educacionais hoje em dia. Além disso, ela nos alerta para uma geração de aprendizes (os nativos digitais, a geração Y) que chegam até nós, geralmente com maior facilidade ao lidar com as tecnologias, a multimodalidade e a rapidez/fluidez com que as relações ocorrem. O educador, em meio a tantas possibilidades teóricas e práticas se vê, muitas vezes, perdido, buscando conhecimentos locais em meio a multiplicidades.

Nos entendimentos de Borelli e Pessoa (2011), o professor deveria não somente estar preocupado com sua sala de aula, mas ele mesmo ser o investigador reflexivo da mesma. Nas palavras das autoras, “os estudos vinculados a esse enfoque reflexivo enfatizam o papel da colaboração e da reflexão promovida em ambiente colaborativo, a relevância da atuação do professor como pesquisador (...) e a importância da criticidade no processo reflexivo do professor” (BORELLI e PESSOA, 2011, p. 23). Nesse sentido, a pesquisa realizada em minhas aulas buscou justamente essa postura de professor/educador/pesquisador. Como ressaltado, o desafio foi o de conciliar a aprendizagem linguística (discussão das características da escritura de um artigo acadêmico em inglês) e as questões de gênero, sexualidade e homossexualidade, latentes àquelas turmas, haja vista a presença de educandos gays e lésbicas. Cientes do processo, os alunos desempenharam, assim, dois papéis, ou seja, os de alunos de graduação da disciplina de Escrita Acadêmica e os de participantes da pesquisa aqui relatada. Ainda segundo Borelli e Pessoa (ibid.), “para agir criticamente o professor precisa compreender seu papel na sociedade e sua responsabilidade de agente transformador, bem como procurar conscientizar-se das forças externas que intervêm na educação”

(BORELLI e PESSOA, 2011, p. 23). Corroborando a ideia de agente transformador ou o que Giroux chama de intelectual transformador, uma das práticas que venho desenvolvendo é trazer os temas da sociedade para discussão nas aulas, sejam eles polêmicos ou cotidianos, conforme a proposta teórico-pedagógica *EELT – Education through English Language Teaching* (FERRAZ, 2008, 2010). Complementando, Borelli e Pessoa (ibid) afirmam que cabe a nós “questionar os interesses que têm orientado a nossa prática, a relevância do que ensinamos aos nossos alunos e a maneira como temos desempenhado nosso papel social” (BORELLI e PESSOA, 2011, p. 23). Nesse sentido, Giroux (1997) postula que “também é essencial que os intelectuais transformadores redefinam a política cultural em relação à questão do conhecimento, particularmente com respeito à construção da pedagogia em sala de aula e a voz do estudante”, no caso do presente estudo, dar voz à diferença sexual e de gênero nas aulas de inglês.

Aulas de inglês, sexualidade e homofobia

Antissemitismo, racismo, sexismo e homofobia são as expressões mais patentes do preconceito e da discriminação nos debates públicos e nas lutas sociais e políticas desde meados do século XX (...) Dentre tais expressões discriminatórias, a homofobia é aquela menos discutida e ainda mais controversa.

Roger Rios, *O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação.*

A primeira pergunta da pesquisa qualitativa respondida pelos alunos indagava: Nas suas aulas de inglês (como aluno), seus professores falavam sobre sexualidade, ou gêneros? Você se lembra de alguma situação embaraçosa ou violenta envolvendo preconceito de gênero (homofobia), ou *bullying*?²⁷. A aluna Luciana diz que “talvez porque tenha amigos gays, presenciei preconceito algumas vezes, mas a situação mais chocante para mim ocorreu com meus alunos (de 2 a 5 anos de idade). Uma menina loira me disse que não iria se sentar ao lado da outra menina porque ela era feia. A menina “feia” era linda ... e negra!”. Luciana, professora de inglês no ensino fundamental, evidencia um aspecto recorrente em nossa

²⁷ In your English classes (as a student), did your teachers talk about sexuality, gender in classes? Do you remember any embarrassing or violent situation involving gender prejudice (homophobia, bullying, etc)

educação e certamente no ensino e aprendizagem de LE, ou seja, nossas crianças são educadas nas visões binárias, nas quais as dicotomias melhor (branco) versus pior (negro), bonito (branco) versus feio (negro) são muitas vezes enfatizadas. A esse respeito, Junqueira (2014) diz que

Historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do outro (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso o contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (JUNQUEIRA, 2014, p. 101).

Essa máquina educacional funciona desde as séries escolares iniciais e é reforçada pela mídia, família e religião, “produzindo” crianças e adolescentes que carregam uma formação voltada para a heteronormatividade, sexismo e racismo provavelmente até a vida adulta. Como ressaltai na introdução, percebemos que esses discursos afloram e são perpetuados, muitas vezes, de forma sutil e naturalizada, como afirma Louro (1997):

O processo de fabricação dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível (...). Nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como natural (LOURO, 1997, p. 63).

Se o considerado natural (e reforçado pela educação) é a dicotomia “homem x mulher” nos preceitos da estrutura familiar patriarcal, tudo o que foge a esta regra, ou seja, todas as demais identidades sexuais e de gênero seriam, dentro deste discurso heteronormativistas, anormais, adjetos, transgressores. Os discursos que seguem reforçam a ideia de que a escola, em suas diretrizes heteronormativistas, não está preparada para a diversidade e para as diferenças de gênero. Ao contrário, ela mantém ações e atitudes que perpetuam a ironia em forma de “piadinhas” naturalizadas e imperceptíveis pelos que as produzem, e tristemente internalizadas pelos que alunos considerados “diferentes”. Por exemplo, Ana Paula menciona que seu professor tentou abordar o tema, ou seja, nas palavras da aluna “no colegial eu tive um professor gay e ele tentou abordar o tema nas aulas, mas os alunos começaram a rir dessas

coisas”. Juliana, da mesma forma, complementa que “se lembra de ter tido um professor gay no ensino médio e que todos os alunos o chamavam de “bichinha” (*faggot*) e “chupador de pênis” (*dick sucker*), mas nunca o fizeram na frente dele, sempre pelas costas”. Eribon (2008), a esse respeito afirma que “a injúria não é apenas uma fala que descreve. Ela não se contenta em anunciar o que sou”. Ela produz uma “consciência ferida, envergonhada de si mesma, torna-se um elemento constitutivo da minha personalidade” (ERIBON, 2008, p. 28). Alguns estudos sobre gênero e educação (LOURO, 1997; MOTT, 2007; JUNQUEIRA, 2009; GARCIA, 2009) indicam que a relação entre educação, sexualidade e homossexualidade perpassa, em muitos contextos brasileiros, pela tradição religiosa e por um preconceito bastante específico, a homofobia. Monica, por exemplo, menciona a influência religiosa em sua educação e afirma: “Estudei numa escola católica que não permitia aos professores abordar o tema relacionamento em geral, quanto mais as relações homossexuais. Eu me lembro ter sido isolada de minhas amigas por causa dos rumores sobre eu ser lésbica (embora eu seja bissexual). Eu acho que estava na sétima série”. A aluna denuncia o *bullying* sofrido e, interessadamente, busca justificar o fato de ser lésbica dizendo que na verdade é bissexual. Depreende-se aqui que ser bissexual é menos grave do que ser lésbica. A esse respeito, Mac An Hail (1991) pondera que as escolas são instituições heterossexistas nas quais “adolescentes e jovens que sejam identificados e/ou se identifiquem como gays ou lésbicas são quase sempre marginalizados na sala de aula”.

Sobre a pedagogia do silêncio e do silenciamento presente, segundo nossos estudos, em nossa educação (principalmente no ensino fundamental e médio), vemos um exemplo enfatizado e criticado por Pedro: “Eles não falavam do assunto. Eu me lembro dos meus colegas chamando um amigo de bicha e outros nomes e o professor não fez nada”. Complementando, outro aluno, Gustavo, afirma: “Eles – os professores – quase nunca falam do assunto, talvez porque eles tenham medo de ir fundo ao assunto”. Já Ítalo afirma que, além de os professores não se envolverem com assuntos da sexualidade ou homossexualidade, ele mesmo já sofreu *bullying*: “Eu mesmo já sofri *bullying*, mas a reação do professor foi a mesma, como foi em relação a qualquer outro conflito”. Em Ferraz (2014a, 2014b) tenho defendido que é com dor e coragem que jovens adultos saem dos armários e assumem suas sexualidades e opções sexuais numa sociedade como a nossa: extremamente preconceituosa que, paradoxalmente, julga o homossexual cotidianamente (o ano inteiro) mas permite que seus homens heterossexuais se transvistam (e usem calcinhas rosa) de mulheres e *drag queens*

na época do carnaval , como colocado por Trevisan (2011) na obra *Devassos no Paraíso*: “Não é exagero dizer, por conseguinte, que o carnaval e desvio correm juntos, coisa que se nota num simples passar de olhos, seja nas ruas ou nos salões” (p. 392). Complementa o autor:

Em Olinda, conhece-se o tradicional Bloco das Virgens, com 200 a 300 homens – previamente inscritos – desfilando vestidos de mulher. As fantasias costumam ser muito rigorosas, com modelos chiques, perucas e sapatos de salto alto. Os participantes imitam atrizes e cantoras famosas. No final do desfile, ocorre um concurso no qual se escolhe “a virgem mais bela e mais sensual”, que recebe um troféu oferecido pelas indústrias e prefeitura locais. O mais estranho neste clube carnavalesco organizado por militares é que o regulamento não permite a participação de homossexuais notórios, e nem demasiados trejeitos femininos (TREVISAN, 2011, p. 393).

Assim é que, mesmo no carnaval e transvestidos de mulheres, o heterossexuais-heterossexistas não permitem que gays ou transgêneros a eles se misturem, silenciando suas vozes e afirmando a heteronormatividade como padrão. Essas vozes (a dos realmente gays e transgêneros) silenciadas vão, aos poucos, acreditando que devem permanecer como tal e que o problema são elas mesmas.

Livro didático: homossexualidade, família e religião

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores.

Louro, *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.*

A segunda pergunta indagou: No capítulo sobre família nos livros didáticos que você utilizou para aprender inglês (ou nos livros que você usa para ensinar agora), havia (há) casais gays ou lésbicos como possibilidades de famílias? Escreva seu posicionamento em relação a isso²⁸. Todas as respostas foram unânimes na ausência dessas possibilidades de família. Isso mostra, de início, que, se o material didático muitas vezes se reduz ao livro didático no ensino

²⁸ B.In the family chapter of the materials you used to learn English (or you use to teach English now), did (does) it present gay or lesbian couples as a possibility of family? Write your positioning.

e aprendizagem de língua inglesa, dificilmente uma abertura para esses temas se realizará se os mesmos não foram contemplados nas séries de livros. Interessantemente, há capítulos nos quais se discutem alguns tabus, tais como aborto, fumo e adições a drogas, álcool, entre outros. Entretanto, percebemos que a geração de jovens que a nós chega, sugere e de certa forma exige que os temas da sexualidade sejam abordados. Ítalo afirma que “eu nunca vi nenhum material (como aluno ou como professor) que apresentasse casais gays ou lésbicos como possibilidades de famílias. A discussão desse tipo é muito recente e penso que estamos fazendo bem ao buscar incluir casais gays no capítulo das famílias”. Fabiana concorda com Ítalo no que diz respeito à ausência desses temas e acredita que “hoje em dia as pessoas são mais respeitadas e falam mais sobre isso”. Nas palavras de Lucas: “o material nunca apresentou outra possibilidade além de casais heterossexuais. Eu gostaria de ver outros tipos de casais, uma vez que os livros objetivam ilustrar situações reais de vida”.

Salvo o perigo da generalização, percebo que os materiais importados, por serem espalhados pelo mundo e por terem a ideia de abrangência (por exemplo, *Interchange*, *WorldLink*, *English to Go*, entre tantos outros) tendem a não tocar temas considerados tabus ou polêmicos. Além disso, os modelos de família presentes nessas coleções são não somente heteronormativos, mas também o modelo de “família perfeita”. As duas únicas exceções às respostas foram de Luciana e Renata. Luciana afirma que utiliza um livro para crianças intitulado *The Family Book* (Todd Parr) e que o livro “fala de todas (ou quase todas) as possibilidades de família: adoção, casais gays, pais de segundo casamento, etc”. Caminhando na direção oposta às visões tradicionais de família, algumas coleções do PNLD (BRASIL, 2011) de línguas estrangeiras trazem, assim como no *The Family Book* acima, diversos arranjos familiares brasileiros, os quais incluem casais heterossexuais, pais solteiros e filhos, mães solteiras e filhos, bem como casais homossexuais gays e lésbicas. O PNLD, nesse sentido, configura-se como uma importante contribuição para a educação de línguas estrangeiras. Segundo Jorge e Tenuta (2011),

Sinalizamos a possibilidade de alguma mudança. No momento histórico em que coleções didáticas de inglês e espanhol são, pela primeira vez, avaliadas no âmbito de PNLD e esse livro didático passa a integrar o contexto de aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, uma alteração do cenário é potencializada para além da simples utilização de uma ferramenta de boa qualidade em sala de aula (JORGE e TENUTA, 2011, p. 131).

Já Renata levou a discussão da família e dos livros para outro caminho. Ela diz que “como uma pessoa religiosa, eu discordo do comportamento gay ou lésbico. Entretanto, eu deveria discutir o tema com meus alunos e não é porque discordo que odeio essas pessoas. E a maioria dos gays e lésbicas pensa que as pessoas religiosas odeiam a homoafetividade. E não é verdade. Porque se os odiássemos, estaríamos quebrando as regras de Deus”. A esse respeito, Prado e Machado (2008) asseveram que em nossa sociedade, a não heterossexualidade foi gravemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelo discurso religioso e médico-científico legitimou instituições e práticas sociais baseadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levaram à discriminação negativa e à punição de diversos comportamentos sexuais, sob a acusação de crime, pecado ou doença (PRADO e MACHADO, 2008, p. 12). Renata parece reforçar o discurso de inclusão e aceitação afirmando que não odeia gays e lésbicas, mas os aceita, pois, se não os aceitasse, estaria “quebrando as regras de Deus”.

Num estudo sobre a homossexualidade masculina e a experiência religiosa pentecostal, Natividade (2005) mostra que uma análise mais apurada das biografias de homens que decidem seguir uma religião pentecostal permite compreender que, “ainda que a cura da homossexualidade não seja o principal motivo de adesão religiosa, configura uma das principais lutas da batalha espiritual pela constituição de uma identidade de escolhido por Deus” (NATIVIDADE, 2005, p. 254). No mesmo estudo o autor afirma que “a homossexualidade seria consequência da socialização de lares disfuncionais, famílias desestruturadas, produzindo uma distorção de personalidade e uma identificação com os papéis de gênero inadequados” (ibid, p. 260). Por isso, vemos os discursos como o de Renata acima, ou seja, não devemos odiá-los, mas aceitá-los e perdoá-los, uma vez que são disfuncionais, distorções da norma, desestruturados e inadequados. Portanto, o livro didático, muitas vezes considerado a “bíblia” do ensinar uma língua estrangeira, pode abarcar visões multifacetadas ou não sobre temas como família e religião. Penso que cabe a nós, educadores, problematizar a presença ou ausência de múltiplas visões, bem como discutir as interpretações e as bases do pensamento (filosóficas) nas quais se apoiam nossos educandos/futuros educadores.

À guisa de conclusão

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual.

Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.*

Neste artigo, indaguei se haveria espaço para a criticidade e discussão sobre sociedade e cidadania nas aulas da disciplina de *Escrita Acadêmica em Inglês*. Acredito que sim, pois mesmo numa disciplina de escrita, podemos trazer temas relevantes aos estudantes. Em meu contexto, os próprios estudantes de Letras vêm sugerindo a inclusão de temas como cidadania, cultura e diversidade nas aulas. Outra questão levantada foi: Seria possível conectar e discutir temas, tais como a escrita acadêmica, sexualidade, homossexualidade e homofobia? É possível, embora pense que os caminhos do ensinar e do pesquisar sejam, neste caso, difíceis e labirínticos. Difíceis, pois os temas aqui discutidos, caros à sociedade e aos educandos, são geralmente excluídos da escola. Labirínticos, uma vez que, ao iniciar esta pesquisa em minhas aulas, também não sabia da reação e do impacto que ela causaria. Apesar do silêncio de muitos estudantes, percebo em alguns o desejo de serem ouvidos e respeitados por fazerem parte da comunidade LGBT na universidade. Segundo Prado e Machado (2008),

Baseado nas lógicas de superiorização e inferiorização dos grupos sociais, o espaço público no Brasil tem se caracterizado como hierarquizado e autoritário. Bastante amplo para aprofundarmos aqui, mas que se torna relevante na medida em que a lógica de hierarquização segue uma cadeia de valores hegemônicos que contribuirá para o posicionamento dos sujeitos homossexuais em lugares de subalternidade, ainda que estes lugares estejam disfarçados muitas vezes pela lógica da excentricidade e pelo preconceito (PRADO e MACHADO, 2008, p. 11).

Posicionar-se diante das lógicas de inferiorização de gays, lésbicas e transgêneros de forma crítica, prática e teórica, pode engendrar novas posturas do intelectual transformador (GIROUX, 1997) e do educador-pesquisador (BORELLI e PESSOA, 2011) aqui defendidos. “Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende isso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos” (LOURO, 1997). “Os professores brasileiros preferem ignorar o fato de a escola estar povoada por indivíduos que diferem das normas convencionais. As escolas

brasileiras não permitem uma prática pedagógica a qual reflita sobre essas diferenças e seus efeitos sociais e culturais” (JESUS, 2012, p. 155).

Por fim, acredito que haja espaço para a problematização da sexualidade, homossexualidade e homofobia nas aulas de língua inglesa. Os estudantes de Letras desta pesquisa, em sua maioria, estão preparados para discutir tais temas em suas aulas, sinalizando novos tempos. Kalantzis e Cope (2008, vxi) têm defendido uma nova aprendizagem e uma arte de ensinar que, como vocação e profissão, não simplesmente reproduzam e reflitam as heranças e práticas seculares das instituições escolares. Esta pesquisa, imbricada com a prática pedagógica, buscou esse repensar do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

Referências

BORELLI, J. D. V. P.; PESSOA, R. R. Linguística Aplicada e formação de professores: convergências da atuação crítica. In: PESSOA, R. R. e BORELLI, J. D. V. P. (orgs) **Reflexão e Crítica na formação de professores de língua estrangeira**. Goiânia: Editora UFG, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia: História e Crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias** – conhecimentos de línguas estrangeiras. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 10 fevereiro 2015.

BRASIL. **PNLD**. Programa Nacional do Livro Didático. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391option=com_contentview=article Acesso em 10 fevereiro 2015.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERRAZ, D. M. **Letramento Visual: a leitura de imagens nas aulas de inglês**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

_____. Sexualidade e educação de línguas estrangeiras: homossexualidade e homofobia em questão In: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2014, Rio Grande. **ABEH Anais**. Rio Grande: FURG, 2014. v.1. p.1-300.

_____. Sexualidade, homossexualidade e homofobia: desafios e contribuições das línguas estrangeiras. In: **III Seminário de Educação, Diversidade sexual e Direitos Humanos (anais)**. Vitória: GEPS, 2014. v.3.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCIA, M. R. V. “Homofobia e Heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo”. **Anais do IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**, 2009. Disponível em: http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/?page_id=153 Acesso em: 10 fevereiro 2015.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: Novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GREEN, J. N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

JESUS, D. M. G. Gender and Language Teacher Education in a Brazilian context. **Polifonia**, v. 19, n. 25, 2012.

JORGE, M. L. S.; TENUTA, A. M. O lugar de aprender língua estrangeira é a escola: o papel do livro didático. LIMA, D. G. (org) **Inglês em escolas públicas não funciona: uma questão, múltiplos olhares**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**. v. 2, n. 2, pp 208-230, 2009.

_____. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. RODRIGUES, A. et al. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

_____. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente”, o “excêntrico”. In LOURO, G.L. et al. **Corpo, Gênero e Sociedade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013 (9 ed.).

NATIVIDADE, M. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. HEILBORN, M. L. et al (org). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Parâmond, 2005.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística aplicada crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2014.

KALATZIS, M. COPE, B. **New Learning: Elements of a Science of Education**. Melbourne: Cambridge University Press, 2008.

RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2014.

SIMÕES, J. A.; FAQUINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Anexo 1 – Atividade realizada

Academic Writing: Methodologies Practice

PART 1: Analyse the “real” research below. Discuss its relevance (or not). Use your positioning.

Research Title:	Sexuality and English Language Education: problematizing homosexuality and homophobia
Research outcomes:	To study the themes of sexuality, homosexuality and homophobia more specifically in ENGLISH classes of a Federal University in ES, as well as of public schools in the State. We intend to analyse how both teachers and students are dealing with these topics when they come out in classes (or when they are already there).
Abstract:	<p>Abstract</p> <p>This research investigates how English Language Education (or the area of ELT) positions itself in relation to sexuality, homosexuality and homophobia. We are assuming that these themes are central and, although contemporaneously present in educational discussions in several areas (e.g. in anthropology, psychology, social sciences, law, literature, etc.), they seem to be sidestepped by Foreign Language Teaching areas in the country. Nevertheless, recent debates on sexuality, homosexuality and homophobia have</p>

	<p>been present in social and TV media (for example, the news broadcasting of the controversial election of an openly homophobic and racist pastor to the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies). Thus, this research focuses on these topics, connecting the discussion to English Language Education (FERRAZ, 2012).</p> <p>Key words: English language education, sexuality, homosexuality, homophobia.</p>
Your positioning (critique, comments):	

PART 2: Now, watch the video entitled “A kid’s reaction to a gay couple” and analyse the possible methodologies to be applied in the study based on this video.



A kid’s reaction to a gay couple –source: <http://www.youtube.com/watch?v=-ybAlFrV8f4>

Research 1: Based on the video and on your personal experiences, answer the questions:

1. Do you have homosexuals (gays or lesbians or transgender) in your family?
 yes no
2. Do you have gay, lesbian, or transgender friends?
 yes no
3. Do you have homosexual students?
 yes no not applied
4. In your English classes (as a student), did (do) your teachers talk about sexuality, gender in classes?
 yes no
5. In the family chapter of the materials you used to learn English, did it present gay or lesbian couples as a possibility of family?
 yes no not applied
6. As a teacher, do you talk about sexuality?

- yes no
7. About the video “A kid’s reaction to a gay couple”, the kid’s reaction to the couple was...
- surprising negative positive natural
8. By deciding to use this video as source for research, the researcher is calling attention to:
- un-natural behaviour religion homophobia critique
- sexuality education English teaching and learning
- sin academic writing academic research
9. Your most probable reaction to a gay couple you meet at a party would be:
- surprising negative positive natural
- _____ _____

Research 2: Based on the video and on your personal experiences, answer the questions:

- A. In your English classes (as a student), did your teachers talk about sexuality, gender in classes? Do you remember any embarrassing or violent situation involving gender prejudice (homophobia, bullying, etc.).
- B. In the family chapter of the materials you used to learn English (or you use to teach English now), did (does) it present gay or lesbian couples as a possibility of family? Write your positioning.
- C. As a teacher, how do you teach/react when gay or lesbian or any other gender students are in your classes? Do you talk about sexuality? Do you “feel” you were prepared to talk about these themes when you were doing undergrad?
- D. About the video “A kid’s reaction to a gay couple”, the kid’s reaction to the couple was...
- E. Your most probable reaction to a gay couple you meet at a party would be.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL PARA OS ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM E TRABALHO

Vívian Cristina Rio Stella²⁹

Resumo: No Brasil, destacam-se, por sua produtividade e relevância acadêmica, os campos da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso, cujas investigações se baseiam nas abordagens enunciativo-discursiva e ergológicas. Já o campo da Sociolinguística Interacional, fundamental em tantos grupos de pesquisa do exterior, pouco tem pautado os estudos brasileiros sobre linguagem e trabalho. Neste estudo, apresentamos as principais contribuições da abordagem da sociolinguística interacional e propomos um diálogo, ainda que inicial, com a ergologia. Acreditamos que um maior diálogo entre essas abordagens (e entre as pesquisas desenvolvidas em cada área) pode contribuir para a melhor e maior compreensão dos fenômenos linguístico-interacionais-discursivos nos contextos profissionais/institucionais.

Palavras-chave: Linguagem e trabalho. Sociolinguística-interacional. Ergologia.

Abstract: *In Brazil, the fields of Applied Linguistics and Discourse Analysis stand out for their productivity and academic relevance. Their investigations are based on enunciative-discursive and ergological approaches. The field of Interactional Sociolinguistics, fundamental in many research groups abroad, has been less influential to the Brazilian studies on language and work. This article presents the main contributions of the interactional sociolinguistic approach and proposes a dialogue, even though brief, with ergology. We believe that a greater dialogue among these approaches (and among the surveys conducted in each area) can contribute to a better and deeper understanding of the linguistic-discursive-interactional phenomena in professional/ institutional contexts.*

Keywords: *Language and work. Interactional sociolinguistic approach. Ergological approach.*

²⁹ Pós-doutoranda do LAEL – PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil. Docente da Faculdade de Fisioterapia do Centro Universitário Padre Anchieta (Jundiaí-SP). E-mail: vivian.rio@gmail.com

Introdução

Para Yves Schwartz (2010b, p. 20), o trabalho “é uma realidade enigmática”, que “escapa a toda definição simples e unívoca”. Como postula o autor, na atividade de trabalho, há usos e não mera execução. O foco no uso, segundo Schwartz (2010b), lança luz à infidelidade crônica do meio e à impossibilidade de predeterminar inteiramente a atividade viva, pressupostos que redirecionam o olhar dos pesquisadores dessa abordagem para a complexidade da atividade e para o debate de valores entre o prescrito e o realizado e os usos do corpo-si.

Com base nesses preceitos, a Ergologia propõe uma abordagem “situada” do trabalho, com foco na atividade laboral e na potencialidade dos trabalhadores de compreender-transformar o que está em jogo, criando novas condições e um novo meio pertinente a si, a si em relação aos outros e ao meio. Essa abordagem vem pautando as principais pesquisas desenvolvidas nos campos da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso, com destaque para o GT da Anpoll Linguagem, Enunciação e Trabalho, cuja produtividade e relevância acadêmica são inegáveis³⁰.

Além desses dois destacados campos da Linguística, a Sociolinguística Interacional têm, cada vez mais, considerado em sua agenda de pesquisa o trabalho e sua relação com a linguagem como objeto de estudo, a fim de descrever e compreender os fenômenos linguístico-interativos em diferentes contextos profissionais/ institucionais. Mas esse campo tem se destacado fundamentalmente em grupos de pesquisa do exterior, sem maior representatividade nos estudos brasileiros sobre linguagem e trabalho.

Por isso, o objetivo deste artigo é apresentar a abordagem da sociolinguística interacional e alguns de seus principais temas de pesquisa, para demonstrar sua representatividade e propor um diálogo, ainda que inicial, dessa abordagem com a ergológica, tão crucial para os estudos desenvolvidos até o momento no país. Pretendemos, assim, ampliar o espectro de abordagens possíveis para o estudo dessa complexa relação entre linguagem e trabalho.

³⁰ Ver contribuições do GT Linguagem, Enunciação e Trabalho no site: <http://www.pgletras.uerj.br/gtlet/>

A importância do “so what? factor” para as pesquisas sobre linguagem e trabalho

Apesar do tema linguagem e trabalho ser relativamente recente na agenda de pesquisas da Linguística, muitas pesquisas, baseadas em diferentes orientações teórico-metodológicas, já foram desenvolvidas entre a metade da década de 1970, quando se iniciaram as investigações sobre o tema, até os dias de hoje. Para Bathia et al. (2009), pode-se agrupar as pesquisas sobre trabalho e linguagem em três categorias:

- (i) Descritiva: estudos de gênero textual, com foco em registros especializados, principalmente envolvendo textos escritos e variadas realizações multimodais e semióticas. Originalmente, como apontam Bathia et al. (2009), o ambiente de trabalho escolhido era o educacional, em especial, o acadêmico; atualmente, outros domínios de atuação profissional já vêm sendo estudados;
- (ii) Interpretativa: pesquisas com foco na fala e na interação em ambientes e situações profissionais e organizacionais, como reuniões de equipe e negociações corporativas, entrevistas de emprego, situações de conflito, recepção de más notícias em contexto hospitalar/saúde e interações em contextos interculturais;
- (iii) *Problem-centred*: estudos intervencionistas, em que há um envolvimento bem próximo de pesquisadores das áreas da linguística aplicada, da comunicação e da análise do discurso com profissionais de diversas profissões e organizações. Essas pesquisas, pautadas por abordagens interacionistas ou enunciativo-discursivas, priorizam, segundo Bathia et al. (2009), a análise dos fenômenos linguístico-discursivos para gerar impactos nos resultados da empresa.

De acordo com Bathia et al. (2009), essas categorias representativas das principais linhas de pesquisa sobre linguagem e trabalho demonstram tanto a possibilidade de diversas abordagens serem escolhidas e/ou relacionadas para a realização das pesquisas quanto a importância de (i) não só descrever a situação analisada em si, mas também (ii) analisar os significados produzidos pelos participantes nas interações nos mais diversos domínios do ambiente de trabalho (o jurídico, o hospitalar/saúde, o midiático, o educacional ou o corporativo/empresarial) e (iii) contemplar, nas análises, os níveis micro e macro de ordem institucional, isto é, considerar as particularidades do domínio e da situação profissional em foco e as inter-relações com os aspectos sociais e econômicos que tanto podem impactar as interações em uma dada situação. Para contemplar a complexa relação entre linguagem e trabalho, é preciso, portanto, considerar o que Bathia et al. (2009) denominam “so what? factor”, isto é, a abordagem dos fenômenos pelo pesquisador com foco tanto na contribuição acadêmica quanto na contribuição para a prática dos profissionais em suas interações cotidianas. Para os autores, portanto, tão importante quanto analisar os fenômenos linguísticos

no ambiente do trabalho é contribuir, de alguma forma, para a própria atividade laboral dos profissionais.

Nesse sentido, acreditamos que as pesquisas desenvolvidas no campo da Sociolinguística Interacional têm muito a contribuir. A seguir, apresentaremos os principais conceitos e temas que norteiam os trabalhos nesse campo.

A abordagem da sociolinguística interacional

A Sociolinguística, classicamente, é definida como o campo da Linguística que estuda as relações entre língua(gem) e sociedade, para explicar por que as pessoas falam de diferentes formas em contextos sociais distintos. Analisar as formas como as pessoas usam a língua(gem) permite obter uma vasta gama de informações sobre o funcionamento da língua(gem), sobre os relacionamentos sociais em uma comunidade e sobre as formas como as pessoas convencionam e constroem aspectos de sua identidade pela língua(gem).

Ainda que a Sociolinguística Variacionista, com seus estudos de correlação entre fatores externos e internos, seja a mais (re)conhecida abordagem dos estudos desse campo, especialmente por sua forte influência na constituição de atlas linguísticos (e, até mesmo, na discussão sobre norma e política linguística), existe uma outra abordagem muito produtiva para estudos focados em construção de identidades e interação face a face, em comunidades monolíngues ou plurilíngues.

Baseada nos campos da antropologia, da sociologia e da linguística, a Sociolinguística Interacional propicia, segundo Schiffrin (1994), um foco na construção situada dos sentidos, já que sua principal pergunta de pesquisa é “o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem?”.

Os sociolinguistas interacionais, com destaque para os trabalhos seminais de John Gumperz e Erving Goffman, propõem a análise dos momentos de interação como cenários de construção do significado social e da experiência, passíveis de interesse sociológico e linguístico. Essa análise permite demonstrar:

a complexidade inerente a qualquer tipo de encontro face a face, pois, na condição de participantes, estamos a todo momento introduzindo ou sustentando mensagens que organizam o encontro social, mensagens essas que orientam a conduta dos participantes e atribuem significado à atividade

em desenvolvimento e ao mesmo tempo que ratificam ou constestam os significados atribuídos pelos demais participantes”. (RIBEIRO e GARCEZ, 2002, p. 7)

O antropólogo-linguista Gumperz (1982), por exemplo, desenvolveu abordagens sociolinguísticas interpretativas de forma a dar conta desses diversos processos que ocorrem em tempo real durante encontros face-a-face. De acordo com Gumperz (1982), boa parte da estrutura conversacional permanece em aberto e sujeita aos processos locais de ajuste e seleção de recursos dos falantes, pois os fatores macroestruturais nunca determinam completamente o uso interacional da língua: há uma complexa rede de fatores, que influencia a interação entre os falantes: “entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções socioculturais” (KOCH, 1997, p. 7).

Esses fatores nos remetem à afirmação de Goffman (1981, 2002a, 2002b) de que cada participante entra em uma situação social portando sua biografia, construída por meio de interações passadas com outros participantes, além de vir com um grande conjunto de pressuposições culturais que presume serem partilhadas pelos sujeitos naquele momento interacional. A interação social, portanto, é o meio primordial através da qual as culturas são transmitidas, os relacionamentos são mantidos, as identidades são firmadas e as estruturas sociais de todo tipo são reproduzidas³¹. Assim, pela e com a linguagem, os indivíduos revelam quem são, a que lugar pertencem, que papéis são presumidos e assumidos no contexto interacional (GOODWIN e HERITAGE, 1990).

Isso significa, como afirmam Sarangi e Roberts (1999), que as experiências sociais são linguística e discursivamente mediadas e é a linguagem que permite aos indivíduos assumirem diversos papéis e, assim, construir suas identidades. Essas identidades, nas palavras de Angouri e Marra (2011), não surgem no vácuo social, elas existem graças às escolhas linguísticas, que estabelecem uma relação dialógica com a complexa matriz de estruturas sociais e ideológicas. Além disso, ao longo da interação, os participantes podem ser

³¹ Ressaltamos que os conceitos de Gumperz e Goffman pautam diversos estudos do GT Linguagem, Enunciação e Trabalho, mesmo que estes não se caracterizem como pesquisas da Sociolinguística Interacional. Isso revela tanto a importância dos dois autores em diferentes campos

orientados por inúmeros objetivos e distintas identidades, simultaneamente ou em diferentes momentos da interação. Como define Holmes (2009), essa construção de identidades engloba as identidades institucional (papéis e status profissionais), social (gênero e grupo étnico) e pessoal (por exemplo, o desejo de ser considerado amigável e bem informado). Segundo a autora, os interactantes, portanto, constroem esses aspectos de suas identidades que são mais relevantes para seus objetivos interacionais em um dado contexto e um momento específico.

Vale destacar que, nas interações profissionais, uma forma de interagir e usar a linguagem considerada uma norma aceita socialmente por certo grupo pode variar consideravelmente nas diferentes empresas, áreas de atuação profissional, contextos, culturas (HOLMES e STUBBE, 2003). Dessa forma, o profissional que não usar recursos linguístico-interacionais compartilhados e aceitos pelo grupo, provavelmente, não será considerado parte integrante daquele grupo, que compartilha certas práticas de linguagem³². É preciso, portanto, adquirir conhecimentos e práticas de como interagir apropriadamente nos vários contextos profissionais para que haja efetivamente a socialização no ambiente de trabalho.

Como afirma Wenger (1998), os conhecimentos e as práticas que propiciam essa socialização no ambiente de trabalho não se referem somente às ações dos indivíduos, mas sim às ações que carregam sentidos sociais que os sujeitos produzem num determinado contexto social e historicamente situado. Nesse sentido, o conceito de Comunidade de Práticas (doravante CofP) é valioso para os estudos pautados pela Sociolinguística Interacional, pois, como definem Lave e Wenger (1991), uma CofP é uma comunidade de pessoas engajadas em um esforço comum através de um entendimento mútuo e que “vem para desenvolver e compartilhar meios de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores – em resumo, práticas” (Eckert, 1992, p. 183).

À comunidade de práticas são atribuídas três propriedades fundamentais (Wenger, 1998, p. 73): (i) engajamento mútuo, princípio de reciprocidade e cooperação em fazer algo junto, por meio do qual ocorrem os alinhamentos das ações interativas entre os membros da comunidade; (ii) empreendimento comum, que consiste na negociação de objetivos

da Linguística quanto o caráter interdisciplinar das pesquisas sobre a complexa realidade do contexto profissional.

³² Essa diferença de recursos linguístico-interacionais compartilhados e aceitos por certos grupos fica ainda mais evidente quando se pesquisam interações interculturais. Para saber mais, ver Bathia et al. (2008).

partilhados pelos participantes no curso de uma determinada prática interativa; (iii) recursos compartilhados (discursos, rotinas cotidianas, recursos linguísticos) mobilizados pelos sujeitos na interação para a construção do significado social, reflexo do histórico de interações dos membros ao longo do tempo.

Esse conceito de Comunidades de Práticas (CofP) vem sendo utilizado nas análises de interações no ambiente de trabalho, pois os aspectos que estruturam as práticas nos mais diferentes ambientes profissionais podem influenciar diretamente o engajamento dos sujeitos, a participação deles num empreendimento comum, alcançado através de processos coletivos de negociação, e o uso dos recursos acumulados pelo histórico de interações do grupo.

Esses pressupostos e conceitos da Sociolinguística Interacional têm norteado as análises das interações no ambiente profissional, em que a diversidade de interlocutores e contextos interativos (os colaboradores interagem com subordinados, superiores, pares, clientes e parceiros em reuniões, apresentações em público, sessões de *feedback*, telefonemas, trocas de e-mails) impactam os recursos linguístico-interacionais mobilizados pelos profissionais.

Principais temas de pesquisa desenvolvidos no campo da Sociolinguística Interacional

Dentre os principais temas que norteiam as pesquisas³³ pautadas pela abordagem da sociolinguística interacional, devido à sua importância verificada nas interações profissionais, estão gênero, humor e polidez, “small talk”, dentro outros, como cultura organizacional, uso de metáforas etc.

³³ Dois importantes grupos de pesquisa realizam estudos pautados pela Sociolinguística Interacional, com certa interface com a Linguística Aplicada. O primeiro é a “Asia-Pacific LSP and Professional Communication Association”, formada por pesquisadores de universidades de diversos países da região, especialmente das Universidades de Honk Kong e Sidney, cujos trabalhos foram organizados por Bathia, Cheng, Du-Babcock e Lung (2009) e publicados no livro *Language for Professional Communication: Research, Practice and Training*. Tanto nessa publicação quanto nas discussões teórico-analíticas, o grupo conta também com a colaboração de pesquisadores de outras partes do mundo. O segundo é o “Language in the Workplace Project”, dirigido por Janet Holmes, da Victoria University of Wellington, Nova Zelândia, que conta com importantes pesquisadores, como Meredith Marra, Bernadette Vine, Maria Stubbe, Nikky Riddiford, dentre outros. Ainda que sua filiação teórica-analítica principal seja a Sociolinguística Interacional, o grupo busca articular a essa abordagem as contribuições da Linguística Aplicada, da Análise da Conversação (gestão de turnos e estratégias de polidez/cortesia) e Análise Crítica do Discurso (poder, exploração e desigualdade como condições sociais da linguagem).

O gênero é tematizado e analisado em grande parte dos estudos dessa abordagem sobre linguagem no contexto profissional, o que se comprova pelos inúmeros estudos publicados, especialmente nas décadas de 1990 e 2000. Para Kendal e Tannen (1997), a pesquisa sobre gênero e linguagem no ambiente de trabalho divide-se em três categorias, de acordo com os objetivos de investigação: na primeira, estão os estudos que analisam como mulheres e homens agem uns com os outros no trabalho; na segunda, os estudos focam em como mulheres e homens exercem sua autoridade em diferentes cargos profissionais; na terceira, as investigações, pautadas por estudos das duas categorias precedentes, englobam o efeito da linguagem de homens e de mulheres usada em contextos de avaliação e notícias adversas.

Outro tema muito recorrente é o uso do humor, que vem sendo considerado um componente da cultura organizacional (SCHNURR e MAK, 2009; HOLMES e MARRA, 2011). Schnurrr e Mak (2009) afirmam que, em maior ou menor extensão, toda organização desenvolve uma cultura no ambiente de trabalho de forma a constituir uma comunidade de práticas distintiva, com formas específicas de agir e sistemas de compreensão compartilhada dentro da organização, processo do qual o humor frequentemente faz parte. Cabe salientar que, segundo Holmes (2007), um modelo adequado de análise do humor precisa ser integrado à teoria da polidez e cortesia (Brown e Levinson, 1987), pois, em interações em que há maior evidência de relações de poder entre os profissionais, o uso do humor é considerado uma estratégia de gerenciamento, uma forma de atenuar ou de reforçar os relacionamentos.

“Small talk” ou “social talk” é outra estratégia utilizada em interações profissionais muito relevante nas pesquisas sobre linguagem profissional. “Small talk”, tal como Goffman define, é um ritual, uma política interacional, que marca a entrada e o término de um jogo interacional, em que são alinhados os papéis dos participantes. Nas palavras de Holmes (2009), o uso de “small talk” azeita as engrenagens sociais no ambiente de trabalho. Como observou a autora, essa estratégia textual-discursiva pode ser usada, por exemplo, no início ou fim de um dia de trabalho, no começo de reuniões e nas transições de tópicos durante uma reunião. Por poderem ser formulaicas ou mais personalizadas, a depender de como o indivíduo queira utilizá-la, “small talk” é considerada uma estratégia interativa para o gerenciamento de relações no ambiente de trabalho muito produtiva para as pesquisas nesse campo.

A dinâmica de troca de turnos é outro fenômeno analisado, especialmente por pesquisas que se baseiam também em conceitos da Análise da Conversação, como as

desenvolvidas pelo grupo de pesquisa coordenado por John Heritage e Steven Clayman (2010). No livro “Talk in Action”, por exemplo, os autores analisam as características interacionais em diferentes contextos institucionais, como em centrais de atendimento de emergência, na interação médico-paciente, em julgamentos e em entrevistas midiáticas.

Ao analisar o gênero, o uso do humor e de “small talk”, a dinâmica de troca de turnos em contextos profissionais (dentre outros temas), os sociolinguistas interacionais buscam apreender como se dá a construção de identidades no ambiente profissional, por meio das escolhas linguísticas feitas pelos interactantes em negociações, reclamações, reuniões ou conversas cotidianas, que permeiam a atividade de trabalho (ANGOURI e MARRA, 2011). Nas pesquisas do campo da sociolinguística, portanto, procura-se articular os níveis micro e macro, tal como defende Bathia et al (2008), para compreender os fenômenos linguístico-interacionais no contexto profissional.

Esses temas de pesquisa, amplamente desenvolvidos em grupos internacionais, têm contribuído para a melhor compreensão de como se dão as interações em diferentes ambientes de trabalho. Seria muito produtivo que pesquisadores brasileiros também pesquisassem sobre esses temas considerando essa relação linguagem e trabalho, sob a perspectiva da sociolinguística interacional, para ampliar a compreensão desses fenômenos linguístico-interacionais e para, até mesmo, comparar os resultados obtidos em diferentes culturas e organizações. Trata-se, portanto, de um desafio para a agenda de estudos da sociolinguística brasileira.

Considerações finais: diálogos possíveis

Procuramos, neste artigo, apresentar os preceitos teóricos e as contribuições gerais da abordagem da Sociolinguística Interacional nos estudos sobre linguagem e trabalho, com o intuito de estimular a realização de pesquisas sob essa perspectiva, cuja produção ainda não é tão expressiva no Brasil quanto no exterior.

Vale ressaltar que as contribuições desse campo muito têm a dialogar com os conceitos que pautam a Ergologia, principal abordagem dos estudos da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso desenvolvidos no país que focam na atividade de trabalho, e vice-versa.

A definição de comunidades de práticas (CofP), por exemplo, permite analisar tanto as normas instituídas no ambiente profissional quanto os debates de normas e consequentes renormalizações feitas pelos trabalhadores em diferentes contextos, por distintas motivações. Apreender as práticas (modos de falar, crenças, valores) compartilhadas por profissionais engajados em um esforço comum através de um entendimento mútuo podem evidenciar justamente normas renormalizadas pelos trabalhadores em seu cotidiano de trabalho segundo engajamentos mútuos, empreendimentos comuns e recursos compartilhados. Numa linha de montagem, como exemplifica Souza-e-Silva (2008), como norma, proíbe-se falar, porém o coletivo cria uma regra para burlar essa norma, como cantarolar baixinho, a fim de evitar o sono quando as trabalhadoras estão muito cansadas. Nota-se que o que a autora destaca como uma nova regra, validada pelo grupo, é um recurso compartilhado por uma comunidade de prática (CofP), negociado a partir de objetivos partilhados pelos trabalhadores e mobilizado pelos sujeitos na interação para a construção do significado social, reflexo do histórico de interações dos membros ao longo do tempo. Assim, acreditamos que, é possível associar, de forma mais explícita, o conceito de comunidade de práticas (CofP) com os polos da ergologia, para se ter uma visão mais global e analítica das práticas dos profissionais.

Outro diálogo possível é considerar não apenas a interação em si no contexto profissional, como foca a Sociolinguística Interacional, mas também a verbalização sobre o trabalho, algo fundamental nos estudos enunciativo-discursivos que dialogam com a ergologia. De acordo com Schwartz (2010b, p. 145), verbalizar sobre a atividade laboral e sobre as competências muda a experiência das pessoas sobre sua própria atividade e sobre suas relações com os outros e faz com que o indivíduo passe a reconhecer o próprio trabalho. A verbalização sobre o trabalho, como afirma Di Fanti (2012), possibilita observar o que não é visível no trabalho real. Para a autora, é justamente no jogo entre o dito e o não dito, na tensão entre o refletir e o refratar, que as relações dialógicas instauradas proporcionam abertura para o debate e a produção de conhecimento. Como, na sociolinguística interacional (mas não só), a noção de contexto vem sendo ampliada e revista, com a articulação entre os níveis micro e macroestruturais (ou dimensões emergencial e incorporada, tal como propõe Hanks, 2008), descrever e interpretar “o que está acontecendo aqui e agora” com base na situação de uso da linguagem no trabalho pode ser insuficiente. É preciso abarcar o nível macro, para compreender quais são os saberes instituídos e historicamente consolidados e como os saberes práticos e os usos em si, de alguma forma, renormalizam essas regras,

mesmo que a análise sociolinguística ainda seja centrada nas falas nas atividades profissionais. Nesse sentido, parece-nos que pode ser muito útil considerar a verbalização sobre o trabalho para as análises das interações serem mais complexas e baseadas tanto no nível micro quanto no nível macro do contexto.

Pode-se observar, por esses breves apontamentos, que tanto as pesquisas sobre o trabalho desenvolvidas no campo da Sociolinguística Interacional podem contribuir com as desenvolvidas no campo da Linguística Aplicada e Análise do Discurso, sob a perspectiva ergológica, quanto o inverso pode ser extremamente produtivo, respeitando as particularidades teórico-metodológicas de cada uma.

O importante, a nosso ver, é que um campo tão fundamental quanto o da Sociolinguística Interacional passe a ter maior representatividade nas pesquisas sobre linguagem e trabalho no Brasil, para que seja possível (i) apreender as características linguístico-interacionais dos profissionais brasileiros e (ii) haver maior diálogo entre diferentes campos para a melhor e maior compreensão dos fenômenos linguístico-interacionais-discursivos nos contextos profissionais/institucionais. Os campos científico e profissional só têm a ganhar.

Referências

ANGOURI, J; MARRA, M. *Constructing identities at work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

BHATIA, V. K.; CHENG, W.; DU-BABCOCK; B.; LUNG, J. (Org.). *Language for Professional Communication: Research, Practice & Training*. Hong Kong: City University of Hong Kong, Asia-Pacific LSP and Professional Communication Association and The Hong Kong Polytechnic University, 2008. Disponível em: <<http://www.engl.polyu.edu.hk/rcpce/documents/LanguageForProfessionalCommunication.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DI FANTI, M.G.C. Linguagem e trabalho: diálogo entre a translíngua e a ergologia. **Desenredo**, Passo Fundo, v.8, n.1, p.309-329, jan./jun, 2012.

ECKERT, P.; MC-CONNELL-GINET. S. Think practically and look locally: Language and gender as community-based practice. *Annual review of Anthropology*. Palo Alto, CA (USA): Annual Reviews , v.27, p.461-90, 1992.

FAÏTA, D. La conduite du TGV: exercices de styles. *Champs Visuel*, Paris: L'Harmattan, n.6,

p.75-86, 1997.

_____. Análise das práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Tradução de Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002, p.45-60.

GOODWIN, C.; HERITAGE, J. Conversation Analysis. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, CA (USA): Annual Reviews, v.19, 1990, p.283-307.

GOODWIN, C.; DURANTI, A. (eds.) *Rethinking context: Language as interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

_____. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P.M. (Org.) *Sociolinguística Interacional*, 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002a.

_____. Footing. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Org.) *Sociolinguística Interacional*, 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002b.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HANKS, W.F. O que é contexto? In: BENTES, A.C.; REZENDE, R.C.; MACHADO, M.A.R. (Orgs). *Língua como prática social: das relações entre língua cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

HERITAGE, J.; CLAYMAN, S. *Talk in Action: Interactions, identities and institutions*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

HOLMES, J. *Gendered Talk at Work*. Oxford: Blackwell, 2006.

_____. Politeness, power and provocation: how humour functions in the workplace. In: van DIJK, T. (ed) *Discourse Studies*. v. III. London: Sage. p.76-101, 2007.

_____. Discourse in the Workplace Literature Review. In *Language in the Workplace Occasional Papers*, 2009. Disponível em <<http://www.victoria.ac.nz/lals/lwp/docs/ops/OP%2012.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____; MEYERHOFF, M. The community of practice: theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society*, v. 28, p.173-183, 1999.

_____; STUBBE, M. *Power and Politeness in the Workplace. A Sociolinguistic Analysis of Talk at Work*. London: Pearson Education, 2003.

_____; MARRA, M.; VINE, B. *Discourse, Ethnicity and Leadership*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2011.

KENDALL, S.; TANNEN, D. Gender and Language in the workplace. In WODAK, R. *Gender and discourse*. Ed. London: Sage, p.79-105, 1997. Disponível em: <<http://www9.georgetown.edu/faculty/tannend/TANNEN%20ARTICLES/PDFs%20of%20Tannen%20Articles/1997/gender%20and%20language%20in%20the%20workplace.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2013.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P. M. (Org.) *Sociolinguística Interacional*, 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SARANGI, S.; ROBERTS, C. (Org.). *Talk, work and institutional order*. Discourse in medical, mediation and management settings. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell Publishers Inc., 1994.

SCHNURR, S.; MAK, B. Humour as an indicator of workplace socialisation. In: BHATIA, V.K.; CHENG, W.; DU-BABCOCK, B.; LUNG, J., (eds.) *Language for Professional Communication: Research, Practice and Training*. Hong Kong, China: City University of Hong Kong; Asia-Pacific LSP and Professional Communication Association, and The Hong Kong Polytechnic University, 2009, p.131-145.

SCHWARTZ, Y. Ergonomie, philosophie et exterritorialité. In: DANIELLOU, F. *L'Ergonomie en quête de ses principes*. Toulouse: Octarès, 1996.

_____. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. Trad. Jussara Brito et alli. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2a. edição revista e ampliada. Niterói: Editora da UFF, p. 37-46, 2010a.

_____. Trabalho e Ergologia – conversa entre Louis Durrive, Yves Schwartz e Marcelle Duc. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2a. edição revista e ampliada. Niterói: Editora da UFF, p. 25-36, 2010b.

SOUZA-E-SILVA, M.C.P. Atividade de Linguagem, Atividade de Trabalho: Encontro de Múltiplos Saberes. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUC-SP, v. XVIII, 2008, p. 1-21.

WENGER, E. *Communities of practice*. Learning, meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LOS USOS Y VALORES DE LOS PRETÉRITOS SIMPLE Y COMPUESTO EN CUENTOS ESCRITOS EN ESPAÑOL

Valdecy de Oliveira PONTES³⁴

Denisia Kênia Feliciano DUARTE³⁵

Resumen: Nuestro objetivo es analizar los usos y valores de los pretéritos simple y compuesto en español desde el punto de vista de la diversidad lingüística. Trabajaremos con la variación de los pretéritos en estudio, a través de un *corpus* formado por 6 cuentos de países distintos, basándonos en la división de Rama (1982) y en la propuesta de Moreno Fernández (2010). Por último, analizamos los usos del PS y del PC en nuestro *corpus*, a fin de comprobar la hipótesis de que estos tiempos verbales, en contextos reales de uso de la lengua española, están sometidos a la variación.

Palabras-clave: Lengua española. Variación lingüística. Pretéritos.

Abstract: *Our goal is to analyze the uses and values of simple and compound past in Spanish through written short stories in this language, having in mind the point of view of linguistic variety. We worked with the variation of the past forms through a corpus composed of six short stories from different countries, based on the Rama division (1982) and the proposal of Moreno Fernández (2010). At last, we analyzed the uses of SP and CP in our corpus, proving the hypothesis that these verb tenses in real contexts of use of Spanish are subjected to variations.*

Keywords: *Spanish. Linguistic variation. Past forms.*

³⁴ Pós-Doutor em Estudos da Tradução - UFSC e Doutor em Linguística – UFC; professor do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará – UFC; Líder dos Grupos SOCIOLIN-LE/UFC/CNPq e TRAFE/UFC/CNPq. valdecy.pontes@ufc.br

³⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará – UFC; bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Introducción

Sabemos que la lengua no es estable y homogénea, sino que sufre constantes cambios a lo largo del tiempo, esos cambios podrán convertirse en futuras variaciones en la lengua. Estas, a su vez, ocurren en varios estratos sociales y en los distintos contextos pragmático-discursivos. Sin embargo, con relación al uso de los pretéritos simple y compuesto del modo indicativo en español, la mayoría de las gramáticas descriptivas y pedagógicas del español aporta una distinción que desconsidera los distintos géneros y que no profundiza cuestiones relacionadas al uso, en las distintas zonas lingüísticas del español, conforme Pontes (2009) y Alegre (2007). Pensamos en un análisis más social, considerando los usos, valores y los distintos contextos de uso.

Teniendo en cuenta esta cuestión, el eje de este trabajo es el abordaje de la variación entre el Pretérito perfecto simple (PS) y el Pretérito perfecto compuesto (PC) en la lengua española, a través de cuentos. Puesto que, conforme Sánchez Lobato (1996, p.237), “en la manifestación escrita es más factible, por su reflexión, reconocer la norma del sistema de la lengua, la norma (valor sociocultural) que cohesiona todo el sistema español”. Además, podemos explotar las principales variantes sociolingüísticas tanto desde la perspectiva diatópica como diastrática.

Los pretéritos en español

A respecto de los usos y valores de los pretéritos en estudio, según Gutiérrez Araus (1997), aunque haya otros usos, los aspectos que definen el PC en el subsistema verbal de las formas pasadas son: (1) pasado continuativo resultativo en el presente – la acción pasada forma parte del presente, pues sus resultados aún perduran en el momento de la enunciación; (2) ante-presente – hace referencia a un tiempo pasado anterior al tiempo actual en el que la acción está centrada por el hablante a un plano actual; y (3) pasado enfatizador de una forma narrativa de pasado – es puesto por el hablante para dar mayor énfasis y fuerza emotiva a una acción pasada ya concluida. Tales matices son ausentes en el pretérito simple. En pocas palabras, el PC, con relación a la temporalidad, forma parte de un plano actual, en cambio, el

PS es una forma absoluta del pasado, o sea, no tiene relación con el presente. Veamos los ejemplos³⁶:

(1) Juan ha resbalado en una cáscara de plátano y se ha roto un brazo.

(2) Este año aún no he visitado a mis padres.

(3) Repentinamente el coordinador golpeó la puerta, entró en nuestra sala, llamó a dos alumnos, al salir, ¿saben lo que les ha dicho?

En el ejemplo (1), el pretérito perfecto tiene valor de pasado continuativo resultativo, pues cuando decimos “ha resbalado”, se comprende que la acción es un evento pasado, que sigue con efecto en el presente, pues el brazo roto es resultado del resbalamiento. En el (2), hay el valor de ante-presente, pues lo determinante cuando hace referencia al pasado no es el tiempo cronológico, sino el marcador temporal (este año) para dar una perspectiva actual al hecho. En el ejemplo (3), el pretérito perfecto tiene valor de pasado enfatizado, ya que es utilizado para dar énfasis al punto culminante en una sucesión de hechos.

Con respecto a lo gramatical, hay una serie de explicaciones en distintas gramáticas y libros didácticos para establecer la distinción entre la forma simple y la compuesta del pretérito. Por ejemplo, de acuerdo con Coan y Pontes (2013), la mayoría de los libros didácticos de español para brasileños explica la distinción entre estos dos tiempos solo a partir de los marcadores temporales. Sin embargo, según Briones (2001), no es fácil delimitarlos con total precisión. Conforme Castro (1996), el PS se usa para: (1a) expresar acciones terminadas, realizadas en una unidad del tiempo que el hablante considera sin continuación en el presente (los marcadores temporales, en general, son: ayer, anoche, anteayer, anteanoche, el año pasado, el lunes pasado, hace+días/meses/años, el otro día, etc); (2a) referirnos a una unidad de tiempo o espacio temporal en los que ya no está el hablante; (3a) hablar de cantidades de tiempo determinadas; (4a) contar los hechos o las acciones como algo independiente, no como costumbres; (5a) ordenar las acciones, cuando hay varias o interrumpirlas en transcurso; (6a) dar opinión, como el pretérito perfecto, pero dentro de los límites temporales que acabamos de señalar. Mientras el PC se usa para: (1b) hablar de acciones o situaciones ocurridas en un período de tiempo que llega hasta el presente, es decir, informa lo que ocurrió hoy, este mes/año, esta mañana/tarde/semana, últimamente, etc; (2b) hablar de acciones o situaciones

³⁶ Los ejemplos 1, 2 y 3 son de nuestra autoría. Para los demás ejemplos, haremos la debida referencia en el cuerpo del texto.

pasadas inmediatas, con expresiones como hace poco, hace un momento, hace un rato, etc. Veamos los ejemplos:

(4) Hoy he ido a la playa.

(5) Ayer fui a la playa.

En la sentencia (4), la acción ocurrió, pero aún resulta en el presente, visto que el día no se acabó. En el ejemplo (5), la acción no tiene relación con el presente, pues distinto del ejemplo anterior, el día ya se ha acabado.

Para distinguir el PS del PC, Bello (1979) hace la comparación entre las siguientes proposiciones:

(6) “Roma se hizo señora del mundo.” (BELLO, 1979, p. 423)

(7) “La Inglaterra se ha hecho señora del mar.” (BELLO, 1979, p. 423)

En el ejemplo (6), el autor afirma que el señorío de Roma es un hecho pasado. Pero, en la siete, trae Inglaterra como soberana de los mares en la época en la que el autor escribe el enunciado. Es decir, el señorío de Inglaterra, distinto al de Roma, se establece en el pasado, pero, sigue en el momento de la enunciación. O sea, tanto para Castro (1996) como para Bello (1979), la principal característica que difiere los pretéritos en estudio es la relación con el momento de la enunciación. La forma simple se emplea a eventos pasados y la forma compuesta a hechos pasados durativos que tienen relación con el presente.

Consideremos el contraste entre el pretérito simple y el pretérito compuesto. Según Alarcos Llorach (1994), con relación al modo, ambos llevan el morfema de indicativo y pueden referirse a hechos anteriores al momento de habla; el PS porque su morfema tiene perspectiva de pretérito, ya el PC por su perspectiva de presente. Podemos mostrar una misma realidad con las dos formas, esto depende de la perspectiva (temporal o psicológica). Veamos los ejemplos a continuación:

(8) En enero, se iniciaron las clases en las escuelas privadas.

(9) Este mes se han iniciado las clases en las escuelas privadas.

Al decir *en enero*, hacemos referencia a un segmento temporal que no incluye el momento de habla; al decir *este mes*, en cambio, el inicio de clases en las escuelas privadas forma parte de un espacio de tiempo que abarca el momento en el que se habla. Lo mismo sucede, cuando comparamos las afirmativas *Al principio creí que aprobarías en el examen* (se deduce que ya no lo creo, con perspectiva de pretérito), con *Desde el principio he creído que aprobarías en el examen* (sigo creyendo, con perspectiva de presente). Para Gómez Torrego

(2005, p. 150), la diferencia entre el pretérito perfecto compuesto y el pretérito simple “es que los hechos expresados por este último están fuera de la zona temporal del hablante”. Para ejemplificar, el autor presenta las siguientes afirmativas:

(10) Este año lo hemos pasado mal. (GÓMEZ TORREGO, 2005, p. 150)

(11) El año pasado lo pasamos mal. (GÓMEZ TORREGO, 2005, p. 150)

Como podemos constatar, en el ejemplo (10), la acción se sitúa en la misma zona de tiempo en la que está el hablante (este año); mientras que en el (11), el hablante se encuentra en otra zona temporal. Gómez Torrego (2005) resalta que esta relación temporal del hablante con la acción puede ser meramente psicológica. Veamos:

(12) Hace tres años que ha muerto mi padre. (GÓMEZ TORREGO, 2005, p. 150)

(13) Hace tres años que murió mi padre. (GÓMEZ TORREGO, 2005, p. 150)

A pesar de que el autor utilice el mismo marcador temporal (hace tres años) en ambas las frases, se puede inferir un significado distinto entre ellas, pues cuando utilizamos el pretérito perfecto se deduce que la acción perdura de alguna forma hasta el presente del hablante, o sea, la muerte del padre aún es sentida por la afectividad del hablante.

Vale resaltar que los usos de esos tiempos verbales sufren variación, como nos afirma Alarcos Llorach (1994), en América, se usa el pretérito simple frente al pretérito compuesto: *Yo no sé cómo no lo encontraron hasta ahora...*, en lugar de *han encontrado*. En cambio, en las hablas de Madrid y de las zonas andinas de Argentina, se señala una frecuencia mayor del pretérito compuesto.

Con relación a la variación lingüística, conforme Penny (2004), la alternancia entre las formas del PS y del PC ha sido objeto de atención antes de la aparición de la Sociolingüística variacionista. Gramáticos y dialectólogos ya han discutido a respecto de esa alternancia, señalando las diferencias entre unas regiones y otras, así como el hecho de que las oposiciones temporales y aspectuales entre las formas de conjugación se neutralicen en no pocas ocasiones. Para Donni de Mirande (1992), en el uso de los perfectivos (simple y compuesto) de indicativo hay tendencias a preferir uno u otro de ellos, según las regiones. Penny (2004) destaca que esta preferencia por una de las formas, que actúa en este sentido como una especie de “marcador regional”, llevó a algunos lingüistas a concluir que la oposición entre el PS y el PC parece neutralizada en algunas variedades de la lengua española.

Además, hay varias investigaciones variacionistas y dialectales que aportan la variación diatópica, entre ellas Moreno de Alba (1997) y Miranda (1980, 1981). En la tabla a

continuación, podemos notar la distribución de las variantes PS y PC en diversas ciudades del mundo hispánico:

Tabla01: Distribución de la variantes PS y PC

	P.SIMPLE %	P.COMPUUESTO %
Madrid	58	42
México D.F	80	20
Santiago (Chile)	74	26
San Juan (P. R)	72	28
Caracas (Jonge)	76	24
Caracas (Bolívar)	89	11

Fuente: (MORENO DE ALBA, 1997, p. 623)

Podemos constatar la presencia mayor del PS en todas las regiones, pero esta es más frecuente en el habla americana frente a la española. Estudios, como el de Serrano (1995), sobre el español hablado en Santa Cruz de Tenerife, deducen que ese cambio es impulsado por ciertos grupos sociales que son atraídos por el prestigio de la norma del español peninsular.

Por fin, teniendo en cuenta lo expuesto en esta sección, puntuamos algunas consideraciones de investigaciones más recientes sobre los usos de los pretéritos analizados:

- a) Oliveira (2007) constató que tanto en los países americanos como en España hay el uso de los dos pretéritos, pero estos se dan de forma diferente. En este segundo, aunque la ocurrencia del PC haya sido mayor que en los países de América, el empleo del PS sigue siendo más frecuente en todo el contexto hispánico;
- b) según Oliveira (2010), los complementos adverbiales prehodiernos (ayer, la semana pasada, etc) favorecen el uso del PS, mientras que los hodiernos (hoy, esta mañana, etc) al PC. Sin embargo, la oposición entre el PS/ayer y el PC/hoy, que traen algunas investigaciones, no se comprueba en sus datos, pues se puede encontrar en contexto hodierno la forma verbal simple;
- c) Santos (2009) constata por sus análisis que el PS y el PC tienen distribuciones de usos distintas en cada centro urbano analizado, pero en ellos el pretérito simple es predominante;
- d) Izquierdo y Utrilla (2010), con base en muchos estudiosos, entre ellos Moreno de Alba (1986) y Gutiérrez Araus (2006), subrayan algunos aspectos importantes en relación con

los usos del pretérito simple y del pretérito compuesto. Al revés de lo que nos dice gran parte de los materiales didácticos, los autores muestran que ocurre el uso del pretérito perfecto en América, aunque haya el predominio de la forma simple.

Metodología

En este apartado, tratamos de describir la metodología empleada, en esta investigación, que tiene por finalidad analizar los usos y valores de los pretéritos, a partir de 6 cuentos de países distintos. Considerando las propuestas de Moreno Fernández (2000, 2010)³⁷ y de Rama (1982), presentamos seis zonas:

- a) Caribe: Cuba, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela y Colombia;
- b) México y América Central: Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Costa Rica y Nicaragua;
- c) Andes: Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia;
- d) Río de la plata y del Chaco: Argentina, Paraguay y Uruguay;
- e) Chile;
- f) España (La Coruña - Galicia)³⁸.

A seguir, describimos la naturaleza de la investigación, los criterios para la elección de los cuentos, los procedimientos metodológicos para la generación y recolección de datos y cómo estos han sido analizados.

Criterios para la elección de los cuentos

Nuestro punto de partida para la elección de nuestro *corpus* fue el contexto geográfico. Para ello, fueron seleccionados 6 cuentos, uno para cada zona lingüística, teniendo en cuenta los siguientes factores:

- a) Autor representativo para la zona lingüística;

³⁷ Moreno Fernández (2000, 2010) retoma la propuesta de Pedro Henríquez Ureña (1921).

³⁸ Moreno Fernández (2000, 2010) habla de tres variedades geolectales en España (la castellana, la andaluza y la canaria). Por ello, en esta investigación, especificamos la región del autor del cuento español. Camilo José Cela nació el 11 de mayo de 1916 en la población gallega de Iria Flavia (Padrón, provincia de La Coruña, España).

- b) Presencia de los pretéritos simple y compuesto;
- c) Nivel.

Procedimientos metodológicos

El primer paso metodológico, en esta investigación, fue la delimitación del fenómeno de estudio, seleccionado a partir de investigaciones sobre los pretéritos. Decidimos trabajar con el pretérito simple y el compuesto debido a la carencia de trabajos en esta área y la dificultad de delimitación con respecto al uso de estos tiempos verbales por estudiantes y profesores.

Los factores de análisis que fueron utilizados, en este trabajo, son:

- a) grupos de factores lingüísticos: Usos y valores, contexto de uso y marcadores temporales;
- b) grupos de factores extralingüísticos: Zonas, cuentos y autores.

No tenemos la pretensión de generalizar el uso de las formas analizadas, sino objetivamos analizar la expresión de pasado en el *corpus* seleccionado. Optamos por trabajar con cuentos, pues estos son textos auténticos y ofrecen un gran repertorio de variantes diatópicas, diastráticas y diafásicas, conforme Naranjo y García (2000). Para cada zona lingüística, seleccionamos un cuento, este significativo para la producción literaria de sus respectivos autores, según los teóricos (ALVAR, 2001; OSEGUERA CHÁVEZ, 2000; LORENZO, 2006; DÍAZ PLAJA, 1960; BARRERA, 2008; MARTÍNEZ, 2008). Veamos el *corpus* seleccionado:

- a) Caribe: El cuento “El enemigo” del autor cubano Virgilio Piñera;
- b) México y América Central: El cuento “¡Dile que no me maten!” del autor mexicano Juan Rulfo;
- c) Andes: El cuento “Sólo viene a hablar por teléfono” del autor colombiano Gabriel García Márquez;
- d) Río de la plata: El cuento “Las armas secretas” del autor argentino Julio Cortázar;
- e) Chile: El cuento “La nieve” del autor chileno Roberto Bolaño;
- f) España: El cuento “La eterna canción” del autor español Camilo José Cela.

Analizamos los datos obtenidos en la colecta, conforme los siguientes factores: usos y valores del pretérito simple y del pretérito compuesto; zonas lingüísticas; cuentos y autores seleccionados. Para esto, dividimos nuestro análisis en las siguientes etapas:

- a) Mapeo: para puntuar los usos del pretérito simple (PS) y pretérito compuesto (PC) con base en los estudios realizados, mencionados anteriormente. (ALARCOS LLORACH, 1994; CASTRO, 1974; OLIVEIRA, 2007-2010; SANTOS, 2009; PONTES, 2009; IZQUIERDO Y UTRILLA, 2010; ALEGRE, 2007; GUTIÉRREZ ARAUS, 1997; GÓMEZ TORREGO, 2005).

b) Análisis cualitativo: con la finalidad de describir y analizar los usos y valores de los pretéritos simple y compuesto en nuestro *corpus*.

Por fin, identificamos los factores lingüísticos y extralingüísticos que favorecen una variante del pretérito perfecto frente a otra.

Análisis de los datos

A partir de los cuentos: “La nieve”, de la obra “Llamadas Telefónicas” del autor chileno Roberto Bolaño; y “Sólo viene a hablar por teléfono”, de la obra “Doce Cuentos Peregrinos” del autor colombiano Gabriel García Márquez. Analizamos la variación en el uso de los pretéritos simple y compuesto, con fin de deshacer la idea errónea de que en América no se utiliza el pretérito compuesto. Para esto, comprobamos, a partir de los cuentos, que hay la convivencia de estas dos formas del pasado y que una prevalece frente a la otra como nos dicen los estudios realizados (OLIVEIRA, 2007, 2010; PAIXÃO, 2011; PONTES, 2009; IZQUIERDO Y UTRILLA, 2010; ALEGRE, 2007). Veamos los ejemplos:

(14) “Mi infancia fue feliz y no tiene nada que ver con lo que después **ha sido** mi vida [...]”
(La nieve - Roberto Bolaño)

Conforme Castro (1996), usamos el PC para hablar de acciones o situaciones ocurridas en un período de tiempo que llega hasta el presente, entonces, por este ejemplo, concluimos que el autor utiliza la forma compuesta, puesto que la acción aún perdura de alguna forma en la zona temporal actual del hablante, puesto que, excepto el período de la niñez, cuando Rogelio Estrada vivía en Chile con su familia, su vida ha sido triste y aún sigue así (PC con valor durativo), pero esto no tiene nada que ver con los hechos sucedidos en su niñez, su tristeza está relacionada a lo que él ha vivido después de esta etapa, entre los motivos el hecho de que la mujer de quién se había enamorado, era la misma que su jefe aspiraba y logró quedarse con ella, y, por fin, la tragedia que este amor ha resultado.

(15) “[...] el mejor amigo que **he tenido** si descuento a los de la patota de Santiago, que se quedaron allá y a los que probablemente no voy a ver [...]” (La nieve - Roberto Bolaño)

Consideramos en el ejemplo arriba, no solo la cuestión temporal, si el sujeto aún sigue siendo o no el mejor amigo de la persona que habla, sino la cuestión psicológica señalada por Gómez Torrego (2005), o sea, no atribuimos el uso del PC solamente a la zona de tiempo en la

que ocurre la acción, pero, también, a la afectividad sentida por el hablante, es decir, al sentimiento de amistad aún sentido por Rogelio Estrada en el presente momento.

(16) “[...] Los gustos de Pavlov eran eclécticos, como suele decirse, ¿verdad? Yo, con franqueza, sólo **he leído** a Bulgákov y lo **leí** por amor a Natalia, del resto no tengo ni idea, no soy hombre de lecturas, eso se nota.” (La nieve - Roberto Bolaño)

Es necesario analizar, en este ejemplo, no solamente el verbo leer conjugado en el PC (he leído), sino, también, en el PS (leí). Pues, el sentido durativo de PC se opone al sentido puntual, y ese dato con el mismo verbo – leer - es buen ejemplo de los matices distintos de las dos formas verbales PC/PS. Comprendemos que se utiliza la forma compuesta con un valor durativo, pues la acción de leer es pasada, pero aún forma parte del presente, o sea, Rogelio Estrada hasta ahora solo ha leído aquel libro en particular entre los que a su patrón le encantaban, y solo lo leyó porque sabía que a Natalia, la chica de quién él se había enamorado, le gustaba. Por otro lado, se utiliza la forma simple con un valor puntual refiriéndose al momento de la lectura, que transcurre en el pasado, es decir, la lectura del libro se encuentra en otra zona de tiempo, el acto de leer no sigue hasta el momento dónde está inserto el hablante, pues Rogelio no sigue leyendo a Bulgákov hasta el momento en que su jefe hace la reunión con sus empleados para charlar sobre los contenidos que le apetecen.

(17) “Al cuarto día le contestó una andaluza que sólo iba a hacer la limpieza. <<el señorito **se ha ido**>>, le dijo, con suficiente vaguedad para enloquecerlo.” (Sólo vine a hablar por teléfono - Gabriel García Márquez)

En esta sentencia, teniendo en cuenta lo que nos dice Gutiérrez Araus (1997), comprendemos que se utiliza el PC con aspecto de ante-presente, puesto que la acción de irse, a pesar de ocurrir en un tiempo anterior a la acción que se transcurre, está centrada en el presente, es decir, cuando la chica que iba a hacer la limpieza dijo a Saturno que el hombre que él pensaba que era el amante de María ya se había ido, interpretamos que el autor utiliza la forma compuesta para dar una perspectiva actual al hecho, o sea, que el supuesto hombre con quien María estaba teniendo una aventura, se había ido recientemente, mientras utiliza la forma simple, puesto que la empleada dijo la información solicitada por Saturno, pero no sigue diciéndola, entonces, la acción de decir no perdura hasta el presente. Debemos explotar, también, la diferencia de perspectiva temporal entre los verbos “se ha ido” y “dijo”, considerando la diferencia de discurso directo e indirecto para explicar los empleos.

(18) “- Feliz de que al fin hayas venido, conejo –dijo ella-, Esto **ha sido** la muerte.” (Sólo vine a hablar por teléfono - Gabriel García Márquez)

Verificamos, en el ejemplo 18, que se usa el pretérito compuesto con la perspectiva psicológica aportada por Gómez Torrego (2005), puesto que es evidente la afectividad del personaje. Constatamos que María atribuye todo lo que ha vivido como sinónimo de muerte, así que hay el pesar, el sentimiento de tristeza relacionado a lo que ha sido todo lo que ella ha vivido en el sanatorio.

(19) “- Ya no sé cuántos días llevo aquí, o meses o años, pero sé que cada uno **ha sido** peor que el otro- dijo, y suspiró con el alma-: Creo que nunca volveré a ser la misma.” (Sólo vine a hablar por teléfono - Gabriel García Márquez)

Como en el ejemplo anterior, tenemos el uso del PC, desde una perspectiva psicológica, visto que el personaje atribuye sentimientos a como han sido todos los días que ha pasado en el sanatorio. Por eso, comprendemos que el autor utiliza la forma compuesta para mostrar lo traumático que fue la experiencia sufrida por el personaje María en este hospital, que los efectos de lo que ella ha pasado son tan fuertes que esta piensa que nunca va a recuperarse por completo. Concluimos por el análisis de los cuentos que hay el uso del Pretérito Compuesto en América, puesto que este es colombiano, y que muchos de los materiales didácticos (libros, gramáticas, etc) se equivocan al afirmar que en Hispanoamérica solo hay el uso de la forma simple, conforme (SANTOS, 2009; KRAVISKI, 2007; BUGEL, 1998).

En el primer apartado, expusimos lo que nos dice la norma estándar sobre los usos de los PS y PC y agregamos a esta lo que nos afirman los estudios lingüísticos (ALEGRE, 2007; IZQUIERDO Y UTRILLA, 2010; OLIVEIRA, 2007, 2010; PONTES, 2009; SANTOS, 2009) sobre los usos de tales tiempos verbales, a partir de muestras auténticas de uso real de la lengua. Basándonos en lo que nos dicen tales investigadores, concluimos que la norma gramatical no siempre corresponde a la realidad, o sea, que podemos encontrar el uso del PS con valor de PC y al revés. A través de los cuentos: “El enemigo” del cubano Virgilio Piñera y “Las armas secretas” del argentino Julio Cortázar, abordamos la variación de los usos y contextos del PS y del PC, es decir, mostramos que aunque la norma estándar (gramática normativa o prescriptiva) nos muestre de forma cerrada cuando debemos utilizar uno u otro, los usos están sujetos a la variación. Veamos, en los ejemplos, las variantes simple y compuesta del pretérito y sus respectivos usos:

(20) “Con los años este miedo **ha ido** subiendo igual que suben las aguas en una ciudad cuyo río sale de madre: lenta pero inexorablemente.” (El enemigo - Virgilio Piñera)

Como señala Gutiérrez Araus (1997), el PC puede ser definido como el subsistema verbal de las formas pasadas por su aspecto de pasado continuativo resultativo en el presente. De ahí, verificamos, en este ejemplo, el uso del PC con una perspectiva temporal, visto que el miedo que siente el sujeto, sigue aumentando con el tiempo, visto que este sentimiento perdura hasta el presente. Nos parece interesante este fragmento para analizar tanto los usos del pretérito compuesto como los recursos del lenguaje, ya que el autor establece la comparación entre el miedo del personaje y el modo de cómo suben las aguas en una ciudad cuyo río sale de madre.

(21) “He ahí la primera piedra de mi siniestro edificio. Desde ese día al de hoy no **he hecho** otra cosa que no poner <<sacos de arena>> a la furia de esas aguas. **Fue** así que **descubrí** la panacea efímera de la cama.” (El enemigo - Virgilio Piñera)

Antes de analizar los usos en el ejemplo 21, creemos necesario hacer una breve aclaración a su respecto. En este, el narrador personaje utiliza figuras de lenguaje para referirse al miedo que sentía, cuando este afirma “Desde ese día al de hoy no **he hecho** otra cosa que no poner <<sacos de arena>> a la furia de esas aguas”. Por la lectura del cuento, podemos interpretar que la furia de las aguas se refiere al miedo que él sentía, y para pasar ese miedo se daba puñetazos hasta desmayarse, o sea, figura una analogía, así como los sacos de arena pueden parar la furia de las aguas, el miedo puede deshacerse con el sueño. Con relación a los usos, comprendemos que se usa el PC, pues, según Castro (1996), lo utilizamos para hablar de acciones pasadas que llegan hasta el presente, y, en este caso, el personaje sigue haciendo la misma cosa hasta el momento, es decir, solo lo que él hace hasta hoy es poner <<sacos de arena>> a la furia de esas aguas. Mientras, utiliza el PS para referirse a una acción que excluye el presente, es decir, el hecho de cómo fue y del descubrimiento de la panacea efímera de la cama no perdura en la zona de tiempo actual. Además, hay el empleo durativo de PC, señalado por Gutiérrez Araus (1997), en el ejemplo anterior. La expresión “desde... hasta” suele conjugarse con PC, pues denota un matiz de duratividad.

(22) “-Hace años... - dice Michéle, y cierra los ojos- Vivíamos en Enghien, ya te **hablé** de eso.” (Las armas secretas - Julio Cortázar)

Entendemos que, en el ejemplo 22, el pretérito sufre variación, puesto que se usa el PS con valor de PC por cuenta del marcador temporal <<Ya>>, (regla gramatical) conforme Castro (1996). Sin embargo, Andi3n Herrero (2004) afirma que en los pa3ses hispanoamericanos se usa el PS frente al PC, entonces, atribuimos el uso de “hablé” en lugar de “he hablado” a la variación diatópica, al contexto social y a la situación comunicativa. Pues, en gran parte de Argentina, hay la preferencia de los hablantes por el uso de la variante simple en lugar de la variante compuesta, conforme Moreno de Alba (1997).

(23) “-Ya me **dijiste**, pero estás exagerando.” (Las armas secretas - Julio Cortázar)

Como regla gramatical, solemos utilizar el marcador temporal <<Ya>> con el PC, pero, como verificamos, este viene acompañado por el PS. Relacionamos este hecho a lo que nos señala Oliveira (2010), que aunque los complementos adverbiales prehodiernos favorezcan el uso del PS y los hodiernos el PC, la oposición entre tales formas verbales y los marcadores temporales pueden sufrir variación, puesto que se puede encontrar en contexto hodierno, la variante simple, como en nuestro ejemplo. Ya que cuando Babette dice a Michéle que ella ya le ha dicho que iba a contar a Pierre el trauma que había pasado, se comprende que el autor utiliza el PS con valor de PC, pues este hecho es reciente. Michéle había acabado de hablar por el teléfono lo que acababa de repetir a Babette. Entonces, aplicamos el uso del PS en lugar del PC, en este ejemplo, al mismo hecho del anterior, o sea, comprendemos que hay la variación diatópica, que se usa la variante simple frente a la compuesta por cuestiones geográficas, sociales y contextuales. Guitierrez Araus (1997) destaca el hecho de que en las variedades americanas no se suele utilizar el PC con valor de antepresente, así como en las variedades peninsulares, ya que no se establece la diferencia entre plano actual y plano inactual en América. Así siendo, el elemento que marca este tipo de relación no es el verbo, sino el marcador, el contexto o el modificador temporal.

A partir de los cuentos: “¡Dile que no me maten!” del mexicano Juan Rulfo y “La eterna canción” del español Camilo José Cela, mostraremos que aunque la gramática prescriptiva señale que usamos el pretérito simple para referirnos a un pasado que no forma parte del presente, frecuentemente acompañados con los adverbios que excluyen el momento de habla (por ejemplo: Ayer, la semana pasada, etc) y, a su vez, utilizamos el pretérito compuesto para referirnos a un pasado que forma parte del presente, que suele acompañarse de adverbios que incluyen el momento de habla (por ejemplo: Hoy, esta semana, este mes, etc), en contextos reales de uso efectivo de la lengua, estos usos y marcadores están sujetos a la variación, o sea,

podemos depararnos con el pretérito simple junto a un marcador temporal que se usa con el pretérito compuesto.

(24) “[...] A veces tenía que salir a la media noche, como si me fueran correteando los perros. Eso **duró** toda la vida. No fue un año ni dos. **Fue** toda la vida.” (¡Diles que no me maten! – Juan Rulfo)

En el ejemplo 24, interpretamos que hay la variación en el uso del pretérito, creemos que se utiliza el PS en lugar del PC. Pues, según Castro (1996), usamos la forma compuesta para hablar de acciones o situaciones ocurridas en un período de tiempo que llega hasta el presente, y en esta sentencia, comprendemos que cuando Juvencio Nava dice <<Eso duró toda la vida>> y <<Fue toda la vida>> la acción aún perdura hasta el momento en el que él se encuentra, pues su vida no ha acabado. Él, aún, sigue vivo, aunque el coronel, que es hijo de su compadre Don Lupe Terreros, mande que le fusilen como venganza por haber asesinado a su padre. Además, es importante tener en cuenta cuestiones sobre la norma social, es decir, si esta influye en la elección de la variante simple frente a la variante compuesta y si hay la presión del ambiente lingüístico en el que esta se realiza, o sea, si el autor utiliza el PS porque en México, según Andión Herrero (2004), se utiliza el PS con valor de PC. Tenemos que considerar, también, estos usos en la narrativa, conforme aportaciones de Benveniste (1976) y Weinrich (1968). El primero, al analizar la oposición de los pretéritos perfectos en francés, relaciona la diferencia de uso a la oposición, en una narrativa, entre contextos de “discurso” y de “historia”. Por otra parte, Weinrich (1968) destaca cuestiones sobre el género narrativo que pueden ayudar a justificar tales usos.

(25) “Los había visto con tiempo. Siempre **tuvo** la suerte de ver con tiempo todo.” (¡Diles que no me maten! – Juan Rulfo)

En esta sentencia, comprendemos que igual a la 24, hay la variación del pretérito al utilizar la variante simple en lugar de la variante compuesta. Puesto que se utiliza el PS con el marcador temporal <<Siempre>>, y, según Castro (1996) y Gutiérrez Araus (1997), se utiliza el PC para referirse a una acción pasada que incluye el presente, de ahí, constatamos que cuando Juvencio dice que <<siempre tuvo la suerte de ver con tiempo todo>>, el resultado por el hecho de tener suerte aún perdura hasta el momento de la enunciación, es decir, desde su nacimiento hasta hoy (contexto hodierno). Ya que la casualidad de ver a aquellos que le perseguían era lo que le mantenía vivo. Conforme señalamos anteriormente, según Oliveira

(2010), los complementos prehodiernos favorecen el uso del PS y los hodiernos el uso del PC, sin embargo, estos pueden sufrir variación, puesto que podemos encontrar el PS en contexto hodierno. Por ejemplo, en el cuento “El amor” de Eduardo Galeano, el personaje femenino dice: “Siempre he sido así.” Como se trata de discurso directo – palabras dichas por el personaje del cuento –, Benveniste (1976) atribuye al “discurso” la forma compuesta. Por otro lado, ese caso de Rulfo trae la forma simple en la narrativa, es decir, en la “historia” -“siempre tuvo”.

(26) “A don Guillermo le **enterraron** el sábado pasado.” (La eterna canción – Camilo José Cela)

En el ejemplo 26, entendemos que el uso de la forma verbal y del marcador temporal contempla lo que nos dice la norma patrón, visto que, conforme Castro (1996) y Gutiérrez Araus (1997), utilizamos el PS para hablar de acciones pasadas que excluyen el presente. Por ello, creemos que el autor utiliza la forma simple, pues el entierro de don Guillermo ocurrió en la semana anterior a la que su amigo fue a visitarle en el manicomio, precisamente el sábado, o sea, la acción de enterrar es pasada y no perdura hasta el momento en el que el portero del hospital da la noticia al visitante.

(27) “El viernes por la mañana **apareció** ahogado en el fondo del pilón.” (La eterna canción – Camilo José Cela)

Como en el ejemplo anterior, en el 27, hay el empleo de la forma verbal y del marcador temporal reconocido por la norma patrón, puesto que, según Gómez Torrego (2005), se usa el pretérito simple para expresar los hechos que están fuera de la zona temporal del hablante. Y en este fragmento, comprendemos que el autor utiliza el PS, pues el aparecimiento de Don Guillermo no sigue hasta el presente, el acto de aparecer acaba el viernes por la mañana, es decir, el momento en el que apareció el cuerpo ahogado en el fondo del pilón no incluye la zona temporal en la que se encuentra el portero del hospital.

En resumen, constatamos por nuestro aporte teórico y el análisis de nuestro *corpus*, que ambos los pretéritos en estudio presentan múltiples usos y no podemos inferir cuál debemos usar solamente por la memorización de los marcadores temporales. Como señala Oliveira (2010), estos están sujetos a la variación, entonces, no siempre estarán contemplados por la norma gramatical prescriptiva.

Consideraciones finales

Por nuestro análisis, podemos puntuar la diversidad en los usos de los pretéritos en español, es decir, los usos de estos tiempos verbales no se restringen solamente a lo que nos aporta la norma gramatical y prescriptiva. Estos están sujetos a sufrir la variación, a depender del contexto pragmático-discursivo en el que estén involucrados.

Por ello, aunque las gramáticas tradicionales presenten dichos pretéritos, básicamente, desde una perspectiva formal. Sin embargo, tenemos que considerar el contexto comunicativo, de uso efectivo de la lengua, ya que es en él que las nociones léxicas, gramaticales y semánticas se hallan integradas en un todo. Estas opciones combinadas a la norma social regional operan en la elección del hablante por la forma simple o compuesta. De ahí que se trata de entender cómo opera esta elección y qué efecto tiene en la intencionalidad comunicativa expresa por el hablante a su audiencia.

Además, “la *norma culta* del español, la que ha de servir de modelo para la estandarización monocéntrica, y para la enseñanza, no es única, sino múltiple.” (MORENO FERNÁNDEZ, 2000, p. 77). El español es una lengua de estandarización policéntrica, por lo que no es posible limitarse a la presentación de una norma y exponer las demás como apartamientos de la misma. Asimismo, no existe una comunidad de habla, en la que los hablantes con más prestigio deban servir de referencia exclusiva y obligatoria para todo el mundo hispánico.

Referencias

ALARCOS LLORACH, Emilio. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1994.

ALEGRE, Blanca. **El tratamiento de los tiempos del pasado en el aula de ele (pretérito perfecto, indefinido e imperfecto) tomando como referencia el manual aula internacional**. 2007. 73f. Memoria (Máster en Lingüística Aplicada). Programa de Máster en Lingüística Aplicada a la Enseñanza de Español como Lengua Extranjera, Universidad Nebrija, Madrid. 2007.

ALMEIDA, Manuel. Pretérito simple y pretérito compuesto en el español de Canarias. **Revista de Filología**. La Laguna, 1987-1988. Disponible en: <file:///C:/Users/Vania/Downloads/Dialnet-PerfectoSimpleYPerfectoCompuestoEnElEspanolDeCanar-91705.pdf>. Accedido en: 11 mayo 2014.

- ALVAR, Carlos. **Breve historia de la literatura española**. Madrid, Alianza, 1998.
- BARRERA, Trinidad. **Historia de la literatura hispanoamericana: siglo XX**. Madrid: Cátedra, 2008.
- BELLO, Andrés. Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación. In: **Obra Literaria**. Caracas: Ayacucho, 1979, p. 415-459.
- BENVENISTE, Emile. As relações de tempo no verbo francês, In: **Problemas de linguística geral**. São Paulo, Companhia Editora Nacional – Ed. da Universidade de São Paulo, Tradução de M. Gloria Novak, Luiza Néri, Revisão Isaac N. Salum, 1976, p. 260 –277.
- BRIONES, Ana Isabel. **Dificultades de la Lengua Portuguesa para hispanohablantes de nivel avanzado: estudio contrastivo**. Madrid: Ariel, 2001.
- BUGEL, Talia. **O espanhol na cidade de São Paulo: quem ensina qual variante a quem?** 1998. 202f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1998.
- CASTRO, Francisca. **Uso de la gramática española (elemental)**. Madrid, Edelsa, 1996.
- COAN, Márluce; PONTES, Valdecy de Oliveira. Variedades linguísticas e o ensino de Espanhol no Brasil. **Revista Trama**, Vol. 9, Nº 18, 179-191; 2º semestre de 2013.
- DÍAZ PLAJA, Guillermo. **Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos**. Ciordia, Buenos Aires, 1960.
- DONNI DE MIRANDE, Nélica. El sistema verbal en el español de Argentina: rasgos de unidad y de diferenciación dialectal. In: **Revista de filología hispánica**. n. 72, 1992, p. 655-670.
- GÓMEZ TORREGO, Leonardo. **Gramática didáctica del español**. São Paulo: Ediciones SM, 2005.
- GUTIÉRREZ ARAUS, María Luz. **Formas temporales del pasado en indicativo**. Madrid: Arco Libros. 1997.
- IZQUIERDO, Milagros; UTRILLA, José María. **La lengua española en América: normas y usos actuales**. Valencia, 2010.
- KRAVISKI, Elys Regina. **Estereótipos culturais: o ensino de espanhol e o uso da variante argentina em sala de aula**. 2007. 139f. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal do Paraná).
- MARTÍNEZ, José María. El cuento hispanoamericano del siglo XIX. In: MADRIGAL, Luis. **Historia de la literatura hispanoamericana: del neoclasicismo al modernismo**. Madrid: Cátedra, 2008, p. 229 – 245.

MIRANDA, Horacio. Frecuencia de las formas verbales en el habla culta de Santiago de Chile. **Boletín de filología de la universidad de Chile**. Santiago de Chile: U de Chile, 1990-1981. p. 865-880.

LORENZO, Rocío et al. **Curso de Literatura: español lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 2006.

MORENO DE ALBA, José. La oposición pretérito indefinido/pretérito perfecto compuesto. *En: Actas del IV Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Logroño, 1997, p. 619-630.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Las variedades de la lengua Española y su enseñanza**. Madrid: Arco libros, 2010.

_____. **¿Qué español enseñar?**. Madrid: Arco Libro, 2000.

NARANJO, Fina y GARCÍA, Concha. Cuentos, cuentos, cuentos. Variación y norma en la presentación de un texto literario. ¿Qué español enseñar? Norma y variación lingüísticas en la enseñanza del español a extranjeros. *En: Actas del XI Congreso de ASELE*. Zaragoza, 2000, p. 819-829.

OLIVEIRA, Leandra Cristina. **As duas formas do pretérito perfeito em espanhol: análise de corpus**. 130f. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

_____. **Estágio da gramaticalização do pretérito perfeito composto do espanhol escrito de sete capitais hispano-falantes**. 270f. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

OSEGUERA CHÁVEZ, Eva Lydia. **Historia de la Literatura Latinoamericana**. 1ª edición. México: Adison Wesley Longman de México, S.A. 2000.

PENNY, Ralph. **Variación y cambio en español**. Madrid: Gredos, 2004.

PONTES, Valdecy de Oliveira. **As categorias verbais Tempo, Aspecto e Modalidade em livros didáticos de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola: Análise Contrastiva**. Faculdade Sete de Setembro, Fortaleza, 2009.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982, 305p.

ROJO, Guillermo; VEIGA, Alexandre. El Tiempo Verbal. Los tiempos simples. *En: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Colección Nebrija & Bello. Madrid: Espasa, 1999, cap.44, pp. 2867-2934.

SANTOS, Cíntia. **Variação e mudança linguística dos pretéritos simples e composto, uma perspectiva sociolinguística e discursiva: amostras de Madri, Cidade do México e Buenos**

Aires. 259f. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

SÁNCHEZ LOBATO, J. Modelos de uso de lengua en la literatura actual. La lengua desde la enseñanza, Tendencias actuales en la enseñanza de español como lengua extranjera, I, En: **Actas del Quinto Congreso Internacional de ASELE**. Málaga, 1996, p. 235-246.

SERRANO, María José. Sobre el uso del pretérito perfecto y pretérito indefinido en español de Canarias: pragmática y variación. **Boletín de Filología de la Universidad de Chile**, 1995. Disponible en: < <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/BDF/article/viewFile/19197/20320>>. Accedido en: 10 de mayo de 2014.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Gredos (versión Federico Latorre) Trad. De Tempus, desprochene und erzalte welt, 1968.

CORPUS

BOLAÑO, Roberto. La nieve. In: **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

CELA, Camilo José. La eterna canción. In: **Cuentos para leer después del baño**. CORRALES, J. Barcelona: Ediciones Juan Granica. S.A., 1987.

CORTÁZAR, Julio. Las armas secretas. In: **Cuentos completos 1**. 2. edición. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

MÁRQUEZ, Gabriel García. Sólo viene a hablar por teléfono. In: **Doce cuentos peregrinos**. 17. edición. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

PIÑERA, Virgilio. El enemigo. In: **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

RULFO, Juan. Diles que no me maten. In: **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

**PERCEPÇÃO DAS FRICATIVAS ESTRIDENTES: A PISTA ACÚSTICA PARA A
DISTINÇÃO ENTRE ALVEOLARES E PALATAIS UTILIZADAS PELOS
OUVINTES PESSOENSES**

Gabriela Belo da SILVA³⁹

Pedro Felipe de Lima HENRIQUE⁴⁰

Leonardo Wanderley LOPES⁴¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de avaliar o pico espectral e a transição formântica como pistas para a percepção das fricativas [s] e [ʃ] pelos ouvintes de João Pessoa-PB. Para tanto, dois falantes nativos dessa cidade, foram treinados para produzir um gradiente de fricativas seguidas da vogal /a/, que foram apresentadas a 22 ouvintes pessoenses. Percebeu-se que as fricativas com primeiro pico nas regiões de frequência de 4,0 KHz para baixo foram associadas à palatal, e as com pico igual ou acima de 6,5 KHz, à alveolar. A transição formântica parece atuar como pista apenas nesse intervalo.

Palavras-chave: Pistas acústicas, pico espectral, transição formântica, percepção das fricativas, Português Brasileiro.

Abstract: This paper aims to evaluate the spectral peak and formant transition as cues to the perception of fricatives [s] and [ʃ] by listeners of João Pessoa. To this end, two native speakers of this city were trained to produce a spirants gradient of fricatives followed of the vowel / a /, which were presented to 22 listeners from João Pessoa. The results show that the fricatives with the first peak in the frequency regions of 4.0 KHz down were associated with palatal, and peaking at or above 6.5 kHz, the alveolar. The formant transition seems to act as track just in that range.

Keywords: *acoustic tracks, spectral peak, formant transition, perception, fricatives, Brazilian Portuguese.*

³⁹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, Brasil, gabesigo@gmail.com.

⁴⁰Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, Brasil, pedrofelipelh@hotmail.com.

⁴¹Pesquisador Doutor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFPB) e professor do Departamento de Fonoaudiologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, Brasil, lwlopes@hotmail.com.

Introdução

Considerando a escassez de trabalhos de percepção no português brasileiro, temos como objetivo avaliar a relação entre o pico espectral e a percepção dos fones [s] e [ʃ], pelos ouvintes de João Pessoa-PB. Para tanto, selecionamos dois falantes nativos de João Pessoa-PB, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, que foram treinados para produzir um gradiente de fricativas com constrictões dos articuladores que vão do alvéolo até palato, seguidas de uma vogal central baixa [a]⁴².

Destarte, entendemos que este trabalho é relevante pois contribuirá para que seja possível descrever, de forma mais precisa, a relação entre o contínuo fonético e a categorização fonológica a partir de uma análise da realidade psicológica do som. Além disso, ao concentrarmo-nos especificamente nesses valores de fronteira, os resultados obtidos a partir desta pesquisa fornecerão uma indicação clara e mais precisa do que acontece no processamento perceptual como uma função da experiência, na distinção dos fonemas em análise. Outra contribuição é um panorama da visão do *como* o espaço fonético está sendo remapeado, em João Pessoa. Enquanto referencial teórico, nos embasaremos em Jhonson e Mulennix (1997), Gibson (1991[1977]), Edwards (1999) e Boersma (2011), quanto às teorias de percepção da fala, e Kent e Read (2015), Jongman et al. (2000) e Manrique e Massone (1981), sobre as pistas acústicas para a distinção de fricativas e sobre os resultados obtidos referentes à estudos envolvendo como elas são utilizadas pelos ouvintes de algumas línguas do mundo.

Estudos envolvendo a descrição acústica dos fones e sua relação com a respectiva percepção dessas produções podem contribuir também no contexto de avaliação, descrição e tratamento dos desvios de fala, sejam eles de origem fonética ou fonológica (BRASIL, et al., 2012; WIETHAN e MOTA, 2014; WIETHAN, et al., 2015). Descrições acústicas e seus impactos no nível perceptivo podem trazer uma maior compreensão dos mecanismos articulatórios subjacentes, que podem emergir como facilitadores ou não do input que é

⁴² A vogal /a/ foi escolhida em detrimento das outras vogais porque seus articuladores estão em uma posição mais neutra, o que diminui o efeito da coarticulação e possibilita construir melhor o gradiente entre a posição da língua mais anteriorizada, ponta discretamente elevada e corpo da língua baixo no [s] prototípico e o [ʃ] com posição de língua mais posteriorizada, ponta da língua baixa e corpo da língua elevado. A escolha da vogal /a/ permite partir de uma posição mais neutra para criar o gradiente (Cf. KENT e READ, 2015).

fornecido às crianças que apresentam desvios na fala, sejam eles caracterizados por omissões, substituições ou distorções, durante a abordagem terapêutica, trazendo maior objetividade ao trabalho que é realizado.

A produção realizada por esses falantes foi analisada acusticamente no programa PRAAT (BOERSMA e WEENNINK, 2012) de forma a obtermos realizações fonéticas das fricativas com picos espectrais entre as frequências de 3,56 e 9,12 KHz para a informante do sexo feminino e de 2,58 e 9,46 KHz para o informante do sexo masculino. Após esse procedimento, os áudios passaram por um processo de normalização, no programa Sound Forge 10.0.

Nesse ínterim, as fricativas isoladas e as sílabas formadas por estas e a vogal central baixa [a] foram apresentadas para vinte 22 ouvintes pessoenses, universitários, através do Aplicativo para Testes de Percepção (TP) (RAUBER et al., 2014). Com base na análise de cada som produzido, os ouvintes foram associando os segmentos ao grafema “s” ou “x”, e as sílabas, aos grafemas “sa” ou “xa”. Nossa hipótese é que os falantes associarão produções com picos espectrais abaixo de 4.5 KHz a sílaba aos grafemas “x” e “xa”, e produções com picos espectrais acima de 6 KHz, aos grafemas “s” e “sa”. Além disso, acreditamos que, nos intervalos espectrais com picos de 4.5 a 6 KHz, os falantes terão dificuldade por escolher um dos grafemas essa decisão não será categórica para nenhum das opções.

Sobre percepção da fala

Segundo Lopes (2012, p. 41), o estudo de percepção é um tema bastante pesquisado na psicologia social e tem sido gradualmente inserido nos estudos linguísticos. De acordo com Jhonson e Mulennix (1997) apud Lopes (2012, p. 12), os pesquisadores da percepção de fala estão empenhados em compreender as maneiras pelas quais “os seres humanos percebem, processam e codificam a linguagem falada” e, o papel dos diferentes tipos de variação no processamento da linguagem. Vale ressaltar que, no que tange a fala, o objetivo da percepção é apreender sua estrutura linguística, mais especificamente, a estrutura fonética (NITTROUER, 2002).

Nesse sentido, estamos compreendendo o conceito de percepção conforme Gibson (1991[1977], p. 417), para quem a percepção consiste na extração de informações sobre as coisas do mundo, ou seja, perceber significa retirar dados relevantes sobre os eventos que

tornem o ouvinte capaz de fazer um julgamento sobre o que é percebido. No entanto, apesar das pistas necessárias para a compreensão estarem sempre lá, isso não significa que todos os indivíduos recorrem às mesmas informações do mesmo modo. Na verdade, vários são os fatores que influenciam nesse processo de percepção, dentre os quais, o autor elenca três como sendo os mais importantes durante o processo: “a espécie do organismo, a maturidade de desenvolvimento e aprendizagem”.

Gibson (1991[1977]) apud Nittrouer (2002, p. 771) aponta que, quando se trata de compreender como as crianças aprendem a perceber o sinal de fala, o interesse maior está no papel que a aprendizagem desempenha para o desenvolvimento dessa competência, já que esta é o único dos três fatores que pode sofrer influência. Para defender sua tese, o autor aponta que pesquisas com falantes/ouvintes de diferentes línguas demonstraram, de forma robusta, que as informações extraídas do sinal de voz são altamente dependentes da língua de origem do indivíduo. Claramente, então, as crianças aprendem que informações dela devem ser extraídas, mas o que determina o que a criança precisa aprender a extrair? Gibson (1991[1977]) relata que, para responder a essa pergunta, é necessário pensar sobre o objetivo da percepção para a fala, que é “apreender a estrutura linguística” (apud NITTROUER, 2002, p. 771). Dessa forma, no que diz respeito à percepção de fala, crianças têm de aprender a extrair a informação que permita acesso a estrutura fonética em sua língua nativa.

Na acepção de Edwards (1999, apud LOPES, 2012), a percepção constitui-se como um filtro por meio do qual os dados sensoriais são analisados e posteriormente registrados, considerando o contexto de produção em que se insere o indivíduo e o conjunto de experiências que esse sujeito possui.

Boersma (2011, p.65) descreve a percepção, em termos estritamente linguísticos, como o mapeamento de um dado sensorio bruto para uma representação abstrata. O seu papel no sistema fonológico seria o mapeamento, para os ouvintes, de uma representação auditiva contínua bruta para uma discreta estrutura fonológica de superfície. Esse mapeamento pode ser descrito através do que os foneticistas no laboratório chamam de teste de identificação (BOERSMA, 2011, p.65).

Nesse sentido, é a partir de um dado contínuo acústico, os ouvintes têm a tarefa de associá-lo a uma determinada categoria discreta (fonema). O autor aponta a resistência de alguns fonólogos que tendem a argumentar que a fonética não é relevante (Hale e Reiss, 1998), ou que ela pode ser relevante, mas que sua modelagem não é importante para a teoria

fonológica (HAYES, 1999). Entretanto, com base na abundante existência de processos aparentemente fonéticos em fonologia segmental, Boersma (2011) cita que alguns fonólogos têm, não obstante, tentado incluir considerações fonéticas de força articulatória e contraste auditivo dentro do usual modelo fonológico de dois níveis: a forma subjacente e a forma de superfície (como a Teoria da Otimalidade Clássica e a Gramática Harmônica). Se apenas esses dois níveis forem considerados, deve-se propor que a estrutura fonológica de superfície de algum modo inclui detalhes do contínuo fonético. Não é essa, entretanto, a opinião do autor. Ele defende a existência de um nível fonético separado da estrutura fonológica de superfície, e este estabelece interface com aquela através de pistas acústicas. Para formalizar essa interface, utiliza a teoria do realismo direto da percepção da fala (FOWLER, 1986), propondo que a forma auditiva é diretamente interpretada em termos de gestos articulatórios e que sua percepção é conectada à fonologia.

Experimentos de percepção sobre distinção entre as estridentes

Para se analisar quais e como as pistas acústicas são utilizadas por ouvintes para acessar a estrutura fonológica de sua língua materna, é necessário considerar que propriedades acústicas podem ser associadas a gestos articulatórios distintos. No que se refere às propriedades acústicas das fricativas, Kent e Read (2015, p.270) afirmam que:

Vários candidatos podem ser considerados, incluindo momentos espectrais específicos (Behrens e Blumstein, 1988^a), pico espectral (Jongman et al., 2000) e medidas de inclinação espectral (Evers et al., 1998). Um eventualmente pode emergir como a característica preferida para todas as línguas em que o contraste é relevante. Entretanto, no momento, pode-se dizer que [s], comparado a [ʃ], tende a ter um pico espectral de frequência mais alta, maior assimetria (mas não uniformemente em todos os estudos), mais energia na região de frequência de 3,5-5,0 kHz (em oposição à região de frequência 2,5-3,5 kHz) e uma inclinação mais rasa para o envelope espectral abaixo de 2,5 kHz.

A partir dos dados apontados por Kent e Read, percebe-se que não há consenso sobre a existência de apenas uma propriedade acústica essencial para a distinção entre as fricativas alveolares e palatais, o que significa que mais de uma delas pode ser utilizada para a distinção fonológica entre /s/ e /ʃ/, apesar de não sabermos qual e se existe uma mais importante. Para a realização do nosso experimento, uma das variáveis selecionadas, dentro do conjunto de

propriedades citadas, foi o pico espectral, já que sobre ele parece haver mais dados. O estudo de Jongman et al. (2000) é um dos poucos em larga escala que analisou as pistas acústicas associadas ao ponto de articulação das fricativas. Os autores levaram em conta, nesse trabalho, três propriedades espectrais estáticas - pico espectral, duração do ruído e amplitude do ruído -, e, dentre elas, apenas o pico mostrou-se relevante para a distinção entre as fricativas estridentes: o valor médio de frequência associado a [s, z] foi 6882 Hz, enquanto que o valor médio associado a [ʃ, ʒ] foi de 3712 Hz (JONGMAN et al., 2000, p. 199).

Kent e Read (2015, p.268) apresentaram um estudo realizado por Manrique e Massone (1981) com falantes de espanhol como língua materna, no qual verificou-se que “a identificação de [s] pareceu depender em picos de energia em cerca de 5 a 8 kHz, enquanto a identificação de [ʃ] foi relacionada a um pico em cerca de 2,5 kHz”.

Analisando as características acústicas das fricativas surdas no Português Europeu (PE) a partir de testes perceptuais, Lacerda (1982) concluiu que o /s/ é melhor percebido quando o estímulo auditivo possui um alto nível de intensidade e picos espectrais na região de 5 kHz. O /ʃ/, por outro lado, é normalmente associado a altos níveis de intensidade associado a picos espectrais na região de 3 kHz. Outra análise envolvendo a produção dos mesmos segmentos no PE foi a realizada por Jesus (1999, apud HAUPT, 2007, p.40), cujos dados revelaram que o /s/ e /z/ têm seu pico principal na região dos 5 kHz e picos secundários entre 10 e 15 kHz, o /ʃ/ tem seu pico mais alto em torno de 2,5 kHz, e o /ʒ/ na faixa dos 2,7 kHz, com um pico secundário na região dos 11 kHz. Esses resultados ratificam que a localização da constricção é responsável pelas diferenças acústicas entre palatais e alveolares e o parâmetro se comporta da mesma forma para surdas e sonoras. Outro dado importante trazido à tona pelo estudo de Jesus (1999) foi a influência do contexto vocálico nas propriedades acústicas das fricativas, alterando na região de proeminência espectral desses segmentos. Segundo os resultados:

O pico do espectro do /s/ em início de palavra em contexto /ɔ/ é 1 kHz mais baixo em relação ao pico no espectro de um /s/ em contextos de /i/, /i/ e /e/. O pico do /z/ em início de palavra é 1,5 kHz mais baixo em contextos vocálicos /ɔ/ e /o/, e 500 Hz mais baixo quando seguido de /u/, em relação ao pico do espectro de /z/ no contexto vocálico de /i/ e /e/. O espectro do /ʒ/ em início de palavra seguido de /ε/ tem seu pico na faixa dos 4 kHz, com amplitude mais alta que o mesmo pico nos contextos de /ɔ/, /o/ e /u/ (JESUS, 1999, apud HAUPT, 2007, p.38).

Assim como, em dados de produção, as vogais parecem influenciar no espectro das fricativas adjacentes, em dados de percepção elas parecem auxiliar na identificação dos segmentos no que diz respeito ao ponto de articulação, dado que pode ser observado através da transição formântica. Quanto a essa pista para percepção das fricativas, Kent e Read (2015, p. 271) apontam que ela é “provavelmente secundária ao espectro de ruído como uma pista para a percepção das estridentes”. Abaixo, seguem dois espectrogramas, um de uma sílaba prototipicamente associada a “xa” e outro de uma sílaba prototipicamente associada a “sa”, de acordo com os padrões de pico apontados pela literatura, produzidos pelo mesmo falante pessoense e que serviu de estímulo para o teste de percepção deste trabalho:

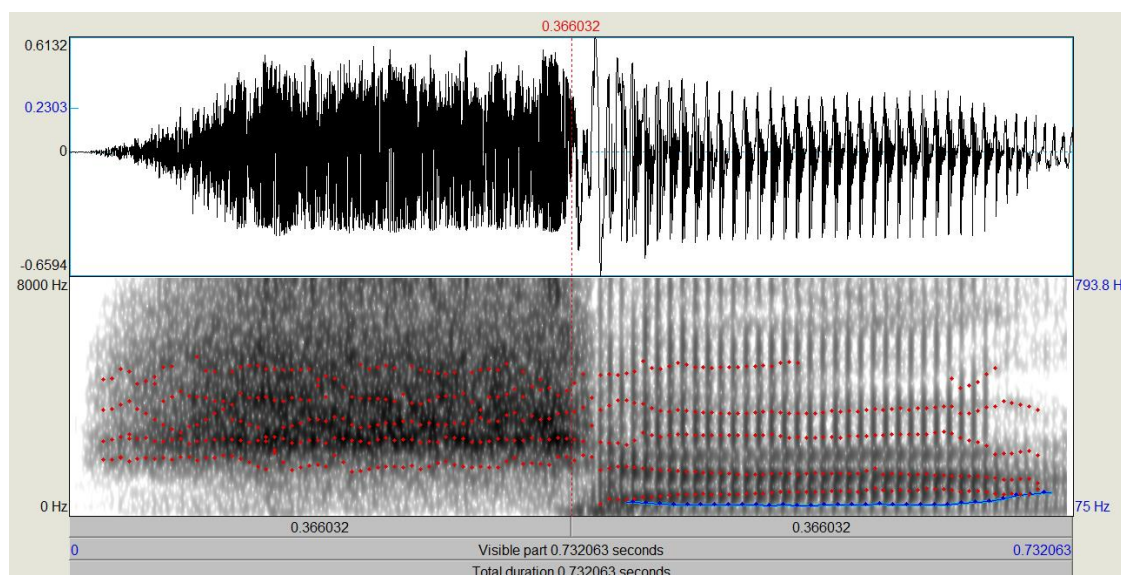


Figura 1: Espectrograma e oscilograma da sílaba /sa/, produzida por um falante pessoense do sexo masculino, com pico espectral de 2,5 KHz para a fricativa /s/.
Fonte: Pesquisa direta, 2015.

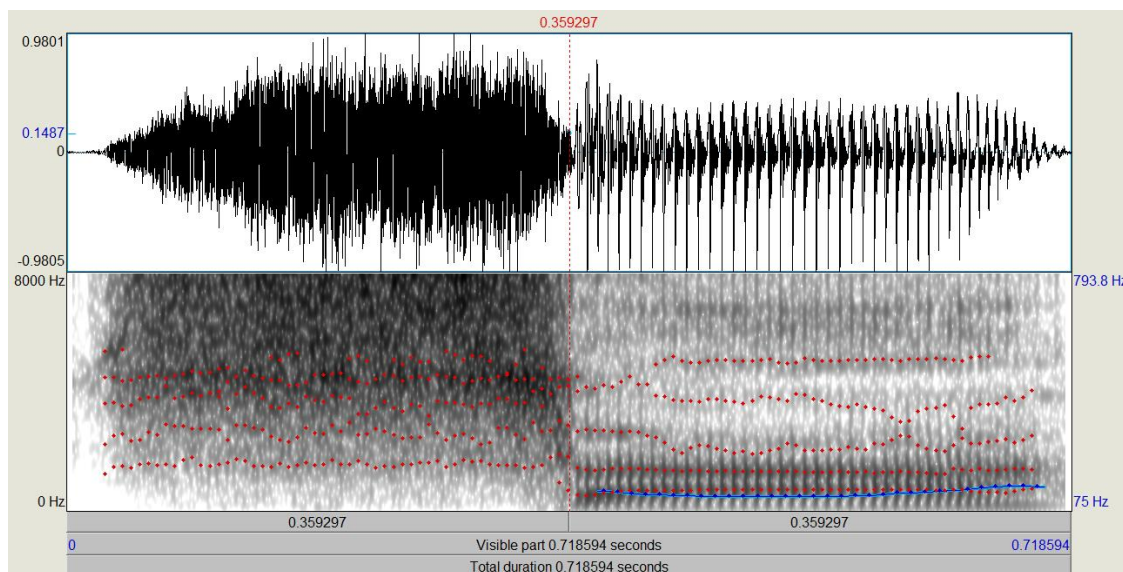


Figura 2: Espectrograma e oscilograma da sílaba /ʃa/, produzida por um falante pessoense do sexo masculino, com pico espectral de 2,5 KHz para a fricativa /ʃ/.
Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Observando a transição formântica entre os segmentos fricativos e a vogal a eles adjacente pode-se fazer algumas considerações seguindo os apontamentos de Kent e Read (2015). Na figura 1, o limite de frequência mais baixa, da maior região de ruído primária para [ʃ], está perto da frequência de F3 para a vogal. Na figura 2, o limite de frequência mais baixa, da maior região de ruído, está perto da frequência de F4 para a vogal. Segundo os autores, como cada fricativa ocorre em uma sílaba CV, é conveniente comparar a região de ruído da fricativa com o padrão formântico da vogal.

Citando estudos como os de Harris (1958), que utilizou estímulos editados em que diferentes pistas estavam disponíveis e percebeu que o segmento de ruído para [s] não foi uma prova tão efetiva no contexto de [i] quanto foi nos contextos de [a] ou [u], Kent e Read (2015, p.271) apontam que, apesar das estridentes poderem ser bem identificadas apenas com seus segmentos de ruídos, as transições formânticas podem exercer um papel secundário na melhoria do reconhecimento das fricativas.

Metodologia

Da produção dos estímulos

Os estímulos para o teste de percepção foram gravados por dois falantes nativos de João Pessoa, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, no Laboratório de Variação Linguística da Paraíba (VAL-PB), ambiente com ruído inferior a 50 dB. A coleta foi realizada com o microfone de mesa pedestal, marca Multilaser, modelo AC00040ML, com tecnologia antirruído, sensibilidade 38dBV/Pa, faixa de frequências de 50 - 16kHz (+/- 3db) e taxa de amostragem de até 48 kHz, acoplado diretamente, via cabo USB, a um *notebook* HP Pavilion 14-n010br, com placa de som integrada. A gravação foi feita por meio *software* PRAAT 4.1.44 (BOERSMA e WEENNINK, 2012), numa taxa de amostragem de 44.100 KHz.

Ambos os falantes foram treinados para produzir um gradiente de fricativas estridentes com constrictões feitas com o ápice da língua e o articulador fixo, seguidas de uma vogal central baixa [a]. Essa constrictão começava no alvéolo, na primeira produção, e terminava no palato, na última produção. A primeira gerou um efeito auditivo prototipicamente associado a um /s/, e a segunda, um efeito auditivo geralmente associado a um /ʃ/. Como foi discutido na seção anterior, algumas pistas acústicas parecem ser importantes para a discriminação desses dois segmentos, dentre elas a duração da consoante, o nível de energia em determinadas regiões de frequência e o pico espectral em determinadas regiões de frequência e a transição formântica das estridentes para a vogal.

Como a maioria dos estudos feitos até agora (JHONSON e MULENNIX, 1997; GIBSON, 1991[1977]; EDWARDS, 1999; BOERSMA, 2011; KENT e READ, 2015; JONGMAN et al., 2000; MANRIQUE e MASSONE, 1981) parece convergir para a efetividade das duas últimas pistas, essas foram as variáveis escolhidas para a análise aqui proposta. É importante destacar, entretanto, a importância de outros experimentos que controlem as outras pistas, dado que nenhum experimento de formalização de pista para as fricativas estridentes foi realizado para o português brasileiro e os dados que apresentamos levam em conta a realidade de discriminação de outras línguas. Desta forma, há a possibilidade de outras pistas serem relevantes para o português além das que aqui serão

analisadas. As variáveis “duração” e “loudness” foram controladas com a edição dos sons no programa SoundForge 10.0⁴³.

Após cada produção do gradiente pelos informantes, o segmento era analisado acusticamente no PRAAT para averiguar a frequência em que ocorria o primeiro pico espectral. Foram selecionados os segmentos que apresentavam distância entre os picos entre 0,5 e 1 KHz.

Das gravações das fricativas seguidas da vogal, foram recortadas apenas as fricativas. Desta forma, tivemos dois grupos de estímulo. O primeiro composto por sílabas e o segundo, de segmentos. Esse procedimento foi adotado porque também é nosso objetivo observar se a transição formântica da consoante para a vogal contribui para a acurácia na identificação do segmento como /s/ ou /ʃ/.

Do teste de percepção

Como foi exposto na seção anterior, haverá dois grupos de estímulos: o composto pelas consoantes seguidas de vogal produzidas pelos informantes, e o composto pelas consoantes apenas, recortadas dos estímulos originais. Os estímulos de cada grupo estão dispostos segundo as variáveis controladas, como é apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Estímulos

	Sexo do Inf.	Frequência do primeiro pico	Tipo de estímulo
Estímulo 1	Feminino	3.564 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 2	Feminino	4.000 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 3	Feminino	5.350 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 4	Feminino	5.565 Hz	Apenas a fricativa

⁴³ A edição dos estímulos para o controle da duração ocorreu através a operação cortar, a partir da qual normalizamos a duração de todas as fricativas para aproximadamente 0,35s. Quanto ao *loudness*, este foi controlado através da seleção do segmento e a aplicação da função "normalize - 6dB".

Estímulo 5	Feminino	6.023 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 6	Feminino	7.226 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 7	Feminino	8.002 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 8	Feminino	9.125 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 9	Masculino	2.585Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 10	Masculino	3.238 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 11	Masculino	3.564 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 12	Masculino	4.084 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 13	Masculino	4.522 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 14	Masculino	5.193 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 15	Masculino	6.517 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 16	Masculino	8.466 Hz	Apenas a fricativa
Estímulo 17	Feminino	3.564 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 18	Feminino	4.000 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 19	Feminino	5.350 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 20	Feminino	5.565 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 21	Feminino	6.023 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 22	Feminino	7.226 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 23	Feminino	8.002 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 24	Feminino	9.125 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 25	Masculino	2.585Hz	Fricativa + vogal

Estímulo 26	Masculino	3.238 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 27	Masculino	3.564 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 28	Masculino	4.084 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 29	Masculino	4.522 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 30	Masculino	5.193 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 31	Masculino	6.517 Hz	Fricativa + vogal
Estímulo 32	Masculino	8.466 Hz	Fricativa + vogal

Depois de etiquetados e normalizados quanto ao *loudness* e duração das fricativas, os segmentos foram fornecidos como *inputs* para o teste de percepção. Ele foi elaborado e executado a partir *software* TP. O experimento foi dividido em duas partes: a primeira para avaliar a percepção das fricativas seguidas da vogal e a segunda, para análise das fricativas isoladamente.

Na primeira parte do experimento, os ouvintes deveriam ler a instrução: “Que sílaba você escuta?” e logo após, escolher a opção correta. À direita, ficou disposta a sílaba “sa” e à esquerda, a “xa”. O segundo experimento seguiu o mesmo roteiro. Os ouvintes deveriam ler a orientação: “Que som você escuta?” e escolher a opção correta. As opções dadas foram “s” e “x”. Para avaliar a atenção dos ouvintes, no teste, todos os estímulos foram duplicados e aleatorizados pelo programa. Assim, contamos ao todo com sessenta e quatro estímulos para serem analisados pelos ouvintes. Desse modo os ouvintes que marcaram, de forma diferente, mais de 50% das vezes o mesmo estímulo, foram excluídos da amostra. Cada estímulo poderia ser repetido três vezes.

Ao final do experimento, o programa apresentava para cada participante o total de estímulos ouvidos ao longo do teste, o número de acertos e de erros, além do tempo gasto por ele ao longo de toda realização da atividade. Ao mesmo tempo, o programa gerava uma planilha para análise do teste com as seguintes informações: o estímulo apresentado, a resposta fornecida pelo informante, o resultado correto esperado, e o tempo, em segundos, gasto pelo participante para responder cada estímulo.

Resultados e discussão dos dados

Os resultados expostos abaixo foram contabilizados e organizados através dados fornecidos pelo programa no qual os testes de percepção foram aplicados, dentre eles, o número de acertos e erros e sua porcentagem, a descrição da opção tomada a partir de cada estímulo exposto e o tempo que o participante levou para decidir entre as opções oferecidas. Para esta análise, consideraremos apenas a porcentagem de acertos para os estímulos dados, e as respostas associadas a cada estímulo.

Quanto às porcentagens de acerto de cada resposta, elas estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 1: Porcentagens de acertos de cada resposta

Alternativa de resposta	Porcentagem de acerto
s	64,39%
x	88,96%
sa	80,55%
xa	87,98%

A definição da resposta certa para cada estímulo foi determinada pelos pesquisadores a partir do que a literatura aponta acerca dos dados de produção e percepção sobre segmento (JONGMAN et al. 2000; MANRIQUE e MASSONE, 1981; HARRIS, 1995). Desta forma, estímulos com picos de frequência abaixo de 4,5 KHz foram associados as opções “x” e “xa”, enquanto que estímulos com picos acima de 5 KHz foram associados a “s” e “sa”. Feita essa ressalva, podemos analisar a tabela acima observando que o índice de acertos foi alto para a associação das frequências mais baixas à fricativa palatal, assim como para a sílaba por ela composta. Esse índice cai consideravelmente quanto a associação de determinados picos às fricativas alveolares, voltando a crescer, entretanto, quando essa fricativa está seguida de uma vogal, formando com ela uma sílaba. Esse dado é uma pista para a confirmação da hipótese de que a transição formântica pode ser um dado importante para a percepção de fricativas alveolares, principalmente as que são produzidas com pico em uma faixa de frequência um pouco inferior às prototipicamente a ela associadas.

Faz-se necessário, pois, a partir da constatação acima, verificar a que opção os ouvintes associaram os estímulos oferecidos, dispostos num gradiente de picos espectrais,

formados por segmentos e formados por sílabas, características que correspondem às pistas que estão sendo consideradas para a análise. Esses dados estão descritos na tabela abaixo:

Tabela 2: Porcentagens de associação dos estímulos fornecidos e as opções feitas pelos ouvintes em contexto sem vogal adjacente e com vogal adjacente.

Estímulos produzidos pelos informantes	Opção escolhida			
	s	x	sa	xa
Pico espectral em 2.585Hz	13,6%	86,4%	6,8%	93,2%
Pico espectral em 3.238 Hz	6,8%	93,2%	0,0%	100,0%
Pico espectral em 3.564 Hz	11,3%	88,7%	4,5%	95,5%
Pico espectral em 3.564 Hz	6,8%	93,2%	0,0%	100,0%
Pico espectral em 4.000 Hz	9,0%	91,0%	2,2%	97,8%
Pico espectral em 4.084 Hz	9,0%	91,0%	22,7%	77,3%
Pico espectral em 4.522 Hz	18,1%	81,9%	52,2%	47,8%
Pico espectral em 5.193 Hz	59,0%	41,0%	77,2%	22,8%
Pico espectral em 5.350 Hz	15,9%	84,1%	6,8%	93,2%
Pico espectral em 5.565 Hz	59,0%	41,0%	84,0%	16,0%
Pico espectral em 6.023 Hz	38,6%	61,4%	90,9%	9,1%
Pico espectral em 6.517 Hz	68,1%	31,9%	77,2%	22,8%
Pico espectral em 7.226 Hz	70,4%	29,6%	100,0%	0,0%
Pico espectral em 8.002 Hz	88,6%	11,4%	95,4%	4,6%
Pico espectral em 8.466 Hz	84,0%	16,0%	95,4%	4,6%
Pico espectral em 9.125 Hz	90,9%	9,1%	100,0%	0,0%

A partir de uma leitura atenta dos dados expostos acima, podemos fazer algumas observações importantes. Percebe-se que, até a faixa do 4,5 KHz, os ouvintes atribuem o estímulo produzido à fricativa palatal, tanto individual, quando acompanhada de vogal. Essa realidade muda a partir dessa faixa de frequência até a faixa dos 6,0 KHz, em que há confusão na escolha entre a fricativa alveolar e a palatal, tanto isoladas quanto acompanhadas de vogal. A partir dos 6,0 KHz, a associação com a fricativa alveolar, nas duas modalidades aqui consideradas, passa a ser mais produtiva.

Na faixa de frequência do intervalo em que a confusão na associação dos estímulos acontece (4,0 a 6,5 KHz), percebe-se que, apesar da maior parte dos estímulos formados por segmentos isolados serem associados à fricativa palatal, o mesmo não acontece quando os segmentos são acompanhados de vogal. Nesse contexto, a porcentagem de associação para a fricativa alveolar cresce consideravelmente. O estímulo constituído de uma fricativa isolada

com pico espectral em 4,52 KHz foi associado a uma fricativa alveolar em apenas 18,1% das vezes que apareceu no teste. Quando essa mesma fricativa com pico espectral em 4,52 KHz é seguida de uma vogal central no estímulo, sua associação a uma fricativa alveolar sobe para 52,2%. O mesmo acontece com os estímulos compostos por fricativas com picos espectrais nas frequências 5,19 KHz, 5,35 KHz, 5,56 KHz, e 6,02 KHz. Este último, quando isolado, era associado a uma fricativa alveolar em apenas 38,6% das vezes que apareceu, ao contrário do estímulo com fricativa com pico espectral na mesma frequência seguida de vogal, que foi associado a uma sílaba com fricativa alveolar em 90,9% das pessoas que apareceu.

Algumas assimetrias entre a associação feita pelos ouvintes dentro do intervalo que aqui chamamos de “confuso” podem ser observadas na tabela acima. Destacamos, como exemplo, a escolha do “s” em 59% das vezes que estímulos compostos por fricativas com pico espectral em 5,19 KHz aparecem, assim como a escolha pela mesma opção em apenas 15,9% das vezes que estímulos compostos por segmentos com pico em 5,35 KHz são apresentados aos ouvintes. O esperado seria que, quanto maiores as frequências de ressonância do ruído, mais se associaria o estímulo a uma fricativa alveolar, ou seja, se o estímulo com pico em 5,19 KHz foi mais associado a “s”, o mesmo deveria acontecer com o estímulo com pico em 5,35 KHz.

Uma hipótese para essa pequena assimetria pode estar vinculada ao sexo dos informantes da amostra, já que os estímulos apresentados acima são os produzidos por ambos (um do sexo feminino e outro do sexo masculino). Abaixo, seguem os estímulos produzidos por cada um dos informantes e as representações gráficas a eles atribuídas.

Tabela 3: Porcentagens de associação dos estímulos produzidos pela informante do sexo feminino e as opções feitas pelos ouvintes em contexto sem vogal adjacente e com vogal adjacente

Estímulos produzidos pelo informante do sexo feminino	Opção escolhida			
	s	x	sa	xa
Pico espectral em 3.564 Hz	6,8%	93,2%	0,0%	100,0%
Pico espectral em 4.000 Hz	9,0%	91,0%	2,2%	97,8%
Pico espectral em 5.350 Hz	15,9%	84,1%	6,8%	93,2%
Pico espectral em 5.565 Hz	59,0%	41,0%	84,0%	16,0%
Pico espectral em 6.023 Hz	38,6%	61,4%	90,9%	9,1%
Pico espectral em 7.226 Hz	70,4%	29,6%	100,0%	0,0%
Pico espectral em 8.002 Hz	88,6%	11,4%	95,4%	4,6%
Pico espectral em 9.125 Hz	90,9%	9,1%	100,0%	0,0%

Tabela 4: Porcentagens de associação dos estímulos produzidos pela informante do sexo masculino e as opções feitas pelos ouvintes em contexto sem vogal adjacente e com vogal adjacente

Estímulos produzidos pelo informante do sexo masculino	s	x	sa	xa
Pico espectral em 2.585Hz	13,6%	86,4%	6,8%	93,2%
Pico espectral em 3.238 Hz	6,8%	93,2%	0,0%	100,0%
Pico espectral em 3.564 Hz	11,3%	88,7%	4,5%	95,5%
Pico espectral em 4.084 Hz	9,0%	91,0%	22,7%	77,3%
Pico espectral em 4.522 Hz	18,1%	81,9%	52,2%	47,8%
Pico espectral em 5.193 Hz	59,0%	41,0%	77,2%	22,8%
Pico espectral em 6.517 Hz	68,1%	31,9%	77,2%	22,8%
Pico espectral em 8.466 Hz	84,0%	16,0%	95,4%	4,6%

Agora podemos analisar como acontece a categorização dos estímulos em cada um dos informantes. Para a informante do sexo feminino, percebe-se que a faixa de frequência limite para a percepção das fricativas palatais foi de 5,35 KHz. Abaixo disso, os estímulos foram mais associados à fricativa palatal. O intervalo entre 5,35 KHz e 7,23 KHz pareceu difuso para a categorização. Acima disso, os estímulos foram associados à fricativa alveolar. Pode-se notar, também, que os estímulos na faixa de frequência 5,56 e 6,02 KHz apresentaram uma diferença considerável no que diz respeito a sua categorização, enquanto segmento isolado e enquanto sílaba, principalmente no que diz respeito a última faixa. A transição formântica parece, pois, exercer um papel importante para a identificação das fricativas alveolares nessas faixas de frequência.

No que diz respeito aos estímulos produzidos pelo informante do sexo masculino, a partir da faixa de 5,19 KHz para cima, os ouvintes classificaram os sons isolados como a letra “s” e os seguidos de vogal, como a sílaba “sa”, com um índice de acerto maior quando o seguimento foi seguido de vogal. Da faixa de frequência de 4,08 KHz para baixo, os ouvintes classificaram significativamente o estímulo a uma fricativa palatal e a sílaba formada por ela e uma vogal. A faixa de frequência de 4,5 pareceu difusa para os ouvintes, que classificaram o estímulo isolado como uma fricativa palatal e, quando o estímulo era composto por fricativa e vogal, a classificação como fricativa alveolar cresceu significativamente.

Considerações finais

A partir dos dados discutidos na seção anterior, algumas considerações podem ser postuladas no que diz respeito às pistas acústicas para a distinção entre as fricativas alveolares de palatais por falantes de João Pessoa. Quanto ao pico espectral, percebeu-se que as fricativas que apresentaram o primeiro pico de energia nas regiões de frequência de 4,0 KHz para baixo, tanto isoladas quanto acompanhadas de vogal, foram associadas a fricativa palatal. Por outro lado, as fricativas alveolares foram associadas a estímulos com picos espectrais iguais ou maiores que 6,5 KHz, tanto individuais quanto seguidos de vogal. O intervalo entre essas faixas de frequência parece confundir os ouvintes, e a pista da transição vocálica parece atuar nesse momento como pista relevante para a identificação das fricativas alveolares.

Quanto à análise dos informantes individualmente, os dados foram bastante parecidos. Entretanto, para o informante masculino, o intervalo de confusão para os ouvintes diminuiu para 1KHz (4,08 a 5,19 KHz) em relação ao intervalo para a informante do sexo feminino, que era de aproximadamente 2 KHz (5,35 a 7,23 KHz). Uma análise envolvendo identificação de estímulos produzidos por mais informantes de ambos os sexos em testes de percepção seria necessário para se chegar a conclusões mais precisas e confiáveis a esse respeito.

Ademais, testes de percepção como os que aqui foram realizados estão se tornando cada vez mais importantes para o entendimento das pistas acústicas que são utilizadas para os ouvintes para acessar categorias fonológicas discretas e como essas pistas podem interagir entre si, principalmente para perspectivas teóricas que integram fonética e fonologia através do mapeamento do continuum fonético e a formalização de restrições de pista acústica, como o modelo de processamento de fala bidirecional do Boersma (2011). Apesar de sua importância, poucos são os trabalhos desenvolvidos com o Português Brasileiro.

Outra vantagem desse tipo de trabalho é da relação entre um gesto articulatório e um correlato acústico relevante para a interpretação do sinal da fala, informação relevante, por exemplo, para a clínica fonoaudiológica e o trabalho com a identificação de desvios articulatórios e possíveis ajustes a serem realizados de forma a se atingir o padrão prototípico da língua alvo.

Referências

BOERSMA, P. *A programme for bidirectional phonology and phonetics and their acquisition and evolution*. In: Anton BENZ, A.; MATTAUSCH, J. (eds), *Bidirectional Optimality Theory*. Amsterdam: John Benjamins, p. 33-72. 2011.

_____; WEENINK, D. *PRAAT: doing phonetics by computer* [computer program], 2012. Disponível em <<http://www.praat.org/>>.

BRASIL, B. C.; MEZZOMO, C. L.; MOTA, H. B.; MELO, R. M.; LOVATTO, L.; ARZENO, L. Características acústicas dos fones [s] e [S] de adultos e crianças com desenvolvimento fonológico típico. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. v.17, n.2, p.182-188, 2012.

EDWARDS, J. Refining our understanding of language attitudes. *Journal of Language and Social Psychology*, v.18, n.1, p.101-110, 1999.

FOWLER, C. A. An event approach to the study of speech perception from a direct-realist perspective. *Journal of Phonetics*, v. 14, pp. 3–28. 1986.

GIBSON, E. J. How perception really develops: A view from outside the network, in *An Odyssey in Learning and Perception*. MIT Press, Cambridge, MA!, pp. 411–491. 1991.

HAUPT, Carine. As fricativas [s], [z], [ʃ] e [ʒ] do português brasileiro. *Revista Estudos Lingüísticos XXXVI*(1), janeiro-abril, pp. 37-46, 2007.

HALE, M.; REISS, C. Formal and empirical arguments concerning phonological acquisition. *Linguistic Inquiry*, v. 29, pp. 656–683. (1998).

HARRIS, K. Cue for discrimination of American English fricatives in spoken syllables. *Language and Speech*, n. 1, pp. 1-17, 1958.

HAYES, Bruce. Phonetically-driven phonology: the role of Optimality Theory and inductive grounding. In: DARNELL, M. et al. (Eds.), *Functionalism and Formalism in Linguistics*, Volume I: General Papers, Amsterdam: John Benjamins. pp. 243-285. 1999.

JESUS, Luís Miguel Teixeira. *Analysis of Portuguese Fricative Consonants*. Mini Thesis- Department of Electronics and Computer Science, University of Southampton. 70f. 1999.

JONGMAN, A.; WAYLAND, R.; WONG, S. Acoustics Characteristics of English Fricatives: I. Static Cues. *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, v. 12, pp. 195-205, 1998.

JOHNSON, Keith; MULLENIX, John W. (Ed.) *Talker variability without in speech perception*. San Diego: Academic Press, p.1-8, 1997.

KENT, R. D.; READ, C. *Análise Acústica da Fala*. Tradução de Alexandro Rodrigues Meireles. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LACERDA, Francisco P. Acoustic perceptual study of the Portuguese voiceless fricatives. *Journal of Phonetics*. London, v. 10, p. 11-22. 1982.

LOPES, L. W. *Preferências e atitudes dos ouvintes em relação ao sotaque regional no telejornalismo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MANRIQUE, A. M. B.; MASSONE, M. I. Acoustic analysis and perception of Spanish fricative consonants. *Journal of the Acoustical Society of America*, n. 69, p. 1145-1153, 1981.

NITTROUER, S. *Learning to perceive speech: How fricative perception changes, and how it stays the same*. *Journal of Acoustic Society of America*. v.112, August 2002

RAUBER, A. et al. *TP: perception tests and perceptual training with immediate feedback*, versão 3.1. 2012. Disponível em: <[http://www.worken.com.br/tp_regfree .php](http://www.worken.com.br/tp_regfree.php)>, último acesso em 28 fev. 2014.

WIETHAN, F. M.; MOTA, H. B. A generalização a partir do tratamento com fricativas: ambientes favoráveis *versus* ambientes pouco favoráveis e neutros. *Revista CEFAC*. v.16, n.3, p. 1021-1029, 2014.

_____; CERON, M. I.; MARCHETTI, P.; GIACCHINI, V.; MOTA. H. B.

O uso da eletroglotografia, eletromiografia, espectrografia e ultrassom nos estudos de fala – revisão teórica. *Revista CEFAC*. v.17, n.Supl1, p. 115-125, 2015.

SUFIXOS GRADUADORES NOMINAIS: ASPECTOS SEMÂNTICO-COGNITIVOS E DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS

Edvaldo Balduino BISPO⁴⁴

Vanessa Guedes de CARVALHO⁴⁵

Resumo: Discutimos, neste artigo, o emprego de sufixos graduadores nominais em situações comunicativas reais, com o objetivo de identificar motivações de ordem semântica, cognitiva, discursiva e pragmática implicadas nesse emprego. Para tanto, fundamentamo-nos na perspectiva funcional centrada no uso (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013), segundo a qual as formas da língua possuem estreita ligação com as funções a que elas servem em contexto efetivo de interação verbal. Metodologicamente, trata-se de uma investigação quali-quantitativa, em que são mescladas mensuração e interpretação de dados. O *corpus* analisado compõe-se de textos escritos do português brasileiro representativos dos gêneros textuais carta do leitor e coluna social.

Palavras-chave: Sufixos graduadores nominais. Linguística Funcional Centrada no Uso. Motivações semântico-cognitivas. Motivações discursivo-pragmáticas.

Abstract: *In this paper, we discuss the use of noun degree suffixes in actual communicative situations, with the aim to identify semantic, cognitive, discursive-pragmatic motivations for that use. We have based the paper on the Functional Linguistics Centered in Use (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013), by which the linguistic structure is very close to its functions in verbal interaction. Methodologically, it is a quali-quantitative research in which we quantify and explain instances of language use. The corpus analyzed has written texts in Brazilian Portuguese from reader's letter and social column text genres.*

Keywords: *Noun degree suffixes. Functional Linguistics Centered in Use. Semantic and cognitive motivations. Discursive-pragmatic motivations.*

⁴⁴ Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL)/UFRN, Membro do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática/UFRN, Natal/RN, Brasil. E-mail: edbbispo@gmail.com.

⁴⁵ Mestre pelo PPgEL/UFRN, professora da Rede Estadual de Ensino, Natal/RN, Brasil. E-mail: vanessaguedes191@gmail.com.

Introdução

Desenvolvemos, neste artigo, um estudo do grau, mais particularmente dos sufixos graduadores nominais, observando como esse fenômeno é abordado por alguns gramáticos tradicionais e por linguistas. Focalizamos motivações para o uso desses elementos mórficos em situações reais de interação verbal, considerando aspectos de ordem semântico-cognitiva e discursivo-pragmática.

O que aqui chamamos de sufixos graduadores nominais corresponde aos elementos que, acrescentados à direita de um radical, servem, entre outras coisas, para indicar o grau dos substantivos, adjetivos e advérbios. No caso dos substantivos, sufixos como *-ão*, *-ona*, *-orra*, por exemplo, são tradicionalmente associados ao grau aumentativo, enquanto *-inho*, *-ito*, *-isco*, entre outros, são relacionados ao diminutivo. Quanto aos adjetivos e advérbios, os sufixos exprimem o grau superlativo, como é o caso de *-imo*, *-érrimo*, *-íssimo*, *-inho*.

Via de regra, esses sufixos recebem pouco tratamento na maioria das gramáticas tradicionais. A abordagem geralmente circunscreve-se apenas a uma classificação quanto ao grau dos substantivos (aumentativo e diminutivo) e dos adjetivos e advérbios (comparativo, superlativo), desconsiderando a diversidade de sentidos que esses elementos podem expressar, como acontece em (1) e (2).

- (1) Com corpo perfeito e os olhos mais azuis de Hollywood, Cameron Diaz nunca precisou ter grandes talentos interpretativos: bastava fazer uma versão engraçada de si mesma. Mas o tempo passa, a concorrência aumenta e as exigências de padrões absurdos de magreza parecem não ter fim no meio artístico. Na estreia em Los Angeles de *O Besouro Verde*, Cameron surgiu quase descarnada de tão magra. Nem o bronzeado das férias no México com Alex Rodriguez, o **bonitão** do beisebol. (ex de Madonna e de Kate Hudson), compensou. Um espaguete duplo, por favor. (*Gente*, 19 jan. 2011, p. 76)

- (2) Recife perdeu o fôlego não devido à preguiça de seus moradores ou de governos fracos. Isso ocorreu como consequência do declínio da indústria açucareira e do posterior crescimento da cultura do café, que encontrou terras excelentes em São Paulo. Foi por essa razão que o eixo cultural e econômico migrou para o Sudeste. Fico muito feliz com o fato de que um acidente geográfico, uma costa com águas profundas ideais para a construção de um porto, tenha trazido novamente o foco da discussão econômica para Pernambuco. Que o Nordeste deixe de ser a região **coitadinha** e contribua cada vez mais para aumentar o PIB nacional. (*Carta do Leitor*, 11 mai. 2011, p. 49)

A amostra em (1) traz o uso do sufixo *-ão* para reforçar uma avaliação a respeito do jogador de beisebol feita pelo colunista da revista. Nesse caso, o sufixo enfatiza, intensifica a beleza do rapaz como também o coloca em uma posição de destaque em relação a outros jogadores que praticam o mesmo esporte que ele. Notemos que o termo *bonitão* integra uma expressão de valor explicativo em relação ao jogador (*o bonitão do beisebol*) e está precedido de artigo definido, o que indica a singularidade da beleza da pessoa caracterizada.

A carta do leitor em (2), por sua vez, refere-se ao artigo de Cláudio de Moura Castro, intitulado *Vinte metros de profundidade*, publicado na edição anterior da revista, no qual o autor falava sobre a construção do porto de Suape na costa pernambucana. O leitor faz um comentário sobre o assunto do artigo, retomando, historicamente, a perda do potencial econômico de Pernambuco para o Sudeste, e entende que a construção do porto representa a possibilidade de o estado – e a região Nordeste como um todo – voltar a ser protagonista na economia nacional, deixando o *status* de região pobre, sofrida. Nesse intento, o leitor mobiliza alguns recursos linguísticos, como o uso do adjetivo *coitado* e, em particular, o emprego do sufixo *-inha*, em referência a uma determinada visão sobre o Nordeste. Observemos que o sufixo em questão não exprime ideia de diminuição de tamanho, mas o encarecimento, a intensificação da noção contida em *coitada*.

Em relação a investigações no campo da linguística, há trabalhos que tratam dos diferentes valores do grau, a exemplo de Basílio (1989), Melo (2003), Gonçalves (2003, 2007) e Silva (2008, 2014). Contudo, alguns desses estudos não consideram dados reais de uso da língua e outros não destacam aspectos específicos relativos ao emprego de sufixos graduadores nominais, tomando por base fatores semânticos, cognitivos, discursivos e pragmáticos. Dessa maneira, parece haver questões a serem exploradas e discutidas acerca do uso desses elementos mórficos.

Dada essa constatação, nossa investigação busca preencher lacunas quanto ao estudo de sufixos graduadores nominais. Perseguimos dois objetivos básicos: a) verificar a frequência dos tipos semânticos de grau codificados por esses sufixos; b) identificar aspectos de natureza semântico-cognitiva e discursivo-pragmática subjacentes ao emprego desses elementos mórficos.

Para empreendimento deste trabalho, fundamentamo-nos, teórico-metodologicamente, na Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos postulados por Martelotta (2011) e Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013). Assumimos que a estrutura linguística deriva de seu

uso e que o plano da expressão guarda estreita relação com o plano semântico-cognitivo. Desse modo, partimos do pressuposto de que, para melhor compreender os fatos da língua, é preciso considerar os contextos comunicativos em que eles se dão e que funções a eles estão associadas na interação discursiva.

Do ponto de vista metodológico, realizamos pesquisa qualitativo-interpretativista, com suporte quantitativo evidenciador de tendência de uso. Nosso banco de dados é constituído de textos extraídos da revista *Veja*, representativos de dois gêneros textuais, a saber, carta do leitor e coluna social.

Suporte teórico

A base teórica em que fundamentamos este trabalho é a Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU). Cunhado no âmbito do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G), o termo LFCU representa desdobramento do que Matelotta (2011) denominou Linguística Centrada no Uso, que corresponde, em termos teóricos e metodológicos, à Linguística Cognitivo-Funcional (TOMASELLO, 1998) e a *Usage-based Linguistics*, nos termos de Bybee (2010). Essa abordagem teórica reúne contribuições dos estudos da Linguística Funcional representada por autores como Heine (1994), Givón (1990, 2012[1979]), Furtado da Cunha et al (2003), Bybee (2010), Matelotta (2011), da Linguística Cognitiva, tal como sustentada por Lakoff e Johnson (1980, 1999), Langacker (1987), e da Psicolinguística, como Taylor (1992, 1998) e Tomasello (1998).

Segundo essa perspectiva teórica, há uma estreita relação entre a estrutura linguística e os usos que dela se fazem na interação social, de modo que a configuração morfossintática dos enunciados é fortemente motivada por fatores decorrentes da situação comunicativa. Ainda conforme essa abordagem, as categorias linguísticas são baseadas na experiência que temos das construções em que elas ocorrem, do mesmo modo que as categorias por meio das quais nós classificamos objetos da natureza e da cultura são baseadas na nossa experiência com o mundo. Todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Assume-se, então, que a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). Sendo a categorização o processo cognitivo mais básico, por meio dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel crucial na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Assim, a língua(gem) constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana (TOMASELLO, 1998).

O princípio básico da LFCU consiste no fato de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada (BYBEE, 2010). Essa vertente teórica entende a aparente regularidade e a instabilidade da língua como motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007). Busca, então, descrever e explicar os fatos linguísticos com base nas funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos diversos contextos de uso da língua, integrando sincronia e diacronia, numa abordagem pancrônica (BYBEE, 2010).

Entre os processos, princípios e categorias analíticas da LFCU, fazemos uso dos processos metafóricos e metonímicos, além das relações de objetividade, subjetividade e intersubjetividade como forma de dar conta das motivações para os diversos usos dos sufixos graduadores nominais.

A metáfora representa um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio de significação comunicativa (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013). Conforme Lakoff e Johnson (1999), caracteriza-se pelo mapeamento entre domínios conceituais, em que determinadas noções de um domínio são projetadas em outro. Ou seja, um conceito é formulado em termos de outro pelo fato de compartilharem alguma(s) correspondência(s) conceitual(is).

Com relação à metonímia, segundo Lakoff e Turner (1989), ela constitui um mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual, de modo que uma entidade de um domínio pode ser utilizada para se reportar a outra entidade desse mesmo domínio. Trata-se de um componente básico do nosso aparato racional, ou seja, do nosso sistema cognitivo. É

focalizada como uma questão de conceitualização, no sentido de que, em parte, responde pelo processamento de determinadas formações conceituais.

Quanto à relação de objetividade, entendemos, com base em Traugott e Dasher (2002), que ela se manifesta quando o falante pretende descrever ou explicar situações da forma como elas se apresentam na realidade. Segundo os mesmos autores, a linguagem objetiva tem sido associada à frase declarativa, ativa, em que o ponto de vista do falante não é explicitamente codificado.

Já a subjetividade, numa perspectiva da língua em uso, envolve a expressão de si e a representação da perspectiva ou do ponto de vista do falante no discurso (TRAUGOTT, DASHER, 2002). Nos termos de Traugott (2010), a subjetividade refere-se ao modo pelo qual as línguas naturais, em sua estrutura e na forma normal de funcionamento, fornecem à interação a expressão do falante sobre si mesmo e sobre suas atitudes e crenças. Em outras palavras, por meio da subjetividade, o falante manifesta seu ponto de vista em relação àquilo de que trata. Para tanto, são mobilizados diferentes recursos linguísticos de que dispõe o falante/ escrevente, como é o caso dos sufixos graduadores nominais.

Em relação à intersubjetividade, Traugott (2010) a define como a maneira pela qual as línguas naturais, em sua estrutura e forma normal de funcionamento, fornecem à interação a expressão da consciência do falante sobre as atitudes e crenças do interlocutor, mais especificamente sobre sua autoimagem. Dito de outro modo, a intersubjetividade refere-se às estratégias de sentido utilizadas pelo falante, como participante do evento comunicativo, em relação ao seu interlocutor para fins de monitoramento, influência e/ou controle de sua atenção, de suas atitudes, de suas ações etc.

Consideramos ainda o papel que têm as diferentes formas de organização textual na mobilização dos recursos linguísticos disponíveis para a estruturação dos textos. Assumimos com Marcuschi (2005, 2008) que os gêneros textuais e as sequências textuais em elaboração selecionam determinados recursos léxico-gramaticais para sua composição estrutural. Nesse sentido, o uso de diversas formas da língua, como é o caso dos sufixos graduadores nominais, pode relacionar-se à natureza do gênero textual em que figuram. Isso envolve, entre outros aspectos, diferentes graus de formalidade implicada na interação discursiva, distância social entre os interactantes, propósitos comunicativos múltiplos, diferentes práticas sociais.

Questões metodológicas

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa predominantemente de caráter qualitativo-interpretativista com suporte quantitativo. Este último aspecto relaciona-se com a natureza mensurável dos dados levantados no *corpus*, os quais dão conta da realidade empírica do fenômeno investigado, de sua caracterização e de sua frequência de uso. Quanto à dimensão qualitativo-interpretativista, ela diz respeito ao viés analítico e explicativo deste trabalho, no sentido de elucidar motivações semânticas, cognitivas, discursivas e pragmáticas implicadas na recorrência a sufixos graduadores nominais nos textos considerados.

No que se refere ao *corpus* de nossa pesquisa, consiste ele de textos publicados no primeiro semestre de 2011 na revista *Veja*, representativos dos gêneros textuais Carta do Leitor e Coluna Social, esta última identificada como seção *Gente* na revista. Mais especificamente, contamos com 625 cartas do leitor e 124 textos da coluna social. A opção por esses gêneros deveu-se à sua natureza opinativa, avaliativa, ou seja, nesses textos são emitidas opiniões ou avaliações de seus autores sobre um determinado assunto ou pessoa, o que favorece o uso de elementos foco de nossa investigação.

Para o levantamento e tabulação dos dados, consideramos, além da separação por gênero textual, a tipologia semântica do grau proposta por Silva (2014), a qual será descrita na próxima seção. Feita a organização dos resultados quantitativos, procedemos à análise qualitativa dos dados, tomando por base aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos, conforme exposto em seções posteriores.

Abordagens da categoria grau

O estudo dos sufixos graduadores nominais nas gramáticas tradicionais remete basicamente a uma classificação quanto ao grau dos substantivos, dos adjetivos e dos advérbios, em suas formas sintética e analítica (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1994; BECHARA, 2009). Via de regra, são apresentados os valores dimensivo, comparativo e intensivo no uso do grau.

Também são contemplados por alguns desses autores outros valores semânticos associados ao grau. Bechara (2009), por exemplo, registra que as formas aumentativas e diminutivas podem traduzir o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certas

peessoas e objetos, sempre em função da significação lexical da base, auxiliados por uma entoação (eufórica, crítica, admirativa, lamentativa etc.) e os entornos que envolvem o falante e o ouvinte, a exemplo de *poetastro*, *politicalho*, *livreco*, *padreco*, *coisinha*. Além disso, para o autor, a ideia de pequenez se associa facilmente à de carinho, que transparece em formas diminutivas de bases léxicas como *paizinho*, *mãezinha*, *queridinha*.

Cunha e Cintra (1985), por sua vez, destacam que os sufixos aumentativos emprestam ao nome ideias de desproporção, de disformidade, de brutalidade, de grosseria ou de coisa desprezível (*narigão*, *beijorra*, *pratalhaz ou pratarraz*, *atrevidação*, *porcalhão* etc.). No caso do sufixo diminutivo, os autores expõem que é utilizado, na maioria das vezes, para expressar um sentimento afetivo, além de veicular impulso negativo, como desprezo, ofensa.

No campo da linguística, existem alguns poucos trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo do grau. É o caso de Cruzeiro (1973), que aborda essa questão no português dos séculos XIII a XV. Trata-se de uma obra de cunho predominantemente descritivo (mas não normatizador nem restrito aos padrões cultos), que nos fornece um panorama dos diversos recursos intensificadores utilizados nesse período no português europeu. Outro trabalho sobre esse tema é o de Staub e Regueira (1973), o qual se constitui numa explanação eminentemente descritiva, tratando das origens etimológicas do sufixo superlativo erudito (nas formas -*íssimo*, -*érrimo* e -*ílimo*). Discute, ainda, a questão flexão/derivação quanto à categoria grau. Fonseca (1985), também abordando o mesmo assunto, dedica-se a analisar a configuração e o funcionamento da comparação enfática (denominada por Fonseca de "comparação emblemática"), procurando conjugar fatores de ordem sintática, semântica e pragmática, no âmbito da Linguística da Enunciação.

No estudo de Basílio (1989) sobre teoria lexical, registra-se que alguns sufixos aumentativos são usados para designar objetos através do tamanho ou mesmo intensidade de alguma qualidade, como em *Mineirão*, *orelhão*, *frescão*, *Minhocão*, assumindo, assim, uma função denominadora. A mesma autora destaca, ainda, a função subjetiva nos processos de formação de palavras, focalizando valores pejorativos, afetivos, atitudes emocionais etc.

Há, ainda, um texto de Melo (2003) e dois de Gonçalves (2003, 2007) versando sobre essa temática. O primeiro consiste de um pequeno artigo de orientação laboviana, enfocando a intensificação "não-convencional" em narrativas orais como "avaliação implícita". Quanto aos de Gonçalves, um (de 2003) concentra-se na "função indexical" dos sufixos -*íssimo*, -*érrimo* e -*ésimo*. É um trabalho que, situado no campo da Sociolinguística, intenta promover a interface

entre prosódia, morfologia e pragmática, procurando estabelecer uma relação entre o sexo dos falantes e a escolha dessas formas intensivas. O outro (de 2007) encaminha-se para o domínio da morfologia lexical, retomando a velha controvérsia flexão/derivação do grau no português.

Além desses, Silva (2008), em sua pesquisa, trata o grau como um universal semântico-linguístico, ao lado de fenômenos como dêixis, transitividade, referenciação, entre outros. Nesse sentido, analisa essa categoria conceitual em seus aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos, correlacionando-os à sua variada configuração formal. Em trabalho mais recente (SILVA, 2014), o autor propõe a classificação do grau em seis categorias semânticas, quais sejam: dimensivo, quantitativo, intensivo, hierárquico, avaliativo e afetivo.

O *grau dimensivo* refere-se ao escalonamento, em nível aumentado ou diminuído, do tamanho, estatura ou proporção/extensão física de uma dada entidade (ser ou coisa) (SILVA, 2014). É o que acontece, por exemplo, no trecho a seguir.

- (3) [...] mais adiante vamos ver umas pedras grandes que vem escorrendo águas bem finas, rios bem largos com *pedrinhas* de várias cores [...] (*Corpus D&G Rio de Janeiro*, língua escrita, p. 76)

Em *pedrinhas*, o sufixo graduador é empregado para indicar a dimensão física do referente (*pedras*). Nesse caso, o sufixo refere-se ao pequeno tamanho das pedras.

O *grau intensivo* tem a ver com o incremento semântico aplicado a um(a) determinado(a) conteúdo/noção para além de sua concepção normal ou já graduada. Assim, temos manifestação da intensidade do grau, caracterizada pelo reforço escalar, de direção para mais ou para menos, atribuído a um dado conceito (SILVA, 2008; 2014). Na amostra a seguir, temos a intensificação da ideia de beleza com o acréscimo do sufixo *-íssima*, dado que a palavra *bela* já nos transmite a noção de algo ou alguém muito bonita.

- (4) **Belíssima**, feminina, talentosa e audaciosa na busca pelos seus desejos, a atriz Elizabeth Taylor conjugou o verbo viver em todos os tempos e modos. (*Carta do Leitor*, 6 abr. 2011, p. 32)

O *grau quantitativo* vincula-se, especificamente, à quantificação indefinida de referenciadores ou de noções contáveis/mensuráveis, para mais ou para menos (SILVA, 2008; 2014). Na amostra a seguir, o sufixo *-eiro* em *aguaceiro* e *lamaceiro* indica a ideia de muita água e de muita lama, respectivamente.

- (5) Fãs da música pop no festival de Glastonbury, na Inglaterra, terão de lidar com mais um dia de **aguaceiro**, neste sábado, em que o evento entra na sua segunda jornada. Partes do local viraram um **lamaceiro** devido à chuva forte que substituiu uma semana de sol na fazenda de Michael Eavis em Somerset,...

(<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2007/06/23/296486657.asp>. Acesso 01/10/2011)⁴⁶

Conforme Silva (2008; 2014), o *grau hierárquico* é denotado através da referência à posição de uma dada entidade ou estado de coisas, considerado(a) como possuidor(a) de status/condição superior ou inferior, numa escala de valores. Esse tipo de noção gradual pode se aplicar tanto a conceitos designativos de relações sociais como aos vinculados a julgamentos apreciativos. No texto a seguir, o sufixo *-ão* indica uma posição de superioridade do empresário Mauro Mendes como pai em relação a outros pais ao oferecer à sua filha uma grande festa.

- (6) Qualquer festa de arromba de 15 anos hoje em dia tem de trazer um ator jovem da Globo para dançar a valsa com a debutante. Um? Pois o empresário Mauro Mendes e sua mulher, Virgínia, de Cuiabá, levaram logo seis (e mais um modelo, Caco Ricci). A filha, Ana Caroline, foi carregada, mimada e rodopiada por, entre outros, Daniel Oliveira, Kayky Brito e Caio Castro. Só de cachês, foram cerca de 150 000 reais. “Meu marido foi candidato ao governo do estado e, por causa da campanha, tivemos de adiar a festa. Então precisávamos fazer alguma surpresa especial”, justifica Virgínia. O partido do desvelado **paizão**? PSB. Isso que é socialismo. (*Gente*, 2 fev. 2011, p. 73)

O grau avaliativo é denotado quando o falante/escrevente manifesta uma avaliação positiva ou negativa de algo ou alguém (SILVA, 2013). Vejamos o dado a seguir em que temos uma ocorrência com este tipo de grau.

- (7) Existe um tipo de homem que se casa com a mesma mulher – a matriz não muda, só diminuem os anos. O ator Leonardo DiCaprio, 36, adaptou a regra: é um namorador serial de loiras, lindas, altas e com nariz cheio de personalidade. Ao abrir a boca para sugerir casamento, a titular é automaticamente renovada por outra, pelo menos três anos mais jovem. A atual, Blake Lively, 23, **atrizinha** da série *Gossip Girl*, tomou o lugar da modelo israelense Bar Rafaeli, 26, que, por sua vez, havia substituído Gisele Bündchen, 30. Parece que Bar e Blake tiveram um período de superposição. Além do ti-ti-ti do namoro, Blake administra um probleminha de fotos nuas. Todas falsas, claro. (*Gente*, 8 jun. 2011, p. 116)

Em (7), o colunista faz comentários a respeito da opção de Leonardo DiCaprio em gostar de mulheres *loiras, lindas, altas*, enfatizando a facilidade que o ator tem de trocar uma mulher por outra, sempre mais nova. Ao falar da atual, o autor da Coluna a chama de

⁴⁶ Amostra retirada de Silva (2013, p. 128).

atrizinha. Nesse caso, a utilização do sufixo *-inha*, serve para indicar uma ideia de pejoratividade, de depreciação.

Quanto ao grau afetivo, de acordo com Silva (2013), ele consiste apenas em uma maneira de o locutor expressar seu carinho ou afeto para a pessoa a quem se dirige. Observemos a amostra a seguir.

- (8) Surpresa: para manter a silhueta simplesmente de babar que exhibe na capa da BOA FORMA, a atriz Ísis Valverde, 23 anos, a Marcela de *Ti-ti-ti*, em vez de ficar só bebendo água, como umas e outras alegam fazer, dá um duro danado. A dieta, com nutricionista, é praticamente de iogue profissional. Exemplo de “lanche”: balas de algas e biscoito integral. Ísis também faz aulas de balé três vezes por semana e exercícios com o personal trainer Jeferson Braga. “Ela não reclama de nada e é muito decidida”, elogia ele. Na novela, Ísis também tem de suar, metaforicamente para parecer convincente: além de se afastar do inafastável Caio Castro, ela troca o estilo **mineirinha** singela pelo papel de executiva. (*Gente*, 5 jan. 2011, p. 98)

No dado (8), o redator da Coluna ressalta a boa forma de Ísis Valverde. Além disso, mostra o que a atriz faz para manter o corpo bem. Para se referir a Ísis, o autor utiliza a palavra *mineirinha*. O sufixo *-inha*, neste caso, expressa uma ideia afetiva, que é verificada também por outros elementos presentes no texto, tais como *singela*.

Essa proposta mais refinada de classificação semântica do grau foi tomada como referência para a análise quantitativa dos dados, conforme se pode verificar na seção a seguir.

Ocorrências de sufixos graduadores nominais no *corpus*

Apresentamos, de forma resumida, os dados quantitativos de nossa pesquisa, contemplando o universo de textos nos quais foi feito o levantamento de ocorrências, além da distribuição dessas ocorrências em função dos dois gêneros textuais considerados e da classificação semântica do grau proposta por Silva (2008, 2013, 2014).

Dada a sobreposição de valores semânticos veiculados pelo uso de alguns sufixos graduadores, distribuímos as ocorrências do *corpus* em duas tabelas: a Tabela 1 contempla os casos em que identificamos apenas um tipo de grau para cada ocorrência, enquanto a Tabela 2 apresenta os casos de sobreposição de tipos de grau.

Gênero Textual	TIPO DE GRADAÇÃO						TOTAL							
	Dimensivo		Hierárquico		Intensivo				Quantitativo		Afetivo		Avaliativo	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Carta do leitor	1	5,3%	0	0%	9	47,4%	2	10,5%	2	10,5%	5	26,3%	19	100%
Coluna social	22	24,5%	2	2,2%	38	42,2%	2	2,2%	12	13,3%	14	15,6%	90	100%

Tabela 1: Distribuição dos sufixos graduadores nominais por tipologia do grau
Fonte: Carvalho (2015, p. 45)

Os dados da Tabela 1 nos mostram que, com relação aos tipos de grau propostos por Silva (2014), o intensivo foi o mais recorrente nos dois gêneros textuais: 47% na Carta do Leitor e 42% na Coluna Social. Já o segundo tipo mais recorrente apresentou diferença entre os gêneros textuais: avaliativo na Carta do Leitor e dimensivo na Coluna Social. Essa diferença também ocorreu com os demais tipos de grau. Vale destacar, ainda, que o grau hierárquico aparece em apenas um dos gêneros, no caso na Coluna Social. Esse tipo, aliás, representou o menor percentual de ocorrência.

Os quantitativos encontrados estão relacionados às características dos gêneros textuais, sobretudo em termos de propósito comunicativo. O maior percentual do grau intensivo na Carta do Leitor é perfeitamente condizente com a natureza desta: uma vez que as cartas expressam o posicionamento, a avaliação do redator a respeito de um determinado assunto, reportagem ou notícia discutida na revista, é natural o uso de elementos que intensificam aspectos das ideias expostas. Pela mesma razão, há um alto percentual do grau intensivo nos textos da Coluna Social.

Com relação aos casos de sobreposição, a Tabela 2 sintetiza, quantitativamente, as ocorrências encontradas no *corpus*.

Gênero Textual	TIPO DE SOBREPOSIÇÃO DE GRAU							TOTAL
	Dimensivo/ Intensivo	Dimensivo/ Avaliativo	Dimensivo/ Afetivo	Quantitativo/ Avaliativo	Intensivo/ Avaliativo	Intensivo/ Afetivo	Avaliativo/ Afetivo	
Carta do leitor	0	7	2	0	6	0	0	15
Coluna social	1	5	16	1	8	2	1	34

Tabela 2: Distribuição dos sufixos graduadores nominais por sobreposição de grau

Fonte: Carvalho (2015, p. 50)

Conforme nos mostram os dados descritos na tabela 2, a sobreposição do grau dimensivo com o avaliativo foi mais frequente na Carta do Leitor, enquanto na Coluna Social predominou a associação do dimensivo com o afetivo. Vemos, portanto, que, em ambos os gêneros textuais, a maior sobreposição se deu com o grau dimensivo ligado a outro tipo. Esse fato provavelmente tem a ver com o conteúdo proposicional dos textos que compõem nosso *corpus*, dado que, tanto na Carta do Leitor quanto na Coluna Social, o redator faz alusão a aspectos e a pessoas ligados ao mundo objetivo, tecendo sobre eles comentários apreciativos, avaliativos, carregados de subjetividade.

Expostos os quantitativos referentes às ocorrências dos sufixos graduadores nominais, passemos agora à discussão sobre aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos implicados no uso desses elementos mórficos.

Aspectos semântico-cognitivos no uso de sufixos graduadores nominais

Contemplamos aqui a análise de fatores de ordem semântica e cognitiva que estão envolvidos no uso de sufixos graduadores nominais. Conforme proposta de Silva (2014) por nós adotada e segundo levantamento de dados a que procedemos, existem diferentes valores associados à utilização desses sufixos, quais sejam: dimensão, quantidade, intensidade, hierarquia, avaliação e afetividade. Esses valores contribuem para a construção do sentido dos textos em que figuram e são bastante relevantes para o alcance do propósito comunicativo. Observemos a atuação desses afixos graduadores por meio da análise de ocorrências, conforme segue.

- (9) No mundo do pessoal de bota, chapéu e cinto de fivela, ele já está ficando lendário. Sorocaba – nascido Fernando Fakris de Assis -, 30, que faz dupla com o simplesmente Fernando, é o autor da maioria dos sucessos do cantor Luan Santana. Além disso, empresaria artistas do estilo sertanejo universitário (“Em que falamos mais de amor, não de sexo e cachaça”). Dois deles, Henrique e Diego, despontam tocando em trios elétricos sertanejos (parece uma invenção infernal, mas existe). Sorocaba é tido como um empresário **durão**. “Quis comprar um carro novo, e ele disse que o meu ainda dura mais cinco anos. Depois, quis um apartamento, e ele me mandou ficar em hotel mesmo”, conta Henrique. “Não pode sair torrando tudo o que ganha”, explica Sorocaba sobre o estilo rédea curta. (*Gente*, 6 abr. 2011, p. 87)

Em (9), o colunista, ao destacar o viés empresarial do cantor Sorocaba, expõe o seu caráter bastante rígido. Isso é perceptível, entre outras coisas, pelas escolhas lexicais, a exemplo do adjetivo *duro* e da expressão *rédea curta*. Além disso, concorrem para a construção desse perfil de rigor, de dureza, as falas de Henrique, empresariado por Sorocaba (*Quis comprar um carro novo, e ele disse que o meu durava mais cinco anos. Depois quis comprar um apartamento, e ele me mandou ficar em hotel mesmo.*), e a do próprio Sorocaba (*Não pode sair torrando tudo o que ganha*). Nesse contexto, o uso do sufixo *-ão* em *durão* também contribui para a construção da ideia de rigor do cantor Sorocaba ao encarecer, intensificar o quão duro ele é como empresário.

- (10) O bom **velhinho** ataca novamente

Era noite de Natal, mas a narrativa envolve **coelhinha** em lugar de renas. Durante a troca de presentes, Hugh Hefner, 84, fundador da revista PLAYBOY e eterno usuário de pijamas de seda, deu uma **caixinha** para a sua namorada, a modelo Crystal Harris, 24 (fizeram a conta?), capa da edição de dezembro da revista. E o que havia dentro. Nossa, um anel de noivado! “Crystal desfez-se em lágrimas. Foi uma noite memorável”, contou, pelo twitter, o bom **velhinho**. Hefner já teve duas outras mulheres e, no começo de 2010, quando oficializou o último divórcio, afirmou que nunca mais se casaria. Será que overdose de **balinha** azul causa uma certa confusão ou depois de uma certa idade não faz diferença? (*Gente*, 5 jan. 2011, p. 99)

Nesse texto, o redator comenta a atitude do fundador da revista PLAYBOY ao presentear a namorada com um anel de noivado. Dado que se trata de presente natalino e considerando a idade e a posição social de Hugh Hefner (ele tem 84 anos e é fundador da revista), o texto faz uma associação entre Hefner e Papai Noel, por meio do uso da expressão *bom velhinho*. Longe de essa associação ser um elogio, ela concorre, na verdade, para o propósito comunicativo do texto de fazer julgamento, apreciação da atitude de um senhor de 84 anos que se relaciona com uma jovem de 24 anos. A diferença de idade entre eles é, aliás, um ponto enfatizado por meio de expressão parentética (*fizeram a conta?*). Também

contribuem para a avaliação do redator os usos do sufixo *-inho*, nas ocorrências em *velhinho*, *coelhinha* e *balinha*. Notemos que, nos dois primeiros termos, o emprego do sufixo concorre para a referida associação entre Hefner e Papai Noel, enquanto em *balinha*, o sufixo contribui para a construção da ironia do autor do texto ao referir-se ao uso de estimulante sexual por parte do “*bom velhinho*”. É possível perceber, assim, que um dos efeitos de sentido criados é o de que o relacionamento do casal envolve interesse por parte da modelo, em termos de querer promover-se por meio da influente posição social de Hefner (ela foi capa da revista, que tem grande circulação).

Além de o uso de sufixos graduadores nominais concorrerem para a construção de sentidos do texto, é importante observar que alguns desses sentidos estão mais ancorados na experiência concreta, ao passo que outros vinculam-se mais à abstração. Os valores mais abstratos derivam dos sentidos mais vinculados à concretude, por meio de relações associativas e de contiguidade, envolvendo, portanto, processos metafóricos e/ou metonímicos. Vejamos o que ocorre em (11), (12) e (13).

- (11) A respeito da reportagem “Sacolas plásticas na mira”, gostaríamos de esclarecer que o estudo encomendado pelo governo britânico sobre o impacto de diversos tipos de sacola mostrou que a **sacolinha** de plástico tem melhor desempenho ambiental em oito das nove categorias avaliadas. Ela também apresenta a menor geração de CO₂, responsável pelo efeito estufa, em seu processo produtivo. (*Carta do Leitor*, 15 jun. 2011, p. 51)
- (12) Emérita encantadora de milionários, a indiana Padma Lakshmi, 40 anos, ex-modelo, ex-mulher do escritor Salman Rushdie, apresentadora do reality show *Top Chef*, teria tudo para sair com fama de bruxa do processo movido contra ela por Adam Dell, 41, da família da Dell Computadores, pela guarda da filha dos dois, Krishna, 2. Ocorreu exatamente o contrário. Dell alega ter sabido da gravidez quando já haviam terminado, diz que Padma torcia para que o pai fosse Ted Fortsmann, seu novo e **riquíssimo** namorado (frustrou-a um exame de DNA), reclama que seu nome nem consta da certidão e que quase não vê a menina. Por vingança, pede a guarda total de Krishna. E fez questão de espalhar todos os detalhes do processo sigiloso. Pacote completo de canalhices. (*Gente*, 9 fev. 2011, p. 85)
- (13) O caixa está estourado? Não é minha culpa. Paguei os meus impostos, doei quase cinco meses de meu trabalho a vocês (governo), sem falhar. Todos os meses, eu lia que a arrecadação de tributos batia recorde atrás de recorde. Mesmo assim, não vi ainda para onde foi o meu dinheiro, pois as escolas continuam péssimas, as rodovias caindo aos pedaços, os hospitais públicos em estado de calamidade, os aeroportos estão precários e, vira e mexe, uma região vive apagões. Se o serviço tivesse melhorado, tudo bem. Mas vejam só: para tirar um simples passaporte levamos hoje mais de um mês! Portanto, não me venham falar em “cortes profundos” nem em “dor”. Eu aqui, que paguei tudo direitinho, e não foi pouco, não tenho nada com isso. Se houver sacrifício, que seja aí, entre vocês (governo), que devem saber o que fizeram com aquele **dinheirão** todo que eu lhe dei em suas mãos. Eu “tô fora”! (*Carta do Leitor*, 23 fev. 2011, p. 32)

O texto em (11) comenta a reportagem *Sacolas plásticas na mira*, que, por sua vez, aborda como a sacola plástica agride o meio ambiente. Na carta, o autor faz algumas considerações sobre esse produto revelando que, dentre as sacolas existentes, a de plástico ainda possui melhor desempenho ambiental e ainda apresenta a menor geração de CO₂. Para se referir à sacola, o leitor utiliza o substantivo *sacolinha*. Nesse caso, o uso do sufixo *-inha* relaciona-se a propriedades dimensionais do objeto mencionado, indicando-lhe o tamanho diminuto e/ou a menor espessura. Nesse sentido, notamos que o emprego do sufixo está vinculado a um objeto do mundo biofísico, mais concreto, portanto.

Em (12), o autor da coluna fala sobre a ação movida por Adam Dell contra Padma Lakshmi pela guarda da filha dos dois, Krishna. Além disso, mostra que a indiana esperava que a filha fosse do seu atual namorado, Ted Fortsmann, mas o exame de DNA provou o contrário. Com isso, Dell luta pela guarda total da filha. Ao se referir ao novo namorado da apresentadora, o colunista utiliza o adjetivo *riquíssimo*. O emprego do sufixo *-íssimo*, nesse contexto, serve para enfatizar o poder aquisitivo de Fortsmann, mostrando que este não é simplesmente *rico*, mas apresenta riqueza em quantidade superior (é muito rico), o que é feito por meio da intensificação da ideia contida no adjetivo. Esse encarecimento da noção de riqueza se dá por meio de operações cognitivas, envolvendo projeção metafórica, em que se parte de um conceito relacionado à experiência concreta (a noção de grande quantidade em dinheiro ou de bens, ou seja, *muito* em termos quantificáveis) para o conceito de intensidade (*muito* com valor intensivo). Esse processo metafórico baseia-se no esquema cognitivo INTENSIDADE É QUANTIDADE (LAKOFF, 1987; TAYLOR, 1992), em que *muito* (indicador de quantidade) passa a ser interpretado como intensificador (no caso da amostra, a intensificação é codificada pelo sufixo *-íssimo*).

Na carta do leitor em (13), temos a reclamação de um brasileiro insatisfeito por ter pago enorme quantidade de impostos ao Estado e não ver, em contrapartida, melhorias nos serviços públicos no Brasil. Ao aludir à quantia paga, o redator a chama de *dinheirão*. O sufixo *-ão*, agregado a *dinheiro*, refere-se à alta quantia que foi gasta com os impostos, não ao tamanho do dinheiro, por exemplo. Desse modo, a noção de valor monetário é associada à ideia de quantidade por uma relação de contiguidade entre os dois conceitos, isto é, ao alto valor gasto em impostos corresponde a ideia de grande quantidade de dinheiro. Temos, portanto, um processo de metonimização, no sentido de que a noção de quantidade é mapeada

em termos de tamanho, dado que o acréscimo de itens a um conjunto de objetos, por exemplo, resulta em aumento de seu volume/tamanho (BISPO, SILVA; 2013).

Aspectos discursivo-pragmáticos no uso de sufixos graduadores nominais

Na subseção anterior, vimos que os sufixos graduadores nominais auxiliam na construção do sentido dos textos e que alguns podem estar mais ancorados na concretude enquanto outros envolvem conteúdos mais abstratos. Agora, veremos como as relações de objetividade, subjetividade e intersubjetividade estão envolvidas na utilização desses elementos mórficos.

Nos dados de nosso *corpus*, notamos que alguns usos dos sufixos graduadores vinculam-se à caracterização mais objetiva dos referentes dos nomes a que eles estão ligados, enquanto outros usos voltam-se à manifestação da subjetividade do redator, em termos de expressão de pontos de vista, de avaliações e julgamentos, estando mais relacionados à abstração. Observamos, também, que algumas ocorrências com esses sufixos estão associadas a questões intersubjetivas, implicando a consideração do leitor por parte do redator/colunista com vistas a ganhar sua anuência, a fazer com que ele adira a um determinado posicionamento, compartilhe determinada visão de mundo, aja de certo modo. A seguir, examinamos algumas amostras de nosso *corpus* a fim de verificar a manifestação dessas questões mais pragmáticas.

- (14) É bem verdade que mesmo em quadra, de **camisetão** e rabo de cavalo, a jogadora da seleção brasileira de vôlei Sheila Castro, 27, já chama atenção. Produzida para ressaltar o 1,86 metro de altura, vira praticamente outra mulher. “Adoro minhas pernas”, assume. “Como chocolate, risoto e doce de leite à vontade, porque não engordo”, diz, e, “apesar das broncas do Bernadinho, não corto o cabelo de jeito nenhum”. E quanto à escritura no pé direito? “Disso eu não falo mesmo”, fecha-se. Especulação: é o trecho de um reggae romântico, feito para um amor secreto. Com a proximidade da Copa Pan-Americana, Sheilla só pensa naquilo: “Estou focada. Treino sete horas por dia.” (*Gente*, 15 jun. 2011, p. 111)

Em (14), o redator ressalta algumas características da jogadora de vôlei Sheila Castro como também mostra algumas de suas preferências. A primeira frase do texto traz uma caracterização mais objetiva da jogadora: *de camisetão e rabo de cavalo*. Ao mencionar a vestimenta utilizada por Sheila em quadra, o autor do texto emprega o sufixo *-ão*, o qual se refere ao tamanho da camisa, ou seja, a uma propriedade física do objeto: a dimensão. Esse emprego do sufixo relaciona-se, portanto, ao mundo físico, concreto, objetivo e concorre, no

contexto de uso, para a descrição inicial da atleta do vôlei, sem manifestação explícita de posicionamento do colunista a respeito dessa caracterização.

- (15) Corajoso e **corretíssimo** o artigo “Cara presidente” (4 de maio), do jornalista Roberto Pompeu de Toledo. Não é preciso esperar pela copa de 2014 para ter uma ideia do que vai acontecer: basta visitar o aeroporto de Congonhas ou o de Cumbica num fim de semana. O Brasil fantasioso do “Ouro”, como escreveu Pompeu, está sendo vítima de um insandecido que raciocina pelos pés e, infelizmente, grande parte da população ainda o idolatra. **Eta, povinho!** Dilma tem nas mãos a oportunidade ideal para uma atitude drástica, mas que fortalecerá sua administração e livrará o Brasil de um vexame de proporções inimagináveis.

Na Carta do Leitor em (15), temos a manifestação do ponto de vista de um brasileiro em relação ao então despreparo do Brasil para a Copa do Mundo de 2014. Cita, como exemplo, o caso dos aeroportos paulistas, sugerindo que eles não tinham condições, à época, de atender à demanda decorrente do Mundial. Além disso, critica a pessoa responsável pelo projeto de candidatura do Brasil à sede do evento esportivo, referindo-se a ele como “insandecido que raciona pelos pés”, no caso o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Crítica também é direcionada à parte da população que ainda o apoia: o leitor utiliza a expressão *Eta, povinho!*. Nesse contexto, o sufixo *-inho* é usado para avaliar negativamente essa parte da população, associando ao item lexical ao qual está agregado o elemento mórfico um valor depreciativo. Esse emprego de *-inho* possui, portanto, um viés subjetivo, com a expressão de julgamento do autor do texto em relação ao conteúdo de que ele trata, conforme caracterizam Traugott e Dasher (2002).

Ainda no mesmo texto, temos outra ocorrência com sufixo graduador nominal: *-íssimo*. Ao elogiar o artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, o autor utiliza o adjetivo *corretíssimo*. Emprega o sufixo em questão para intensificar a noção expressa por *correto*, de modo a encarecer/ destacar a conformidade com o posicionamento explicitado por Toledo. Ou seja, o uso do sufixo também contribui para a manifestação da opinião do redator da carta. Relaciona-se, assim, à expressão da subjetividade, concorrendo para o propósito comunicativo do texto. Vemos, em todo o texto, aliás, vários elementos que marcam sua forte carga subjetiva: escolhas lexicais (*vítima; insandecido que raciocina pelos pés; correto*), elogio a um texto cujo autor partilha de mesma opinião sobre o tema em foco, e, naturalmente, emprego dos sufixos *-íssimo* e *-inho*. Estes últimos, vale lembrar, apresentam, nesse contexto, usos mais abstratizados.

- (16) Menos **boquinhas**, menos **mãozinhas**, menos **meinhas**, **cuequinhas**, **malinhas**, **continhas**, enfim, menos **jeitinhos** de tirar o **dinheirinho** do país para proveito próprio. Se Dilma conseguir só essa **façanhazinha**, já terá valido sua eleição. (*Carta do Leitor*, 19 jan. 2011, p. 26)

Por fim, o texto em (16) apresenta várias ocorrências do sufixo *-inho*. Trata-se, também, de uma Carta do Leitor, na qual o autor critica, de forma bastante irônica, casos de corrupção no Brasil. Ao fazer alusão a escândalos envolvendo diversas pessoas, as quais, por meios vários, roubaram dinheiro público, o redator usa termos que dizem respeito: i) ao ato de roubar (*boquinhas*, *mãozinhas*), por meio de metáfora; ii) aos meios de que se valem para a prática do roubo (*continhas*, *jeitinhos*), também por metaforização; iii) aos meios pelos quais o dinheiro da corrupção foi transportado (*meinhas*, *cuequinhas*, *malinhas*), por processo metonímico; iv) à forte ironia em relação ao valor roubado (*dinheirinho*) e em relação à natureza da atitude da recém-empossada presidente (*façanhazinha*). A carta em análise também se caracteriza por apresentar enorme carga de subjetividade, a qual revela a avaliação, o julgamento de seu autor, aliada a um teor de intersubjetividade, dado que implica a intenção de envolver o leitor, buscando-lhe a adesão à opinião defendida, a concordância com o julgamento feito. A expressão da subjetividade pode ser notada pela própria seleção lexical utilizada pelo redator e pela abundância do uso do sufixo graduador nominal *-inho*. Ele emprega os termos “menos boquinhas” e “menos mãozinhas”, para fazer referência à grande quantidade de pessoas que roubam o dinheiro público; a palavra “dinheirinho” para indicar, ironicamente, que o valor roubado é, na verdade, bastante elevado; e o item “façanhazinha”, que, também por ironia, aponta para significado exatamente oposto: diminuir os muitos casos de corrupção representa, na realidade, grande façanha. Esses usos revelam, também, o propósito do autor em envolver o leitor, dada a maneira como organiza seu texto, convidando-o a compreender as relações metafóricas e metonímicas implicadas, a entender a ironia de que se revestem, mais particularmente, algumas expressões; enfim, na (re)construção dos sentidos do texto, de modo a que se alcance o propósito comunicativo. Tudo isso, na busca de, de algum modo, ganhar-lhe a concordância em relação ao assunto tratado.

Também é importante destacar que os usos dos sufixos indicadores de grau contribuem para a organização textual-discursiva das ideias, em termos de distribuição da informação. No caso da carta em (16), por exemplo, há uma sequência de nomes com o sufixo *-inho*, os quais estão ordenados em função das ideias para as quais aponta o emprego desse elemento: as

peças que roubam o dinheiro público (*boquinhas, mãozinhas*), os meios de transportar o dinheiro roubado (*meinhas, cuequinhas, malinhas*), as artimanhas de que se valem para a prática do roubo (*continhas, jeitinhos*), a quantidade, em termos indefinidos, do dinheiro roubado (*dinheirinho*) e, como desfecho, a avaliação da atitude que se espera da então presidente (*façanhazinha*).

Considerações finais

Tomando por base uma perspectiva funcional centrada no uso no estudo de fatos linguísticos, investigamos o emprego de sufixos graduadores nominais em textos reais, efetivamente realizados. Consideramos o tratamento dado por gramáticos tradicionais e a abordagem feita por linguistas ao grau, além da proposta de classificação semântica proposta por Silva (2008, 2013, 2014).

Quanto aos objetivos que nortearam este trabalho, as discussões aqui empreendidas revelaram que o uso dos sufixos podem expressar valores relacionados à dimensão, à quantidade, à hierarquia, à avaliação e à afetividade e que desempenham papel significativo na construção de sentidos dos textos em que eles ocorrem. Além disso, percebemos que alguns desses sentidos estão relacionados ao mundo biofísico enquanto outros se relacionam à abstração. Os conceitos mais abstratos derivam de nossa experiência concreta e são construídos por extensão metafórica e/ou metonímica.

Constatamos também que existem outras questões fundamentais envolvidas no emprego dos sufixos graduadores nominais, que são as relações de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Notamos que quando os nomes a que se vinculam esses sufixos fazem referências a seres do mundo biofísico, o uso do uso dos sufixos relaciona-se mais à objetividade. Outros usos dos sufixos graduadores contribuem para a manifestação da subjetividade do autor texto, enfatizando o ponto de vista defendido ou a avaliação, o julgamento feito. Além disso, alguns desses usos estão vinculados a relações intersubjetivas, no sentido de que estão implicadas as relações entre escrevente e leitor, para fins de persuasão, monitoramento da atenção, condução a um determinado ponto de vista ou atitude. Vimos ainda que esses elementos mórficos também atuam na organização textual-discursiva em termos de distribuição das ideias no texto.

Referências

- BASILIO, M. **Teoria Lexical**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Aspectos (inter)subjetivos no uso de sufixos graduadores nominais. In: Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, 4, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN: EDUFRN, 2013, p. 80-90.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- CARVALHO, V. G. de. **Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas no uso de sufixos graduadores nominais**. 106f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFRN/PPgEL: Natal-RN, 2015.
- CRUZEIRO, M. E. **Processos de intensificação no português dos séculos XIII a XV**. Lisboa: PCEF (18), 1973.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FONSECA, J. Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas. In: **Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas**. II série, v. II, p. 213-250. Porto: Universidade do Porto, 1985.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRN, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013, p. 13-39.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. vol. II, Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- _____. **A compreensão da gramática**. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha et al. São Paulo: Cortez, 2012.
- GONÇALVES, C. A. A função indexical das formações x-íssimo, x-érrimo e x-ésimo no português do Brasil. In: **Veredas** (Revista de Estudos Linguísticos), n. 9, jul/dez., p. 47-59, Juiz de Fora/MG: UFJF, 2003.
- _____. Flexão e derivação: o grau. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 149-168.

HEINE, B. Grammaticalization as an exploratory parameter. In: PAGLIUCA, W. (Ed.). **Perspectives on grammaticalization**. (Current issues in linguistic theory). v. 109. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 255-287.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: CUP, 1987.

_____.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

_____.; TURNER, M. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. Chicago/ London: CUP, 1989.

_____.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar**. v. 1.: Theoretical prerequisites. Stanford: SUP, 1987.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, I. F. A intensificação como mecanismo de avaliação implícita em narrativas orais. In: **Ao Pé da Letra**: revista dos alunos de graduação em Letras. v. 5., n. 1/2, dez., p. 37-43. Recife-PE: UFPE, 2003.

ROCHA LIMA, C. H.. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 48 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SILVA, J. R. **Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticos nos processos de intensificação**. 307f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Natal/RN: PPgEL, 2008.

_____. Aspectos mórficos e semântico-pragmáticos do grau: uma proposta de contribuição ao ensino de Português. In: MARTINS, M. A. (Org.). **Gramática e ensino**. Natal: EDUFRN, 2013, p. 119-148.

_____. **O grau em perspectiva**: uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2014.

STAUB, A.; REGUEIRA, P. B. A estrutura do superlativo absoluto sintético português. In: **Letras de Hoje**. Rio Grande do Sul: PUC-RS, 1973.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. Great Britain: Laredan Paper backs, 1992.

_____. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: _____. (Ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure**. New Jersey: LEA, 1998, p.vii-xxiii.

_____. (Ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure**. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003.

TRAUGOTT, E. C.. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K. et al. (eds.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010, p. 29-71. (Topics in English Linguistics, 66).

_____.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: CUP, 2002.

RESENHA

ESTUDOS DO DISCURSO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. 349 p.

André Luiz SILVA⁴⁷

Giani DAVID SILVA⁴⁸

O discurso como campo de estudo teve início, primeiramente, com os formalistas russos no início do século XX, mas de maneira tímida; o formalismo russo se propunha a estudar ademais da frase, embora ficasse preso a ela. Com os trabalhos de Harris, Jakobson e Benveniste, o discurso começa a insinuar-se, de fato, como disciplina. Harris, por um lado, apesar de pensar ademais da frase, não levava em conta a significação e as condições sócio-históricas de produção. Jakobson e Benveniste, por outro lado, vão dar ênfase aos estudos sobre enunciação. Isso acabou criando duas vertentes de estudos discursivos, uma anglo-saxônica e outra francesa.

Gill (2011)⁴⁹ diz haver hoje, no mínimo, 57 variedades de análise “de/do” discurso: “[...] é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. [...] não existe uma única ‘análise de discurso’, mas muitos estilos diferentes de análise” (p. 244).

Pensando nessas variedades e, sobretudo, perspectivas teóricas, Luciano Amaral Oliveira e outros colaboradores dão materialidade ao livro *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*, publicado em 2013 pela Parábola. Nele, estão reunidos doze teóricos, referências

⁴⁷ Doutorando em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. andre.alvaresesilva@gmail.com.

⁴⁸ Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Presidente da Associação Mineira dos Pesquisadores em Análise do Discurso (AMPADIS). gianids@gmail.com.

⁴⁹ GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 244-270.

para os diferentes estudos relacionados ao discurso (Gramsci, Bakhtin, Althusser, Lacan, Foucault, Bourdieu, Ducrot, Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau, Fairclough e Van Dijk).

O livro foi pensado para alunos, especialmente de Letras, de cursos de graduação e pós-graduação interessados em ter um embasamento teórico mínimo acerca dos estudos do discurso e analisar textos a partir de perspectivas distintas. Nesse sentido, os textos têm um caráter pedagógico, com uma escrita “mais clara” para tratar conceitos mais densos, ademais do uso de figuras, exemplos e excertos retirados de obras dos teóricos e de seus comentadores.

De acordo com Luciano Amaral Oliveira, *Estudos do discurso* tem três objetivos gerais, a saber: 1) “reunir, em um único volume, textos sobre as perspectivas teóricas mais importantes relacionadas aos estudos do discurso” (p. 9); 2) enfatizar o caráter político por trás de qualquer análise discursiva, isto é, um discurso é sempre político, no sentido de ter intenções, ter fins almejados; nesse sentido, não é neutro; e 3) se não debater, ao menos expor algumas divergências entre as diferentes perspectivas discursivas presentes no livro, dando espaço a questões como: o sujeito é assujeitado ou tem autonomia, mesmo relativa, para pensar suas ações?; produzimos sentido sempre de maneira consciente ou o inconsciente age em nós?; a noção de estrutura e superestrutura é relevante para a produção discursiva?

O livro foi dividido em doze capítulos, sendo cada um deles a respeito de um teórico do discurso, ademais da “Introdução”, “Referências” e uma biografia dos autores da obra. A ordenação dos capítulos, segundo o organizador Luciano Amaral Oliveira, deu-se de modo a separar teóricos com contribuições indiretas para os estudos do discurso (Gramsci, Bakhtin, Althusser, Lacan, Foucault, Bourdieu, Ducrot) daqueles dedicados sobremaneira à questão discursiva (Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau, Fairclough e Van Dijk).

No primeiro capítulo – “Gramsci” –, de autoria de Luciano Amaral Oliveira, busca-se mostrar como Antonio Gramsci influenciou os estudos discursivos – sobretudo, a Análise Crítica do Discurso (ACD) – a partir de conceitos, a priori, não relacionados ao discurso propriamente. De acordo com Oliveira, Gramsci é bastante estudado na Educação, mas na Letras nem tanto, embora haja significativos indícios de algumas de suas concepções em Fairclough e Van Dijk. Neste capítulo, o autor se fixa em quatro conceitos do filósofo marxista: bloco histórico, sociedade civil, sociedade política e hegemonia.

O capítulo “Bakhtin”, o de número dois, de autoria de Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva, traz, primeiramente, o contexto sócio-histórico de formação do chamado “Círculo de Bakhtin”, formado por Mikhail Bakhtin, Valentin Volóshinov e Pavel Medvedev,

dando ênfase ao período de aproximação desses teóricos, bem como às obras produzidas por eles. Em relação à contribuição de Bakhtin para o campo discursivo (e das linguagens), Penteadó de Faria Silva aborda três noções-chave do autor russo: enunciado concreto, dialogismo (polifonia) e gêneros do discurso. Ao longo do capítulo, a autora usa de exemplos extraídos de charges, títulos de jornais e correspondência.

O capítulo seguinte – “Althusser” –, de autoria de José Otacílio da Silva, traz algumas concepções essenciais da principal influência para a análise do discurso francesa, fundada por Michel Pêcheux. Entre os conceitos trabalhados no capítulo, destaque para o de “sobredeterminação”, em que Althusser propõe uma releitura da metáfora de superestrutura/infraestrutura de Marx. Nesse sentido, diz haver, em determinados contextos, um condicionamento da infraestrutura à superestrutura, uma espécie de “sobredeterminação” desta em relação àquela (Pêcheux, posteriormente, vai desenvolver a ideia de “assujeitamento”). O autor do capítulo aborda ainda os conceitos de aparelhos ideológicos de Estado e interpelação ideológica, ademais de apontar como tais concepções são retomadas por Pêcheux para mostrar como a prática discursiva é sobredeterminada pela ideologia.

Em “Lacan”, capítulo quatro do *Estudos do Discurso*, Bethania Mariani e Belmira Magalhães dão ênfase aos conceitos sujeito cindido, inconsciente e significante, propostos pelo psicanalista francês e retomados na análise de discurso de Pêcheux em complementação aos pressupostos althusserianos. Para isso, as autoras vão fazer uma retrospectiva de Freud e Lacan no tocante às manifestações das linguagens (ou, mais especificamente, em seus lapsos). Neste capítulo, é importante ressaltar a menção das autoras à subversão de Lacan ao “algoritmo fundador da linguística com ciência” proposta por Saussure, com o significante sobre o significado, dando origem às ideias de cadeia significante e inconsciente.

“Foucault”, quinto capítulo do livro, escrito por Rosa Maria Bueno Fischer, traz a concepção de discurso como luta, como batalha, e não como algo isolado, causal e linear. Segundo a autora, a problematização sobre o discurso está presente em toda a obra de Foucault, desde a ideia de discurso criador (*O que é um autor?*) até a noção de formas de controle pela palavra em sociedades de todos os tempos (*A ordem do discurso, Arqueologia do saber*). Dessa maneira, Fischer traz à baila algumas concepções fundamentais desenvolvidas por Foucault, entre elas, a de discurso como conjunto de enunciados de um determinado campo de saber (formação discursiva) e de discurso como prática e relações historicamente constituídas.

Pierre Bourdieu é tema do capítulo seis, escrito por José Otacílio da Silva. Ao longo das cerca de trinta páginas, Silva apresenta alguns dos muitos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês em quase quarenta anos de pesquisa – *habitus* e campo, poder simbólico, mercado simbólico, competência prática – e como tais concepções são, vez por outra, utilizadas pelos teóricos da análise “de/do” discurso, entre eles, Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau, Fairclough e Van Dijk. De acordo com Silva, o maior trunfo de Bourdieu seja, talvez, sua flexibilidade ao considerar a *relativa* autonomia dos indivíduos em suas escolhas e posicionamentos, não sendo totalmente sobredeterminado pelas estruturas sociais, política, econômicas ou culturais. Nesse sentido, critica o estruturalismo por desprezar o aspecto subjetivo da ação social. Deste capítulo, interessante ressaltar ainda a ênfase dada por Silva à concepção de mercado simbólico de Bourdieu. Para o sociólogo francês, nas interações discursivas, há uma complexa rede de fatores extralinguísticos.

Em “Ducrot” – capítulo sete –, Ana Lúcia Tinoco Cabral explora conceitos fundamentais do semanticista francês para os estudos discursivos contemporâneos, sobretudo aqueles preocupados com a argumentação. De uma perspectiva interna da língua, Oswald Ducrot buscou evidenciar o modo como algumas expressões linguísticas constitui uma orientação argumentativa. Nesse sentido, por meio da teoria da argumentação na língua (ADL), desenvolvida por Ducrot, Cabral evoca conceitos-chave, como enunciação e enunciado, posto, pressuposto e subentendido; *topos*, polifonia e locutor/enunciador são outras concepções trabalhadas no texto.

Os capítulos sobre os teóricos com contribuições diretas para os estudos do discurso têm início com “Pêcheux” – oitavo capítulo –, escrito por Sonia Sueli Berti Santos. A partir de um percurso histórico apoiado em inúmeros autores – Saussure, Harris, Benveniste –, a autora aponta como se deu a fundação (por Pêcheux) da escola francesa de análise do discurso. Segundo Santos, a perspectiva discursiva do filósofo francês está em um ponto intermediário entre as linguagens e a ideologia. Conceitos de Pêcheux como formação discursiva, memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso, já-dito, forma-sujeito são apresentados pela autora ao longo de um subtítulo denominado *Fases da AD*, em que a primeira fase estaria calcada nas concepções de Althusser e Lacan; a segunda, na noção de formação discursiva; e a terceira, na ideia de interdiscurso.

Patrick Charaudeau dá título ao capítulo nove, mais um de José Otacílio da Silva. O texto dá ênfase, inicialmente, à noção-chave da teoria semiolinguística de Charaudeau, o

contrato de comunicação e sua dimensão externa-interna (sujeito comunicante e sujeito enunciador). Silva, no capítulo, opta por ressaltar o entendimento do discurso político proposta pelo linguista francês; dessa forma, traz à tona os conceitos de instância cidadã e instância política. Como exemplos de estratégias discursivas do discurso político, o autor escolhe trabalhar a ideia de *ethos*, *pathos* e *logos*, exemplificando a partir de uma carta do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva o modo como tais perspectivas têm seu uso.

“Maingueneau”, capítulo dez do *Estudos do discurso*, foi escrito por Alexandre Ferrari Soares, Aparecida Feola Sella e Terezinha Costa-Hübes. Nele, os autores dão início a uma trajetória da análise do discurso na França e, posteriormente, sua adoção no Brasil; nessa esteira, vão apresentando questões e conceitos caros à AD, como sua diferença em relação à Linguística ou à análise de conteúdo, a ideia de efeito de sentido, formação discursiva, enunciado *versus* discurso etc. Os autores vão retomar ainda a noção de Dominique Maingueneau de discurso como ato interativo, situado (geográfica e historicamente) por interlocutores com crenças e valores. Como exemplo das discussões suscitadas no capítulo, os autores vão analisar o Manual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) a partir da ideia de formação discursiva.

O capítulo onze – “Fairclough” –, de Luciano Amaral Oliveira e Marco Antonio Batista Carvalho, aborda conceitos propostos por um dos principais expoentes da Análise Crítica do Discurso (ACD), Norman Fairclough. O principal trunfo da teoria faircloughiana está no seu modelo tridimensional de análise, calcado 1) no texto, 2) na prática discursiva e 3) na prática social. Interessante observar a concepção abstrata de discurso, considerando signos linguísticos e não linguísticos (imagens, cores, sons etc.). Prática social (“configuração relativamente estável”) e ideologia (“pressuposições do senso comum implícitas nas convenções”) são conceitos-chave para Fairclough.

O décimo segundo capítulo da obra, dedicado a Teun Adrianus van Dijk, é escrito por Luciano Amaral Oliveira. Segundo o autor, com base no tripé conceitual estruturas sociais, estruturas discursivas e contexto sociocognitivo, Van Dijk se propõe a estudar de maneira crítica as injustiças e as desigualdades sociais legitimadas pelo discurso, sobretudo o racismo. Oliveira, em determinado ponto, aponta os procedimentos metodológicos para se analisar um texto criticamente, desde macroestrutura semântica até as escolhas sintáticas e lexicais.

Embora a ideia da obra seja fazer conhecer *um pouco* a obra desses doze teóricos para *um mergulho mais fundo* posterior, *Estudos do discurso* falta, acreditamos, em duas questões,

uma menor outra maior. 1) Ao não acrescer entre os autores contributos à análise “de/do” discurso nomes como Saussure, Harris, Benveniste, Jakobson (para sermos sucinto), o livro deixa de debater teóricos influentes para os estudos discursivos, apesar de citá-los vez por outra ao longo de boa parte dos capítulos. 2) Ao não explicar por que motivo escolhe abordar um ou outro conceito dos doze teóricos – em Charaudeau, por exemplo, o texto não menciona sua contribuição pioneira para a análise do discurso midiático, tampouco concepções seminais do autor, como os modos de organização do discurso (descritivo, narrativo e argumentativo); ou em Maingueneau, em que deixa de tratar de conceitos como cena da enunciação, cena englobante, cena genérica, cenografia, incorporação etc., para falar das releituras do autor para os conceitos de formação discursiva e interdiscursividade.

Não obstante, *Estudos do discurso* é uma obra de grande valia e recomendável para alunos de graduação e de pós-graduação não apenas de Letras, como sugere o organizador, mas de outras áreas do conhecimento, como Comunicação, Filosofia, Sociologia, História, Psicologia, entre outras, dada a dimensão tomada pela análise de discurso, análise do discurso, análise crítica do discurso etc. nos últimos anos. Ademais, sua leitura pode ser um primeiro passo para se conhecerem as limitações, os caminhos e as proposições em se tratando dos estudos discursivos, seja para criticar com o mínimo de conhecimento, seja para legitimar uma adesão a esta ou àquela vertente.